



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Nadya Emma Cunha Alvarez

**A crise democrática em debate:
as ideias de Roberto Mangabeira Unger**

Florianópolis

2022

Nadya Emma Cunha Alvarez

**A crise democrática em debate:
as ideias de Roberto Mangabeira Unger**

**Dissertação submetida ao Programa de
Sociologia Política da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título
de Mestra em Sociologia Política.**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha
de Souza**

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Alvarez, Nadya

A crise democrática em debate: : as ideias de Roberto Mangabeira Unger / Nadya Alvarez ; orientador, Luiz Gustavo da Cunha de Souza , 2022.

140 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Roberto Mangabeira Unger; democracia; crise democrática; populismo. I. de Souza , Luiz Gustavo da Cunha . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Nadya Emma Cunha Alvarez
A crise democrática em debate: as ideias de Roberto Mangabeira
Unger

O presente trabalho em nível de mestrado] foi avaliado e aprovado por
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Luiz Gustavo da Cunha de Souza
UFSC

Prof.(a) Dr.(a) Carlos Sávio Gomes Teixeira
UFF

Prof.(a) Dr.(a) Carlos Eduardo Sell
UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de
conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em
Sociologia Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dr.(a) Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Orientador(a)

Florianópolis, 2022

Este trabalho é dedicado a todos que se dedicam a pensar em um mundo mais justo e democrático.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Especialmente ao professor Luiz Gustavo da Cunha de Souza, por aceitar me orientar e por acompanhar meu desenvolvimento durante estes anos.

Ao professor Carlos Sávio G. Teixeira, por compartilhar vídeos, textos e informações, contribuindo para a escolha do tema.

Aos professores Carlos Sell, Carlos Sávio G. Teixeira e Rodrigo da Rosa Bordignon, por aceitarem participar de minha banca.

Ao professor Roberto Mangabeira Unger, por inspirar e servir de tema a este trabalho.

Aos colegas do PPGSP, fonte de conhecimento e de muitas trocas.

À coordenação e secretaria do curso, por se colocarem sempre à disposição.

À CAPES, pelo incentivo e fomento à pesquisa.

A todos que me apoiaram e me incentivaram durante o mestrado.

“[...] a experiência da autonomia tem de se tornar real, não pode se realizar no outro. Tem de se conciliar com as necessidades e ligações comuns de pessoas comuns. E tem de se libertar da associação corruptora com o culto de líderes e da violência” (MANGABEIRA UNGER, 2001, p. 412).

RESUMO

Instabilidade, polarização, impasses, eleição de populistas autoritários e ameaça de queda na qualidade das democracias. O primeiro quarto do século XXI é marcado por grande turbulência política e precipitou a possibilidade de uma onda reversa democrática no mundo. O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição do pensamento de Roberto Mangabeira Unger para pensar o tema das crises. Como contraponto à interpretação de Mangabeira Unger, foram estudadas as ideias de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem*, de 2018, assim como de Nadia Urbinati e Adam Przeworski. Buscou-se responder em que medida as ideias dos autores contribuem para pensar causas, desdobramentos e propostas para as crises, sobretudo para o fenômeno populista. Insatisfação e demandas eleitorais, impasses, divisão desigual da produção, apoio a candidatos autoritários, não seguir normas informais que orientam as relações políticas: estas e outras questões são apontadas nas obras dos pesquisadores. Além de suscitar debates e questionamentos, seus argumentos e propostas ajudam a entender e atuar sobre crises, e podem vir a orientar a prática de movimentos sociais, da oposição, e de políticos.

Palavras-chave: Roberto Mangabeira Unger; democracia; crise democrática; populismo; Levitsky e Ziblatt.

ABSTRACT

Instability, polarization, deadlocks, the election of authoritarian populists and the threat of a decline in the quality of democracies. The first quarter of the 21st century is marked by great political turmoil and advanced the possibility of a democratic reverse wave in the world. The goal of this research is to analyze the contribution of Roberto Mangabeira Unger's ideas to think about the subject of crises. Unger's interpretation is confronted with that of Steven Levitsky and Daniel Ziblatt in the book *How democracies die* (2018), as well as those of Nadia Urbinati and Adam Przeworski. We sought to answer to what extent the ideas of the authors contribute to think about causes, developments and proposals for crises, especially for the populist phenomenon. Dissatisfaction and electoral demands, deadlocks, unequal division of the production, support for authoritarian candidates, not following informal norms that guide political relations: These and other issues are pointed out in the works of the researchers. In addition to raising debates and questions, their arguments and proposals help to understand and act on crises, and may come to guide the practice of social movements, the opposition and of politicians.

Keywords: Roberto Mangabeira Unger; democratic crisis; populism; knowledge economy; Levitsky and Ziblatt.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ROBERTO MANGABEIRA UNGER: TRAJETÓRIA INTELLECTUAL E POLÍTICA	28
1.1 Vida pessoal e o interesse precoce pela vida pública.....	28
1.2 O intelectual público “visionário”	31
1.3 Do pensamento à “ação”	42
2. O PENSAMENTO DE MANGABEIRA UNGER.....	59
2.1 Teoria normativa: pensamento e método.....	60
2.2 Teoria explicativa: a transcendência dos contextos.....	64
2.3 Teoria programática: antigos ideais, novos desafios.....	71
2.4 Conclusão.....	94
3. DEMOCRACIA EM RISCO?.....	96
3.1 O argumento de <i>Como as democracias morrem</i>	98
3.2 Crises de democracia.....	102
3.3 A tese da democracia desfigurada	106
3.2 A crise democrática em debate	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

INTRODUÇÃO

Uma onda populista ameaça a democracia. O diagnóstico tem como sinais a ascensão de partidos de direita ou de extrema-direita na Europa, a saída do Reino Unido da União Europeia, a vitória de Donald Trump nos EUA em 2016, e o declínio das esquerdas na América Latina a partir de 2010¹. “Eclodida nos protestos de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o *impeachment* em 2016 e não corrigida, a princípio, pelas eleições de 2018”, a crise que chegou ao Brasil não atinge apenas a esfera do poder; envolve desde o Estado até conflitos de identidades, comportamentos e valores². A definição de *populismo autoritário* ou *reacionário*, encarnada na figura de Jair Bolsonaro no Brasil, é bastante complexa.

O cientista de comunicação Hélder Prior³ fala da dificuldade de se conceitualizar o fenômeno, que se popularizou na segunda década do século XXI, e traz uma série de definições que contribuem para sistematizar o conceito. Prior define políticos populistas como “figuras mediáticas singulares e inusitadas, que se beneficiam de uma intensa visibilidade mediática para deslegitimar a própria política, veiculando discursos reacionários politicamente incorretos, sem nenhum pudor, culpa ou vergonha”. Segundo o cientista de comunicação, muitos pesquisadores convergem com a noção básica de populismo, assentada no antagonismo “nós *versus* eles”, como é o caso de Cas Mudde e Rovira Kaltwasser, especialistas no tema. O *populista* incorporaria a “vontade do povo”, enquanto o “outro” representaria o inimigo, seja ele a elite financeira, a elite

1 ALMEIDA, Ronaldo. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira.” *Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 01, p.185-213, jan./ abr., 2019.

2 *Ibid.*, p. 196

3 PRIOR, Hélder. “Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror”. *FAMECOS*, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. - dez. 2021.

política ou ainda minorias sociais, como grupos de diversidade ou de imigrantes. Populistas reacionários fazem um julgamento moral sobre grupos, ideias ou visões de mundo consideradas “degradantes”.

O cientista político Jan-Werner Müller⁴ também vê o fenômeno populista como uma ameaça. Para ele, embora operem dentro das regras do jogo, no governo, populistas autoritários podem tentar suprimir a sociedade civil e os pesos e contrapesos democráticos, além de defender comportamentos iliberais e antipluralistas. Outra convergência entre populistas autoritários diz respeito ao discurso usado por esse tipo de líderes. A cientista política Margaret Canovan⁵ afirma que a retórica populista tem um “estilo tabloide”, repleto de gírias, palavrões, e do politicamente incorreto. Benjamin Moffit e Simon Tormey⁶ informam que há duas abordagens predominantes sobre a retórica populista: enquanto a análise de discurso estuda o componente antissistema e antagônico do discurso, a análise de conteúdo trabalha com palavras-chaves, buscando verificar apelos nacionalistas ou nativistas.

Uma das principais definições de populismo é a de Takis Pappas⁷. Um dos maiores estudiosos do tema, Pappas distingue entre três inimigos da democracia. Os antidemocráticos rejeitam a competição político-partidária; os nativistas fazem apelos a um território comum e sentimentos compartilhados, e são contra o multiculturalismo e a integração entre diferentes nações, sendo contrários, por exemplo, à União Europeia; e os iliberais populistas priorizam a vontade da maioria em detrimento da defesa dos direitos das minorias. Steven

⁴ MULLER, 2017 apud PRIOR, Hélder. Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. – dez. 2021.

⁵ CANOVAN, 1999 apud PRIOR, Hélder. Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. – dez. 2021.

⁶ MOFFITT; TORMEY, 2014 *Apud* PRIOR, Hélder. Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. – dez. 2021.

⁷ The Rise of modern populism- Takis S. Pappas. Canal TED-Ed. [S.l., s. n.], s. d., 1 vídeo [c.a. 6:00]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uMNwUh0X5eI&list=WL&index=1>. Acesso em: 18/03/2022.

Levitsky e Daniel Ziblatt⁸ também caracterizam o populismo por um discurso *nós versus eles* ou *povo versus elite corrupta*. O que distingue o populismo autoritário, ou totalitário, na concepção desses cientistas políticos, parece ser uma *retórica linha dura* contra os oponentes, contra a mídia e as instituições democráticas, normalmente usada por *outsiders* da política que chegam ao poder ajudados por figuras do *establishment*. Os partidos estabelecidos muitas vezes desconhecem os riscos que o populista pode trazer à democracia, já que no poder eles tenderão a contornar os pesos e contrapesos democráticos: “É assim que subvertem a democracia – aparelhando tribunais e órgãos independentes, comprando a mídia e o setor privado e reescrevendo as regras da política”.

Diante da constatação de que esse novo padrão de liderança pode colocar em risco as democracias, como identificar as causas, desdobramentos e pensar em soluções para o problema? É o que pretendemos responder a partir do pensamento de Roberto Mangabeira Unger. Nossa questão de trabalho é: Como enfrentar a crise democrática para evitar um desfecho que pode ser catastrófico? Consideramos que a teoria de Mangabeira Unger corrobora para a ideia de que existe uma relação entre crise democrática e a emergência de populismos e que suas propostas programáticas podem fornecer material para pensarmos saídas para a crise. Mangabeira Unger é um teórico com o olhar voltado para questões prementes: boa parte de sua carreira é dedicada a fazer diagnósticos sobre o mundo social e a pensar saídas para problemas políticos, econômicos ou militares. A busca de respostas diante de uma crise é tema recorrente em seus livros programáticos, mas também está presente em suas colunas jornalísticas, entrevistas e em seu canal no Youtube. Para além de seus esforços acadêmicos, Mangabeira Unger tem influência direta e indireta na vida pública brasileira e em outros países, como os EUA. No Brasil, já foi candidato a deputado federal, pré-candidato a prefeito de São Paulo e a presidente e desde os anos 2000, apoia o político Ciro Gomes.

⁸ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 19.

Mangabeira Unger parte do pressuposto de uma relação entre crise e populismo, definido como uma forma de pensamento e ação política, “com seus atalhos extrainstitucionais ilusórios para satisfazer os reclamos da população”⁹. Essa tese parece confluir com as ideias de alguns dos analistas mencionados antes. Os cientistas políticos Jean-Werner Müller e Takis Pappas¹⁰ afirmam que o fenômeno é resultante de uma crise do sistema representativo. Os cientistas políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe¹¹ parecem convergir com essa visão, quando dizem que em momentos de crise, a ausência de respostas às demandas da população podem gerar uma revolta do povo contra o *establishment*¹². Já na visão pragmática de Benjamin Moffit e Simon Tormey¹³, o populismo nada mais é do que uma estratégia para mobilizar eleitores insatisfeitos para chegar ao poder. Hélder Prior argumenta que os “populismos reacionários de direita” aproveitam-se de um “descrédito do sistema democrático liberal” somado à “imediatez da comunicação”, constituindo, assim, um fenômeno ao mesmo tempo político e midiático¹⁴.

Segundo o cientista político William Alexandre Peixoto Magalhães, outro pesquisador que trabalha com a relação entre crise e populismo é Yascha Mounk¹⁵. Duas transformações nas democracias liberais contribuíram para o surgimento do fenômeno, segundo Mounk. De fato, teria havido um afastamento

9 UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018, p. 185.

10 MULLER, 2017; PAPPAS, 2017 apud PRIOR, Hélder. Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. - dez. 2021.

11 LACLAU, Ernesto, 2005 apud PRIOR, Hélder. Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. - dez. 2021.

12 Mouffe e Laclau referem-se a populismos em geral.

13 MOFFITT; TORMEY, 2014 Apud PRIOR, Hélder. Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. - dez. 2021.

14 PRIOR, Hélder. “Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror”. FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. - dez. 2021.

15 MAGALHÃES, William Alexandre Peixoto. *Nas teias do bolsonarismo: a ascensão do populismo digital de Jair Bolsonaro através do Facebook e do Whatsapp* (dissertação de mestrado). Niterói: 2021. UFF.

entre elites políticas e eleitores; a elaboração de políticas públicas se burocratizou, exigindo conhecimentos altamente especializados, o que teria promovido a distância entre parlamento e povo. Como resultado, teria aumentado entre alguns eleitores a percepção de que as instituições são manipuladas, gerando inclusive controvérsias em torno das urnas e contagem de votos. Se a desconfiança e o descrédito na democracia são característicos da política na crise atual, não se pode dizer que eles são construídos apenas politicamente. A forma de atuação das *Big Techs* e como estas gigantes tecnológicas geram lucro tem uma enorme influência nos resultados eleitorais. Isso ocorre porque estes modelos de negócio são baseados em cliques, *likes*, compartilhamentos. Faz parte de sua estratégia manter os eleitores conectados, utilizando-se para isso de recursos da psicologia, e estimulando a disseminação de *fake news*, mensagens de ódio, memes, e teorias da conspiração para ampliar a intensidade da conexão. Ao mesmo tempo em que aumentam a visibilidade de um candidato, elevando o número de reações de uma publicação, estas estratégias aumentam a receita das empresas e seu monopólio sobre as concorrentes¹⁶:

“Os algoritmos implementados em plataformas como o Facebook, são pensados para canalizar os afetos dos usuários para gerar o maior número possível de interações e, conseqüentemente, engajamento, que posteriormente convertido em lucros. É essa a dinâmica que favorece um populismo de perfil autoritário”¹⁷.

16 MAGALHÃES, William Alexandre Peixoto. *Nas teias do bolsonarismo: a ascensão do populismo digital de Jair Bolsonaro através do Facebook e do Whatsapp* (dissertação de mestrado). Niterói: 2021. UFF; MAHRENHOZ, Thiago. “Nosso Futuro nas Mãos da Big Tech” (série de vídeos). Esquerda Online. 9 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LFjZAOM6Ny8>. Acesso em: 01 abr. 2022.

17 Ibid, p. 198.

O cientista político William Magalhães¹⁸ também vê uma relação entre crise democrática e mídias sociais. Esses dois fatores explicariam porque Bolsonaro foi eleito em 2018, a despeito de ter tido uma campanha curta, com pouco tempo de propaganda eleitoral na TV e um nenhum apoio dos maiores partidos estabelecidos do país. A falha dos governos anteriores em cumprir a promessa democrática de melhoria das condições de vida dos indivíduos, acirrada por disputas migratórias e a intensificação do uso de *smartphones* a partir dos anos 2000, além do *modus operandi* das plataformas que favorecem o espetacularismo em vez do debate de ideias estariam ligados ao que ele chama de “populismo digital”, distinto do “populismo tradicional” devido à aparente aproximação entre o líder e seus eleitores por meio das redes sociais. Assim como Mussolini ou Hitler buscaram dominar o rádio, o cinema e a televisão para fazer propaganda durante o período do entreguerras, hoje, devido ao modo como as Big Techs atuam, por meio de polêmicas geradoras de visualizações e cliques, uma liderança que domine bem a linguagem das mídias sociais terá grande chance de sucesso.¹⁹

No século XIX, Karl Marx apontava como causas de grandes transformações sociais conflitos intrínsecos à organização da política e da economia e oportunidades de mudanças perdidas. Mangabeira Unger aponta a guerra e colapsos econômicos como os principais fatores de uma crise²⁰. No livro *Política: os textos centrais*, republicação dos principais textos de sua obra homônima de 1987, o teórico sugere que as crises decorrem de momentos de

18 Ibid., p. 206.

19 Análise comparativa das redes sociais dos oito candidatos com mais de 1% da intenção de voto em 2018 mostra que Bolsonaro foi o único cujas publicações no Facebook mantiveram uma curva ascendente desde 2013, quando criou sua *fanpage* e uma distribuição mais variada de temas. No entanto, pesquisadores do populismo concordam ao afirmar que este quadro tende a ser bem-sucedido durante a campanha, mas tende a falhar no governo. MAGALHÃES, William Alexandre Peixoto. *Nas teias do bolsonarismo: a ascensão do populismo digital de Jair Bolsonaro através do Facebook e do Whatsapp* (dissertação de mestrado). Niterói: 2021. UFF

20 MANGABEIRA UNGER. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Ciilização Brasileira, 2008.

estabilização e desestabilização do sistema²¹. Nos momentos de estabilização, os conflitos presentes na sociedade são “congelados” e formações desiguais ganham aparência de naturalidade. Os momentos de desestabilização representam oportunidades de contestar o contexto que forma os sujeitos e é formado por eles, tendo em vista desfazer hierarquias e papéis sociais. Na sua expressão atual, o contexto que ganhou forma é a divisão hierárquica da economia do conhecimento, que separa uma produção altamente desenvolvida e lucrativa de setores, técnicas e conhecimentos atrasados, que acabam por limitar as oportunidades de muitos trabalhadores²².

Em 2005, quando o tema do *populismo autoritário* não havia ainda se popularizado no meio acadêmico, Mangabeira Unger já vinha pensando sobre o descontentamento dos eleitores americanos com a incapacidade dos partidos de unir desenvolvimento econômico e ampliação de oportunidades. O professor considerava que “os meios estabelecidos de resposta a esse descontentamento são insuficientes e incapazes”²³, mas não tinha ainda uma saída sobre que caminho tomar. A ausência de respostas apropriadas dos Estados para alterar profundamente as desigualdades sistemáticas, limitando-se a uma fraca distribuição compensatória e a um modesto desenvolvimento, gera insatisfação e poderia levar à eleição de populistas reacionários: “alcoviteiros dos grandes negócios e dos ressentimentos desesperados e invertidos de uma classe trabalhadora majoritária que se sente abandonada e traída”²⁴. A insuficiência das respostas progressistas é sintoma de um outro problema, o que o teórico chama

21 Processos também chamados de entrenchamento e desentrenchamento dos contextos formadores. MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001

22 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “South America is in a quandary. Just like the United States”. *The New York Times*, December 23, 2019. Disponível em: robertounger.com. Acesso em: 07 de fev. 2020. MANGABEIRA UNGER, Roberto. “From now to an alternative, the missing project: from reactionary populism to a progressive alternative”. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (ca. 1h32). Publicado pelo canal Roberto Mangabeira Unger. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WoksHVlzdOI>. Acesso em: 16 jun. 2021.

23 MANGABEIRA UNGER. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 15.

24 *Ibid.*, p. 9-10.

de “ditadura da crise de alternativas” nas ciências humanas. A falta de alternativas na teoria “deixa o campo aberto a formas de pensamento político-prático que são tão pobres em visão quanto carentes de esperança”²⁵.

O sociólogo Ricardo Antunes argumenta que toda crise é uma manifestação do sistema de acumulação capitalista. Foi assim com a crise do fordismo e do Toyotismo na produção, e da social-democracia na política²⁶. A crise e suas respostas – “o neoliberalismo e a reestruturação produtiva” – geram mudanças profundas no trabalho. Precarização estrutural e submissão do valor de uso ao valor de troca: aconteceu no fordismo, aconteceu no Toyotismo e se intensificou na “era de acumulação flexível” a partir dos anos 1970. Antunes argumenta que o sistema de capital neoliberal não pode se sustentar sem a precipitação de crises. Os EUA, por exemplo, consomem 25% de todos os recursos energéticos disponíveis, padrão que não pode se expandir para outros países sem levar a um colapso. “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital”²⁷.

Muitos pesquisadores concordam que os primeiros impactos da crise atual começaram a ser sentidos no Brasil entre 2013 e 2014, quando parece ter se iniciado um processo de desestabilização do contexto. A segunda década do século XXI foi marcada por megaprotestos em todo o mundo; *the protester* (o manifestante) chegou a ser eleito pela revista *Times* como a “pessoa do ano” de 2011. No Brasil, as “Jornadas de Junho”, cujo gatilho foi o aumento da tarifa de ônibus, logo se desdobraram em uma infinidade de demandas. O tema dos

25 *Ibid.*, p. 12.

26 No âmbito político, havia um “compromisso” para assegurar condições salariais e de seguridade social para os trabalhadores, intermediado por sindicatos e por partidos, mas cada vez mais, a política de cúpula tornou-se apartada da base, abandonando aspirações de transformações mais profundas em troca da proteção do Estado. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 36.

27 ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 36.

direitos se misturava a reivindicações por reforma política e a protestos contra gastos com megaeventos, além de revolta contra o sistema financeiro. Iniciados pelo Movimento Passe Livre (MPL) em Porto Alegre, no início de 2013, os protestos se espalharam por várias cidades e reuniram grupos bastante heterogêneos. Angela Alonso afirma que as motivações para levar milhares de pessoas às ruas foram “insatisfações difusas com o governo de plantão”²⁸. Maria da Glória Gohn apontou como causa dos protestos o descontentamento com “políticas sociais vigentes nas áreas dos transportes, educação, saúde, prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, entre outros motivos”²⁹.

Em 2014, os problemas econômicos e políticos no país se tornaram mais agudos. Apesar da insatisfação popular, Dilma Rousseff (PT) se reelegeu, em uma disputa apertada contra Aécio Neves (PSDB). Não é possível dizer ao certo o que assegurou o sucesso do PT; alguns pesquisadores atribuíram a vitória a uma concessão ao fisiologismo pemedebista, que conduziria Michel Temer à vice-presidência, enquanto outros acusaram o partido de abafar um déficit orçamentário *supostamente gerado* pelo primeiro mandato Dilma. Qualquer que seja o caso, tão logo a presidente assumiu o cargo, as medidas tomadas para conter a crise se fizeram sentir na pele dos brasileiros, sob a forma de uma queda na qualidade de vida. Há dois tipos de explicação para a crise econômica que se seguiu. Enquanto alguns analistas associam o desequilíbrio a agentes externos, outros, como Argelina Figueiredo e Fernando Limongi, apontam para “erros cometidos pelo governo”³⁰. Nos próximos parágrafos, vamos observar os dois tipos de argumentos.

28 ALONSO, Angela. “Protesto não tem receita”. *Folha online*. 10 nov. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2019/11/protesto-nao-tem-receita.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.

29 GOHN, Maria da Glória. “Ciclos de Protestos no Brasil (1970-2019): Ações e Formas, Eixos Temáticos de Pesquisa e Abordagens Teóricas”. In: 19º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Florianópolis: 2019, pp. 1-21, p. 10.

30 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. “A crise atual e o debate institucional”. *Novos estudos*, São Paulo, v. 36., n. 03, p. 79-97, nov. 2017, p. 92.

Na visão de Leonardo Avritzer³¹, o governo Dilma foi vítima do sistema financeiro e de distorções da mídia. Apesar de todos os esforços do Executivo na esfera política para combater a interferência financista, a pressão exercida por esses agentes levou à destruição do setor produtivo e à imposição de um ajuste fiscal, bloqueando o plano de desenvolvimento petista: “Em associação com um jornalismo econômico politicamente posicionado, tenta-se jogar a conta da crise apenas no desenvolvimentismo”³².

Marcus Melo³³ rejeita a explicação de Avritzer e argumenta que a situação dos países ricos não se repetiu no Brasil. Nos EUA e na Europa, a aliança entre agentes financeiros e o setor tecnológico levou ao colapso de grandes áreas industriais e à imigração massiva, forçando o governo a interferir na economia. No Brasil, teria sido o *boom de commodities* da China que detonou a crise. O aumento de exportações para nosso maior parceiro comercial alavancou a economia do país, permitindo investimentos em políticas sociais e em petróleo e gás. Mas a abundância de recursos também levou a gastos excessivos com Copa do Mundo e Olimpíadas, concessão de isenções fiscais e subsídios ao BNDES, Petrobrás e empreiteiras: “Aqui o Estado foi protagonista, não o mercado financeiro e a bolsa de valores”³⁴.

Fernando Guarnieri e Fabiano Santos³⁵ concordam que a política de subsídios é a raiz do problema. Contudo, atribuem a recessão ao parasitismo das empresas beneficiárias do governo. Entre 2011 a 2014, o câmbio foi desvalorizado, a taxa de juros foi reduzida, o custo da energia abaixou e as

31 AVRITZER, Leonardo. “O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise (2013-2018)”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 37, n. 02, p. 273-289, mai./ago. 2018.

32 *Ibid.*, p. 286-7.

33 MELO, Marcus André. “A malaise política no Brasil”. *Journal of Democracy em Português*, Brasil, v. 6, n. 2, p. 69-95, out. 2017.

34 *Ibid.*, p. 90.

35 GUARNIERI, Fernando; SANTOS, Fabiano. “Dos Protestos ao Golpe Parlamentar: crônica da conjuntura brasileira recente”. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 23 mar. 2017.

empresas passaram a receber desonerações fiscais para a retomada do crescimento, mas o fato não se consumou³⁶:

Como se sabe os efeitos das medidas longe estiveram de corresponder aos objetivos colimados. Sob uma perspectiva, é possível sustentar que o setor produtivo agiu de forma oportunista, vale dizer, usufruiu dos rendimentos oferecidos por taxas de juros menores e custos mais baixos de produção, via desoneração e redução do preço da energia e não entregou aquilo que o governo e sociedade esperavam: investimento.

Paralelamente à crise econômica, se abateu sobre o Brasil um momento de enorme turbulência política, que levaria à reconfiguração do sistema partidário. Pode-se definir como marco da crise política as eleições de 2014, caracterizadas por uma extrema polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Aécio Neves (PSDB) perdeu o segundo turno por uma pequena margem de diferença para Dilma Rousseff, e o partido pediu a recontagem dos votos. No mesmo ano, o Ministério Público Federal (MPF) deu início à operação Lava Jato para apurar crimes de corrupção envolvendo o Estado, empresas estatais, como a Petrobrás, e empresas privadas, como a Odebrecht. As investigações, que se encerraram em 2021, tiveram grande repercussão na mídia e o tema da corrupção foi trazido à tona. A carreira política do juiz Sérgio Moro, responsável pelo julgamento das ações penais resultantes da investigação, foi alavancada, mas conversas vazadas entre Moro e agentes da acusação em 2019, e sua posterior nomeação para o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Bolsonaro sugerem que houve uma politização do processo judicial.

Entre 2014 e 2015, a popularidade de Dilma caiu, a Lava Jato fez circular uma enorme quantidade de informações desfavoráveis ao PT, e o partido entrou em atrito com o PMDB e com o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB)³⁷. Em 2016, teve início o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, conduzido por Eduardo Cunha. A presidente foi acusada de

36 *Ibid.*, s/ p.

37 MELO, Marcus André. "A malaise política no Brasil". *Journal of Democracy em Português, Brasil*, v. 6, n. 2, p. 69-95, out. 2017.

crime de irresponsabilidade fiscal, quando o repasse de verbas para bancos é atrasado intencionalmente para cobrir despesas do governo – as chamadas “pedaladas fiscais”. Com a deposição de Dilma, o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência e passou a adotar medidas bastante discrepantes do programa do PT. Muitos analistas previam um retorno à normalidade, que atribuíam à capacidade de negociação do vice-presidente, mas essa expectativa não se confirmou³⁸.

Várias interpretações tentam dar conta da instabilidade política que irrompeu no Brasil nos últimos anos. Alguns analistas vão dizer que a origem do problema está no desenho institucional brasileiro, que prejudica a governabilidade e dá incentivos para a formação de alianças espúrias e corrupção. Outros remontarão à nossa formação social ibérica para explicar que a democracia brasileira é frágil e que não se teria consolidado no país uma estrutura de direitos. Um terceiro grupo enfatiza as estratégias dos atores no jogo político. Estes teóricos defendem a tese de um conluio contra o PT e contra a democracia, motivado por visões ideológicas e por autointeresse, tanto para obter cargos quanto para escapar de denúncias. Para um quarto grupo teria ocorrido o inverso: as instituições democráticas de controle se fortaleceram durante esse período.

Começaremos pelas explicações hiperinstitucionalistas, que enfatizam as falhas do arranjo institucional existente. Dentro desta perspectiva, o presidencialismo de coalização, associado ao pluripartidarismo proporcional, é o grande responsável pelas crises políticas no país. O principal argumento contra o desenho de nossas instituições é o de que o(a) presidente não consegue obter maioria parlamentar para executar seu programa e precisa formar coalizões e lotear cargos em troca de apoio. Esta prática favoreceria a formação de alianças baseadas em interesse próprio e o desvio de dinheiro público. Se, por um lado, a falta de apoio pode prejudicar a governabilidade, por outro, alianças

38 TEIXEIRA, Carlos S. G. “O desafio plebiscitário à ordem institucional pós-1988: as perspectivas autoritária e democrática”. *Terceiro Milênio*, v. 13, n. 2, p. 62-82, jul-dez., 2019a.

superdimensionadas e ideologicamente heterogêneas podem levar à perda de identidade partidária, dificultando a distinção entre os partidos. Quando isso acontece, os eleitores sentem que seu voto não faz diferença, pois o programa será negociado entre as partes coligadas de qualquer maneira, o que gera ceticismo e reduz a participação eleitoral. Outro problema é que os processos de *accountability* e responsabilização são prejudicados, já que um partido pode ser culpabilizado pelo erro de outro, prejudicando a escolha dos representantes pelos eleitores. O enfraquecimento do controle do Executivo pelo Legislativo dentro do sistema de barganha é outro problema que pode ocorrer³⁹.

Passaremos agora aos argumentos não institucionalistas. Avritzer argumenta que a crise política foi consequência de manobras extrainstitucionais, acordadas entre elites políticas e o Judiciário contra o governo⁴⁰. Sua tese do movimento pendular da democracia consiste na ideia de que o Brasil oscila entre momentos de ampliação democrática e momentos de regressão. Nos momentos de retrocesso, recorre-se a meios não eleitorais ou extrainstitucionais para se chegar ao poder. Isso ocorre porque uma cultura de defesa dos direitos civis não teria sido plenamente desenvolvida no país, predominando a lógica do “aos amigos os favores, para os inimigos a lei”, herdada da cultura ibérica. Assim, a contestação dos resultados eleitorais por Aécio Neves, a atuação da Lava Jato, e as chantagens de Eduardo Cunha antes do *impeachment* seriam indícios de uma mudança no pêndulo democrático: Haveriam “evidências de retrocesso muito grandes para considerar essas mudanças apenas uma derrapada ou um *detour* em um longo percurso político”⁴¹.

Argelina Figueiredo e Fernando Limongi⁴² convergem com Avritzer no seu prognóstico: “As instituições não são imunes a ataques de atores políticos”,

39 MELO, Marcus André. “A malaise política no Brasil”. *Journal of Democracy em Português*, Brasil, v. 6, n. 2, p. 69-95, out. 2017.

40 AVRITZER, Leonardo. “O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise (2013-2018)”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 37, n. 02, p. 273-289, mai./ago. 2018.

41 *Ibid.*, p. 276.

42 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. “A crise atual e o debate institucional”. *Novos estudos*, São Paulo, v. 36., n. 03, p. 79-97, nov. 2017. Ver também: A Ciência política e as crises brasileiras: instituições e política (44º Encontro Anual da Anpocs).

diz Figueiredo. “Não foi uma crise institucional que levou o país à situação em que hoje se encontra. Pelo contrário, foram as estratégias e o comportamento das lideranças políticas e ocupantes de cargos públicos que contribuíram para enfraquecer as instituições vigentes, colocando em risco a própria democracia”⁴³. Assim, a atuação dos oponentes e “aliados” do governo teriam tido um papel fundamental para aprofundar a crise: “Pode-se debater quem usou quem nessa aliança, mas o fato é que Temer, Cunha e outros tantos fizeram uso da mobilização anti-PT para chegar ao poder e, dessa forma, aumentar suas chances de escapar das denúncias que os ameaçavam”⁴⁴.

Fernando Guarnieri e Fabiano Santos consideram que o *impeachment* não foi só motivado por interesses políticos, mas também por uma disputa ideológica entre o governo e seus adversários⁴⁵. Na sua concepção, Dilma teria sido vítima de um “golpe parlamentar”, e embora a princípio Cunha tenha agido em interesse próprio, exigindo mais cargos, verbas e mais poder para arquivar o pedido de *impeachment*, o conflito entre Executivo e Congresso logo adquiriu contornos ideológicos, quando o deputado se filiou a pautas de evangélicos e conservadores. Não há consenso sobre a tese de um golpe parlamentar e de ameaça à democracia no caso do *impeachment*. Alguns pesquisadores, como Marcus Melo⁴⁶ e Ronaldo Almeida⁴⁷ argumentam que o cenário político de 2016 não reflete um déficit de democracia, mas o fortalecimento do Judiciário e das instituições de controle democráticas, como o MPF e o Superior Tribunal Federal

Publicado pelo canal Anpocs [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (ca. 54 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LJsox_1SVkw. Acesso em: 16 mar. 2021.

43 “A Ciência política e as crises brasileiras: instituições e política” (44º Encontro Anual da Anpocs). Publicado pelo canal Anpocs [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (ca. 54 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LJsox_1SVkw. Acesso em: 16 mar. 2021.

44 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. “A crise atual e o debate institucional”. *Novos estudos*, São Paulo, v. 36., n. 03, p. 79-97, nov. 2017, P. 95.

45 GUARNIERI, Fernando; SANTOS, Fabiano. “Dos Protestos ao Golpe Parlamentar: crônica da conjuntura brasileira recente”. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 23 mar. 2017.

46 MELO, Marcus André. “A malaise política no Brasil”. *Journal of Democracy em Português*, Brasil, v. 6, n. 2, p. 69-95, out. 2017.

47 ALMEIDA, Ronaldo. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 01, p.185-213, jan./ abr., 2019.

(STF). Entretanto, Almeida indica que o processo da Lava Jato pode ter contribuído para uma repercussão bastante desfavorável para as eleições de 2018: a perda de legitimidade dos políticos e da própria política, bem como a abertura de brechas para *outsiders*.

Em 2018, o Brasil viveria uma intensificação da inquietação que se iniciou em 2014. A emergência de novos grupos sociais e de novas forças políticas no mundo tornou-se fonte de intensas disputas. No Brasil, a campanha de Jair Bolsonaro (então filiado ao PSL – Partido Social Liberal), sustentada por um discurso antissistema, autoritário e pouco aberto à linguagem dos direitos, além de sua proximidade com a categoria dos militares, aumentou a polarização e deixou muitos analistas preocupados com a possibilidade de um retrocesso democrático. Nas eleições, Steven Levitsky, autor, junto com Daniel Ziblatt, de *Como as Democracias Morrem*, descreveu Jair Bolsonaro como um candidato “inequivocamente autoritário”⁴⁸. Em *Como as democracias morrem*⁴⁹, ele e Daniel Ziblatt argumentam que as democracias não são mais destruídas por meio de golpes militares, mas são corroídas a partir de dentro pelos próprios representantes eleitos, a partir da rejeição das regras democráticas, da negação da legitimidade dos oponentes, tolerância à violência ou incitação de comportamentos violentos, e violação dos direitos civis dos adversários e da mídia. Mas o que está por trás da eleição de um líder com perfil autoritário, que exalta a tortura e a ditadura civil-militar, e cujo discurso de ódio serve de estímulo e validação para a intolerância⁵⁰?

Ronaldo Almeida argumenta que o sucesso de Bolsonaro nas urnas decorreu de uma demanda por candidatos antissistema, do desejo por

48 LEVITSKY, Steven. “Bolsonaro ameaça a democracia brasileira”. *Folha online*. 31 ago. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/steven-levitsky/2018/08/bolsonaro-ameaca-a-democracia-brasileira.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2019.

49 LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

50 Em 2018, Leonardo Avritzer (AVRITZER, 2018) afirmou estarmos vivendo, desde 2015, um “nível de intolerância inédito na sociedade”, dirigido a políticos e artistas nas ruas e nas redes sociais, e contra direitos da diversidade, marcado também pelo aumento de projetos de lei em favor da família e da defesa.

renovação política e do acentuado antipetismo no Brasil, que foi canalizado pelo bolsonarismo⁵¹. O uso das redes sociais também teria contribuído para os resultados eleitorais – a campanha de Bolsonaro chegou a ser condenada pelo TSE por difusão de *fake news* no primeiro turno. Uma jogada de marketing também favoreceu o candidato, atingido por uma facada um mês antes das eleições, o que o dispensou de participar dos debates, aumentando sua visibilidade e comovendo os eleitores⁵².

Várias hipóteses tentam dar conta da insatisfação que contribuiu para o fenômeno populista no Brasil. Percepção aumentada de corrupção entre os eleitores e rejeição de políticas de diversidade; frustração de expectativas que foram da euforia provocada pelo boom de commodities da China a uma oscilação na qualidade de vida dos brasileiros⁵³; insatisfação com a classe política, devido a uma falsa inclusão nos últimos 30 anos desde a Constituição de 1988, sem um real esforço para alterar a estrutura excludente da sociedade ou para efetivar os direitos dos brasileiros⁵⁴; emergência de uma “onda conservadora” no país, definida como “[...] um emaranhado de vários jogadores [que] concertaram-se politicamente em torno de inimigos comuns”⁵⁵. Neste trabalho, nosso objetivo é nos concentrarmos em duas interpretações para a crise que levou à emergência

51 ALMEIDA, Ronaldo. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 01, p.185-213, jan./ abr., 2019.

52 Carlos Sávio G. Teixeira chama atenção para o ganho de visibilidade do então candidato: “A pregação antissistema e a autoidentificação do presidente como uma pessoa mediana, mas autêntica, deram a tônica da formação da imagem do novo líder político nacional” (TEIXEIRA, 2019a, p. 71)

53 MELO, Marcus André. “Vai passar?” *Folha Online*. 27 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2020/12/vai-passar>. Acesso em: 24 mar. 2021.

54 TEIXEIRA, Carlos S. G. “O desafio plebiscitário à ordem institucional pós-1988: as perspectivas autoritária e democrática”. *Terceiro Milênio*, v. 13, n. 2, p. 62-82, jul-dez., 2019a. TEIXEIRA, Carlos S. G. “Entrevista com o prof. Dr. Carlos Sávio G. Teixeira”. *Revista Acadêmica em Humanidades*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 183-192, dez. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/index.php/artifices/article/view/797>. Acesso em: 10 mar. 2021. Conversa com os autores do livro *Bolsonarismo: teoria e prática*. Publicado pelo canal PPGSP UENF, Campos dos Goytacazes, [s.n.], 2020. 1 vídeo (2h46min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DJVaYU4ZgbA>. Acesso em 08 mar. 2021.

55 ALMEIDA, Ronaldo. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 01, p.185-213, jan./ abr., 2019, p. 210.

do que vem sendo chamado de populismo autoritário ou reacionário, populismo digital ou outras variantes: a interpretação de Roberto Mangabeira Unger e, como contraponto a suas ideias, a interpretação de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt.

A situação brasileira não é muito diferente do quadro geral apresentado no início da introdução. Desde 2005, Mangabeira Unger já apontava para uma crise que poderia levar à eleição de populistas reacionários. Em O que a esquerda deve propor, o autor vinha pensando sobre o descontentamento dos eleitores americanos e brasileiros com a incapacidade dos partidos de unir desenvolvimento econômico e ampliação de oportunidades, e considerava que respostas insuficientes para alterar as desigualdades sistemáticas poderia resultar na canalização e inversão dos ressentimentos da classe trabalhadora. Tal foi o fato que se consumou recentemente. A novidade talvez tenha sido o papel das redes sociais para impulsionar o populismo reacionário como forma de liderança, aumentando a visibilidade de um discurso que deslegitima a política e que é politicamente incorreto, ameaçando a democracia mesmo enquanto opera dentro das regras do jogo.

As motivações que nos levaram a estudar Roberto Mangabeira Unger são suas ideias inspiradoras e seu interesse pela vida pública. Consideramos que sua teoria e suas propostas programáticas podem fornecer material para pensarmos os impactos da crise no Brasil. O trabalho que se segue será organizado em três partes. No primeiro capítulo, será apresentada a biografia de Mangabeira Unger, desde sua formação e seu envolvimento no processo de abertura democrática, passando por seu papel na vida partidária brasileira e por sua participação no governo federal como ministro-chefe da Secretária de assuntos estratégicos (SAE)⁵⁶. No capítulo seguinte, faremos uma seleção das principais ideias e propostas de Unger, que acreditamos poder contribuir para

⁵⁶ Mangabeira Unger ocupou duas vezes o cargo, sendo o primeiro a ocupá-lo, desde a criação da secretaria até sua elevação a um órgão com estatuto de ministério.

pensar a questão da crise e do populismo. Para isso, nos remeteremos às teses de seu livro clássico *Política*, de 1987, cujos textos principais foram compilados em *Política: os textos centrais* (2001). Nesta parte buscaremos estabelecer uma relação entre suas ideias explicativas e programáticas em *Política: os textos centrais*, e em trabalhos mais recentes, como *Democracia realizada* (1999), *O que a esquerda deve propor* (2008) e *Economia do conhecimento* (2018). No terceiro capítulo do trabalho, pretendemos comparar a interpretação e propostas de Mangabeira Unger com as ideias de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as Democracias Morrem* (2016), assim como de Nadia Urbinati e Adam Przeworski. Finalmente, nas considerações finais, concluímos com uma síntese das principais ideias do trabalho e com questionamentos sobre o tema.

1. Roberto Mangabeira Unger: trajetória intelectual e política

1.1 Vida pessoal e o interesse precoce pela vida pública

Roberto Mangabeira Unger é um dos poucos brasileiros a figurar em revistas internacionais entre os maiores intelectuais do mundo. Com uma imaginação aguçada e um estilo audacioso, tornou-se o mais jovem professor de Harvard. O pesquisador também foi eleito membro vitalício da Academia Americana de Artes e Ciências em 1985 e tem relações próximas com líderes mundiais como seu ex-aluno, o ex-presidente americano Barack Obama. Em 1987, sua obra foi tema de um simpósio na Universidade de Cambridge, do qual resultou o livro *Critique and Construction: a Symposium on Roberto Unger's Politics*, organizado por Robin W. Lovin e Michael J. Perry. Em 1998, Mangabeira Unger também foi professor visitante do Instituto de Economia e Administração (IEA) da Universidade de São Paulo e, em 2019, recebeu uma homenagem na Faculdade de Direito daquela instituição, que deu origem à obra *Rebeldia Imaginada: Instituições e Alternativas no Pensamento de Roberto Mangabeira*

Unger, organizada por Carlos Sávio G. Teixeira (2019)⁵⁷. Considerado um “visionário” pelo *The New York Times*, o professor tem obras publicadas em diversas línguas e desfruta de grande prestígio entre a classe intelectual brasileira e americana⁵⁸.

Nascido no Rio de Janeiro em 24 de março de 1947 e atualmente radicado nos Estados Unidos, Mangabeira Unger cresceu em uma família de intelectuais e políticos. É filho da poetisa e jornalista brasileira Edyla Mangabeira e de Arthur Unger, um advogado alemão naturalizado americano. Sua mãe era filha de Otávio Mangabeira, que foi governador da Bahia, senador da república e ministro das Relações Exteriores no governo Washington Luís (1926-1930). Seu tio-avô, João Mangabeira, foi deputado federal, ajudou a fundar o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e foi ministro das Minas e Energia e da Justiça no governo João Goulart (1961-1964). Ainda na infância, Unger se mudou com os pais e a irmã Nancy Mangabeira para Nova Iorque, onde cursou o equivalente ao ensino fundamental I.

Aos onze anos, depois da morte de seu pai, a família voltou ao Brasil e o jovem continuou os estudos no tradicional colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, onde concluiu o ensino médio. Mangabeira Unger afirma ter sentido um estranhamento com relação ao sistema educacional brasileiro, tema que figuraria como uma de suas preocupações principais no governo. A decepção com as aulas, consideradas pelo jovem meramente informativas e de curta duração, serviu de estímulo para que ele dedicasse boa parte de seu tempo a estudar por conta própria. Na época, seu empenho nos estudos era tanto, que ele diz ter sido confundido pela alfândega com um revendedor ilegal de livros, por causa da quantidade de obras que encomendava do exterior.

57 A maior parte destas informações pode ser encontrada na “Cronologia”, em TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

58; “Roberto Mangabeira Unger is a restless visionary”. CONNOLLY, William. “Making the friendly world behave”. *The New York Times*. February 7, 1988, Section 7, Page 26. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1988/02/07/books/making-the-friendly-world-behave.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.

O interesse pela filosofia e pela política teve início muito cedo na vida de Mangabeira Unger. Na década de 1940, nos EUA, a família costumava receber brasileiros exilados do Estado Novo varguista. Uma das pessoas acolhidas na sua casa foi o jornalista e político Carlos Lacerda, que passou alguns meses hospedado ali. Seu avô, Otávio Mangabeira, um ferrenho opositor do getulismo nos anos 1930, exilado do regime durante três anos, foi um dos grandes responsáveis por despertar o interesse de Mangabeira Unger pela política. Na infância, o menino tinha o hábito de passar as férias com o avô na Bahia e entre suas atividades habituais estava assistir ao desfile do dia da independência no estado e ouvir debates acalorados entre liberais na sala de estar do avô. Mangabeira Unger conta que, aos sete anos, seus amigos não faziam zombarias infantis sobre seu sotaque porque todos tinham mais de setenta anos. Ele também diz que por volta dos seis a oito anos, sua mãe lia para ele os clássicos da filosofia, como “A República”, de Platão. Sua trajetória, construída em meio a intelectuais e políticos, estudando em colégios de elite, e transitando em ambientes tão diversos quanto o Rio de Janeiro, a Bahia e os Estados Unidos, não poderiam ter tido um desfecho diferente: desde os primeiros anos, Mangabeira Unger sabia “que seria uma combinação de pensador com homem de ação”⁵⁹.

Em 1964, o jovem intelectual iniciou seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Na década de 1960, o país passava por um período político turbulento; sua irmã Nancy, membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e alguns amigos foram presos pela repressão militar. Em 1969, Mangabeira Unger se mudou para os EUA para cursar o mestrado em Harvard e acabou ficando por lá. Foi assim que acabaria se consagrando como o mais jovem professor da instituição, contratado desde 1971, e tornando-se titular em 1976. Suas primeiras obras *Knowledge and Politics* (1975) e *Law in Modern Society* (1976), assim como suas pesquisas

59 MANGABEIRA UNGER, Roberto. Desenvolvimento sustentável é abstração. Laura Greenhalgh. *O Estado de São Paulo*, 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 37.

iniciais, concentravam-se no âmbito da teoria política e jurídica e do pensamento social. Com o tempo, o pensador passou a ensinar suas próprias ideias e a divulgar suas investigações teóricas. Em 1988, Unger se casou com a economista, jurista e professora americana Tamara Lothian, com quem veio a ter quatro filhos. Nas duas seções seguintes, vamos apresentar o percurso formativo do pensador, seu engajamento público e seus projetos práticos para o país, assim como o modo como o teórico e político transita entre a universidade e os partidos.

1.2 O intelectual público “visionário”

Mangabeira Unger dedicou-se, durante toda a sua vida intelectual, a fazer diagnósticos sobre o mundo social e a pensar em saídas progressistas para problemas políticos, econômicos, militares. A busca de alternativas diante de uma crise é tema recorrente em seus livros programáticos, mas também está presente em suas colunas jornalísticas, entrevistas e em seu canal no Youtube. Para além de seus esforços acadêmicos, Mangabeira Unger tem influência direta e indireta na vida pública brasileira e em outros países, como os EUA. No Brasil, já foi candidato a deputado federal, pré-candidato a prefeito de São Paulo e a presidente, e apoiou as campanhas presidenciais de Leonel Brizola, em 1989 e 1994, como hoje apoia Ciro Gomes. Embora teoria e prática sempre tenham andado lado a lado na sua trajetória, a tentativa de transposição de suas ideias para a esfera política nem sempre ocorreu de forma harmoniosa, especialmente durante sua atuação como ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, cargo que ocupou por duas ocasiões, entre 2007 e 2009 e depois em 2015.

Em 1964, Mangabeira Unger começou a cursar Direito no Rio de Janeiro. Em 1967, o estudante publicou seu primeiro artigo, “O Estruturalismo e o Futuro das Ciências Culturais”, onde faz uma crítica aos principais paradigmas analíticos das Ciências Sociais, e aponta a necessidade de superá-los para interpretar corretamente os fenômenos culturais. O pensamento social brasileiro

passava por uma verdadeira transformação no início daquela década. As teorias dos anos 1960 representavam uma ruptura com a tradição varguista de 1930, marcando o afastamento dos intelectuais da órbita do Estado e sua conseqüente aproximação da sociedade civil.

Maria Alice Rezende de Carvalho⁶⁰ argumenta que, no Império, o desenvolvimento da atividade intelectual no país teve como estímulo principal o interesse público, ao lado de motivações pessoais. De um lado, Dom Pedro II difundia a ciência e as artes enquanto centralizava o poder e evitava conflitos com as classes senhoriais. De outro lado, a formação da intelectualidade brasileira, constituída por jovens profissionais liberais da elite, era animada pela ambição de obter um cargo público, tanto quanto pelo desejo de participar da política: “Na prática, portanto, [o pensamento e as artes] eram instâncias do jogo político, mais do que agências de produção intelectual e técnico-científica”⁶¹. Se no período imperial, a relação de interesses entre cientistas e Estado já estava enraizada na cultura do país, na República, com a criação das universidades pelo regime varguista, a interferência se aprofunda. Muitos pensadores tornaram-se apadrinhados de políticos, e passaram a produzir obras por encomenda, enquanto outros passaram a reivindicar a profissionalização de suas carreiras. Segundo Carvalho, a diferença entre os bacharéis do Império e os bacharéis do Estado Novo é que os segundos se sentiam comprometidos com a tarefa de modernizar o país e contavam com o Estado para realizar a mudança.

Daniel Pécaut⁶² aponta para duas formas de intervenção dos intelectuais na política durante o Estado Novo, que tomou forma entre 1930 a 1945. Como ideólogos do regime, os pensadores tinham status de elite dirigente e ajudavam a legitimar a “ideologia de Estado” varguista. Não só o Estado era considerado o agente de modernização do país, como os conflitos e a concessão de direitos

60 CARVALHO, Maria Alice Rezende. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 17-31, out. 2007.

61 *Ibid.*, p. 18.

62 PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

eram regulados do alto, mediados por associações corporativas, como sindicatos, o Exército e as Igrejas. Porém, a teoria não era a única forma de intervir no poder. Muitos intelectuais se engajaram em partidos, como o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP), e em associações e movimentos políticos, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), inspirada no nacionalismo italiano, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente antifascista de esquerda, e a oposição liberal ao regime, concentrada na Faculdade de Direito de São Paulo. Para garantir a adesão dos intelectuais ao Estado, o getulismo praticava uma política de valorização da ciência e da cultura, além de distribuir vastos recursos para estes setores:

Se os intelectuais aderiram a uma “ideologia de Estado”, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo “intelectual” [...] os intelectuais são incitados a voltar-se para o Estado a fim de obter apoio e recursos em nome da “cultura nacional”.⁶³

Os anos 1960 marcam o afastamento dos intelectuais do Estado e sua aproximação da sociedade civil. Em São Paulo, o tema da modernização do país estava fortemente ligado ao debate sobre a democratização do ensino, que ganhou força no final da década de 1950. No Rio, berço do getulismo, a relação entre universidade e sociedade foi fortalecida após a criação de órgãos e movimentos como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC-UNE), em 1962, e o movimento de alfabetização de Paulo Freire⁶⁴. Quando a polarização entre EUA e URSS se acirrou e a ditadura civil-militar teve início no Brasil, em 1964, o pensamento de matriz marxista predominava na academia brasileira. Segundo Pécaut, havia entre os isebianos uma forte crença na força teórica do nacional-marxismo enquanto programa de transformação social. O marxismo acadêmico da USP, por outro lado, estava voltado para a correta apropriação dos conceitos econômicos de Marx. Além da rejeição ao getulismo, os uspianos eram céticos

63 Ibid., p. 73.

64 CARVALHO, Maria Alice Rezende. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 17-31, out. 2007.

com relação à tese da revolução burguesa-nacional do ISEB e criticavam a vulgarização marxista pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Mangabeira Unger tinha um posicionamento autônomo no debate intelectual dos anos 60. O pensador rejeitava o getulismo, que conhecia de perto, devido ao tempo que passara com seu avô e ao fato de sua família receber exilados do regime nos EUA. Ele tampouco se identificava com os círculos marxistas do ISEB ou do Partido Comunista e não era apoiador da ditadura. Ao contrário, pouco tempo depois da declaração do AI-5, em 1969, se mudaria para os EUA para cursar o mestrado, onde permaneceria como professor.

Mangabeira Unger sempre foi um entusiasta da aproximação entre universidade e sociedade. Hoje o professor divulga suas aulas em seu canal nas redes sociais, mas já nos anos 1970, quando começou a lecionar em Harvard, desafiava o ensino canônico da instituição, estimulando a criação de ideias e promovendo debates. Em seus primeiros anos naquela instituição, o jovem professor foi responsável por impulsionar o *Critical Legal Studies*, o “mais importante movimento dos estudos jurídicos nos Estados Unidos”⁶⁵. Em entrevista para a revista *Caros Amigos* em 1999, o estudioso falou sobre as mudanças em curso na faculdade na época e sobre a repercussão que o movimento teve na mídia:

Nos Estados Unidos [...] as questões políticas são representadas como questões jurídicas. E as faculdades de direito da elite são os grandes formadores da elite não só jurídica, mas política e empresarial do país. E o que aconteceu durante os dez anos da minha permanência lá é que a cultura jurídica, política, de consenso nessas faculdades de direito foi subvertida. E elas se tornaram um centro muito vivo de debates políticos, a tal ponto que a confusão ideológica lá acabou atraindo o interesse de grandes jornais americanos, como o *Wall Street Journal* e o *The New York Times*, que

65 ARAUJO, Tiago M. *Pragmatismo romântico e democracia: Roberto Mangabeira Unger e Richard Rorty*. Salvador: Edufba, 2016, p. 17.

começaram a fazer campanha contra a subversão nas faculdades de direito⁶⁶.

Na mesma entrevista, Mangabeira Unger fala sobre as inseguranças do início da carreira e sobre as tensões que experimentou quando começou a se engajar no debate público no Brasil e nos EUA. O contraste entre a cultura americana e a cultura brasileira, que marcam a trajetória de vida do pensador desde a infância, reflete-se também em seus primeiros anos de trabalho intelectual. Como afirma, ele não se sentia confortável para se envolver nas discussões acadêmicas em nenhum dos dois países, pois se via dividido entre o compromisso com interesses universais e com os interesses particulares do Brasil.

A divisão entre globalismo e nacionalismo, experimentada pelo jovem Mangabeira Unger, reflete a cultura intelectual do país, segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda⁶⁷. A socióloga destaca que o aspecto distintivo do pensamento social brasileiro, na visão de Antonio Candido, é a capacidade de combinar “localismo e cosmopolitismo”. A geração de 1930 foi responsável por construir “um pensamento embebido nos nossos problemas, mas segundo os moldes das mais avançadas teorias experimentadas nos centros intelectuais cosmopolitas”⁶⁸. A credibilidade estética ou intelectual de uma obra estava condicionada à sua capacidade de incorporar a linguagem e as questões do exterior. A narrativa da “formação social brasileira” construída por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., e sua articulação com as ideias estrangeiras, contribuiu para viabilizar a atividade intelectual na “periferia” do mundo, ajudando a construir uma imagem positiva do pensamento social

66 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “O pensador da Esperança”. José Arbex Jr. *et al. Caros Amigos*, jan. 1999. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012., p. 122-3.

67 ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, São Paulo, v.16 n.1, p. 107-118, jun. 2004.

68 *Ibid.*, p. 108.

brasileiro. Como explica Arruda: “[...] a formação do pensamento brasileiro acaba por coincidir com a constituição de uma intelectualidade de corte modernista, identificada com as questões do país e dedicada à construção da sociedade moderna deste lado do mundo”⁶⁹. Sentindo que não podia estabelecer uma relação meramente superficial com sua terra natal, ao mesmo tempo em que acreditava que Harvard representava um interesse que excedia a nação americana, Mangabeira Unger se via em um dilema entre o compromisso com o Brasil e com a ideia mais ampla de que “precisamos nos conduzir como cidadãos do mundo”⁷⁰:

Acho que o debate no mundo, hoje, sobre alternativas, é um só debate. E que precisa ser conduzido em todo o mundo. [...] Cada vez que me engajo no Brasil sinto que tenho de ir mais fundo, tenho de dar mais, que o engajamento tem de ser incondicional. [...] Mas, ao mesmo tempo, tenho essa ideia de que o mundo é um só, uma cruzada só, que a pessoa precisa transcender o mundo específico.

Em entrevista ao *Estado de São Paulo* em 1995, Mangabeira Unger falou sobre seu trabalho em Harvard. Na ocasião, o professor disse que desenvolvia sua linha de pesquisa de maneira independente e que o debate sobre alternativas no país era ainda incipiente:

O que se pode dizer é que, nos EUA, o ponto fraco é a falta de ideias gerais alternativas, e o ponto forte é a imensa vitalidade da sociedade e da academia americanas. A Faculdade de Direito de Harvard era uma das principais instituições formadoras da elite norte-americana. No entanto, virou agora um dos maiores cenários de acalorado debate ideológico-institucional. [...] O que é interessante na academia norte-americana é que em cada uma das disciplinas sociais (o direito, a economia, a política) há um debate sobre as alternativas que está começando.⁷¹

69 *Ibid.*, p. 111

70 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “O pensador da Esperança”. José Arbex Jr. *et al.* *Caros Amigos*, jan. 1999. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012., p. 149-50.

71 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Mangabeira Unger vê equívocos em FHC”. José Luis Silva. *O Estado de São Paulo*. 22 abr.1995. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 195.

No Brasil, Mangabeira Unger muitas vezes foi criticado por não morar no país e por falar com sotaque. Aos críticos, ele costuma responder que fala com sotaque, mas que não pensa com sotaque. As propostas que pensa para a sociedade brasileira são criadas com base em nossos próprios problemas e em nosso potencial, e não importadas do exterior.

No artigo “Da crítica ao Estruturalismo à Inserção na Vida Política Brasileira”, Fernando S. de Camargo e Sandro A. R. Gomes⁷² investigam os primeiros anos da vida intelectual de Mangabeira Unger. Logo que iniciou sua carreira acadêmica, o jovem professor de Harvard mantinha contatos frequentes no Brasil e tinha o hábito de fazer breves viagens ao país. Em 1975, o *Jornal do Brasil* noticiou:

Chegando a Harvard, [Mangabeira Unger] foi convidado para lecionar no bacharelado, mas só não conseguiu porque o Conselho da Universidade não abriu o precedente. Logo depois, recebeu um convite para fazer o doutorado e agora é professor-assistente. Dá seis meses de aula e nos outros seis pesquisa o que bem entender.⁷³

Em 1974, a possibilidade de uma reabertura democrática começava a dar os primeiros sinais. A eleição indireta do presidente-ditador Ernesto Geisel pelo Congresso Nacional e o bom desempenho do partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições da Câmara indicavam um movimento de moderação do regime. Este era o clima político do Brasil quando Mangabeira Unger participou dos primeiros eventos acadêmicos no país e começou a ganhar notoriedade na imprensa. Nos textos jornalísticos da época, mapeados por Camargo e Gomes, além do entusiasmo do professor com as oportunidades que se abriam durante a democratização, está fortemente

72 CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

73 Ibid., p. 463.

presente em suas falas uma crítica à teoria social moderna. No seminário “Direito, Cidadania e Participação”, de 1979, o teórico fala sobre a necessidade de ampliar a participação, sem prejuízo da liberdade, unindo preceitos do marxismo e do liberalismo⁷⁴. Esta questão vai servir de base para as propostas elaboradas em sua obra. Segundo nota da *Folha de São Paulo*⁷⁵:

Na exposição inicial, o professor Roberto Mangabeira Unger, professor da Universidade de Harvard, Estados Unidos, procurou fazer uma crítica interna ao liberalismo no Brasil. A seu ver, a grande questão que o liberalismo não superou é o da participação popular, assim como a grande questão que o pensamento marxista não resolveu é o da liberdade.

Mangabeira Unger faz duas críticas principais à doutrina marxista do século XIX e XX. Primeiro, que os teóricos marxistas acreditam em uma descontinuidade radical entre um período histórico e o período seguinte. A sociedade é entendida como um todo indivisível, cuja estrutura hierárquica de privilégios precisa ser desfeita na totalidade. Segundo, que sua dissolução tem um agente certo e segue leis pré-definidas. Este conjunto de ideias leva a duas consequências: a “perda de plausibilidade descritiva e explicativa”, já que a teoria não se adequa aos fatos, e a limitação da imaginação de novas formas de alianças e de organização social, desorientando a prática política: “Se a história está escrita, não precisamos ter uma visão programática”⁷⁶. Parte desta crítica aparece pela primeira vez na mídia brasileira em matéria para o jornal *O Globo*, em 1979:

Nessa teoria, há a ideia de que a política mais democratizante que a nossa época pode assistir tem por base natural e necessária uma

74 O seminário foi realizado no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

75 Ibid., p. 498-499

76 Tradução livre: “Well, if [history] is written out, we don’t need to have a programmatic vision”. Progressive Alternatives Lecture January 25, 2022. Cambridge; s. n., 2022. 1 vídeo (ca 2h) Publicado pelo canal Roberto Mangabeira Unger. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bqAdDM0UQJw>. Acesso em: 04 mar. 2022.

classe social definida: o proletariado industrial ou, quando muito, o proletariado em aliança com o campesinato. Sobra sempre o julgamento prático de saber se chegou o momento da luta popular ou se ainda é hora da frente democrática e da “democracia burguesa”. Mas a luta popular, quando for desencadeada, tem agente certo.⁷⁷

Com relação à ciência social desenvolvida nos países ricos, ela enfatiza o sistema de barganha entre elites e não distingue entre disputas rotineiras por recursos ou eventos capazes de reverter divisões e papéis arraigados. Para os cientistas sociais positivistas, a história consiste em uma série de acomodações de pequenos conflitos e os períodos se sucedem sem rupturas radicais. Eles rejeitam a ideia de estrutura e são céticos quanto a transformações sociais profundas. Logo, afirma Mangabeira Unger, não conseguem atingir as causas dos problemas que buscam resolver. Ainda n’*O Globo*, o pensador expressa sua objeção a esta tradição de pensamento:

Esse ideário entende as sociedades industriais modernas como um complexo de grupos flutuantes. Tende a reduzir a política democrática às pequenas barganhas que os representantes transitórios desses grupos mal definidos acertam entre si. Os pequenos ajustamentos gradativos na redistribuição do poder e da riqueza seriam os únicos resultados a esperar da prática política.⁷⁸

As limitações da teoria marxista e das ciências sociais positivas voltam a ser debatidas na imprensa nos anos 2000, por ocasião do lançamento do livro *Política: os textos centrais*⁷⁹. Nesse momento, as políticas neoliberais atravessavam um período de desgaste, e os eleitores estavam ávidos por

77 MANGABEIRA UNGER, 1979 *apud* CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b, p.500.

78 *Ibidem*.

79 O livro, publicado em 1997 e traduzido para o português em 2001, é uma compilação dos principais textos de *Politics*, publicado em inglês em três volumes em 1987.

alternativas. Como Mangabeira Unger diz em entrevista à *Folha de São Paulo* em 2001:

Tanto o marxismo quanto as ciências sociais positivas americanas sonham a imaginação das alternativas, embora o façam de maneiras diferentes. No marxismo há a ideia de que a história humana é uma história de rupturas, de mudanças estruturais. Há aí uma bagagem determinista. Acredita-se que haja sistemas institucionais indivisíveis, como o feudalismo e o capitalismo, que, quando mudam, mudam tudo de uma só vez. Há também a ideia de que esses sistemas estejam em uma sequência evolutiva predeterminada.⁸⁰

Já o problema das ciências positivas liberais seria que elas:

[...] tal como praticadas na academia dos EUA, rejeitaram essas premissas fatalistas [do marxismo], mas, ao fazê-lo, destruíram também a ideia indispensável das alternativas estruturais. Elas concebem a vida social como apenas um conjunto unidimensional de problemas e soluções, de interesses e composições. Perdeu-se a concepção de uma diferença entre a superfície da vida social e as rotinas da prática e do discurso e entre as estruturas profundas.⁸¹

A tarefa da obra de Mangabeira Unger consiste em resgatar a ideia de que é possível alterar as estruturas excludentes, mas livrando a mudança de todo determinismo histórico. Seu pensamento preserva a crença na mudança social, mas sem tentar encaixar a realidade em um esquema teórico pronto. Desfazer progressivamente as hierarquias e papéis sociais arraigados, para alcançar a autonomia individual e coletiva: eis a ambição do pensamento ungeriano. Desde os anos iniciais na vida acadêmica até hoje, as ideias do pensador sugerem que sem tocar nas causas profundas dos problemas, ciclos de crise e estabilização continuarão a ditar a política. Como disse ao *Globo* em

80 MANGABEIRA UNGER, Roberto. "A ambição da política. André Singer". *Folha de S. Paulo*, 16 de set. de 2001. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012, p. 110.

81 *Ibid.*, p. 112.

1979: “Quando elas [as estruturas] parecem cair num estado de rigidez determinante, que estreita a área do politicamente praticável, é porque a militância e a crítica se retraíram diante das alianças e dos preconceitos consolidados”⁸². O trabalho de Mangabeira Unger abrange diversas áreas de conhecimento como direito, filosofia política e economia. O professor teve vários títulos publicados nos EUA e no Brasil⁸³: *Conhecimento e Política* (1975/ 1978), *O Direito Na Sociedade Moderna: Contribuição à Crítica da Teoria Social* (1976/ 1979), *The Critical Legal Studies Movement* (1986), *Paixão: Um Ensaio Sobre a Personalidade* (1986/ 1998), *Politics: A Work In Constructive Social Theory* (1987) , *What Should Legal Analysis Become?* (1996), *Política: os Textos Centrais* (1997/ 2001), *Democracia Realizada: A Alternativa Progressista* (1998/ 1999), *O Futuro do Progressismo Americano: uma Iniciativa de Reforma Política e Econômica*, com o filósofo americano Cornel West, (1998/ 1999), *O que a esquerda deve propor?* (2006/ 2008), *O Homem Despertado: Imaginação e Esperança* (2007/ 2020), *A Reinvenção do Livre-Comércio: A Divisão do Trabalho no Mundo e o Método da Economia* (2007/ 2010), *The Religion Of The Future* (2014), *The Singular Universe and The Reality of Time*, em coautoria com o físico norte-americano Lee Smolin (2014), *The Critical Legal Studies Movement: Another Time, a Greater Task* (2015), *A economia do conhecimento* (2019/ 2018) e *Governar o mundo, sem governo mundial* (2022). Após a morte de sua esposa, Tamara Lothian, em 2016, Mangabeira Unger também organizou dois de seus livros inacabados para publicação: *Law and the Wealth of Nations: Finance, Prosperity, and Democracy*, e *Finance and Democracy in America*. No Brasil, o teórico publicou: *Participação, Salário e Voto: um Projeto de Democracia para o Brasil*, com Edmar Lisboa Bacha (1978), *A alternativa transformadora: como democratizar o Brasil* (1990), *O próximo passo: uma alternativa prática*

82 MANGABEIRA UNGER, 1979 *apud* CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b, p. 501.

83 As datas entre parênteses se referem, respectivamente, ao ano de publicação e à versão traduzida para o português.

para o Brasil, com Ciro Gomes (1996), *A segunda via: presente e futuro do Brasil* (2001), *O Direito e o futuro da democracia* (2004), *Necessidades Falsas* (2005), e *Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil* (2018). Atualmente, o autor mantém uma página na internet, onde divulga seus trabalhos teóricos, e também publica gravações de aulas e conferências, entrevistas e vídeos na rede social Youtube.

1.3 Do pensamento à “ação”

No Brasil, existem duas visões concorrentes sobre a natureza da relação entre os intelectuais e o Estado⁸⁴. Alguns analistas, como Sergio Miceli, atribuem o engajamento dos pensadores a interesse próprio⁸⁵. Em *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil* (1979), o autor afirma que não havia, entre os intérpretes da geração de 1930, um compromisso genuíno com a modernização do país. Herdeiros de uma classe senhorial em decadência e temendo perder suas posições em face da crescente profissionalização das carreiras, eles se viram obrigados a obter um diploma e passaram a ocupar cargos no governo e a tomar parte no debate público. Assim, de um lado, o engajamento político fazia parte de uma estratégia de cooptação do Estado. De outro, estava ligado a uma disputa por cargos no mercado, visando à conquista de “novas oportunidades que se abriam, sobretudo aquelas resultantes da política cultural inaugurada no governo Getúlio Vargas”⁸⁶. Os adeptos desta concepção sobre os intelectuais

⁸⁴ BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889- 919, 2010.

⁸⁵ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, São Paulo, v.16 n.1, p. 107-118, jun. 2004; BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. “Para uma sociologia dos intelectuais”. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889- 919, 2010; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

⁸⁶ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, São Paulo, v.16 n.1, p. 107-118, jun. 2004, p. 112.

privilegiam não os textos, mas o contexto de produção das obras e a trajetória individual dos pensadores. Por meio da análise de documentos pessoais, é possível visualizar as estratégias ocultas dos atores no mercado e suas relações com os patrocinadores e com o público.

Outra interpretação sobre os intelectuais, como a de Daniel Pécaut⁸⁷ defende que a intervenção dos pensadores nos assuntos do Estado é resultado de uma “vocação pública”. Os intérpretes de 1930 seriam motivados pela vontade de organizar a sociedade, livrando as instituições da interferência oligárquica: “a intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional”⁸⁸. Pécaut não desconsidera a importância dos interesses para o engajamento político, mas também não reduz a participação à busca de um cargo público. Além disso, para os analistas desta corrente, importa mais estudar as ideias dos pensadores do que sua trajetória de vida. O percurso intelectual de um pensador não é construído independentemente das oportunidades e restrições que limitam a produção de conhecimento. Cada obra é resultado de uma trama de negociações entre o intelectual, seu contexto e a rede de atores com quem se relaciona.

O presente trabalho objetiva estudar o pensamento de Roberto Mangabeira Unger: como o teórico interpreta as crises e suas ideias programáticas. Porém, é inegável que o contexto tem influência sobre a atuação dos intelectuais. Ao longo da carreira do pensador, podemos vislumbrar um fio condutor que unifica as diferentes fases de seu pensamento, mas também descobrimos ambivalências em suas obras e dificuldades em transpor seu trabalho para a prática política. As tensões enfrentadas pelo professor no início da carreira provavelmente não foram diferentes dos conflitos vividos por qualquer intelectual buscando se inserir no mercado de trabalho. Além disso, suas movimentações na vida pública aparentam ser motivadas tanto por pragmatismo quanto por idealismo.

87 PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

88 *Ibid.*, p. 22.

O engajamento de Mangabeira Unger na política tem como marco inicial as eleições de 1972, quando ele assessorou a campanha de George McGovern, candidato democrata à Presidência dos EUA⁸⁹. No Brasil, podemos dividir sua participação na vida pública em dois momentos. Nos anos 1970, o intelectual se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 1966, e se envolveu no processo de redemocratização do país; naquele período ele também parece ter se concentrado em encontrar aliados. Nos anos seguintes, da abertura democrática até hoje, Mangabeira Unger disputou cargos, foi ministro-chefe de governo e tem se dedicado à identificação de problemas locais e globais no mundo social e à elaboração de visões programáticas. Sobre sua trajetória, ele diz⁹⁰:

Com os primeiros sinais da redemocratização, comecei uma longa trajetória, que continua até hoje, de elaborar propostas para o país. E também procurei identificar agentes políticos, partidos e pessoas que poderiam servir como veículos da mudança que eu defendia.

No Brasil, os primeiros anos de envolvimento do pensador na vida pública são marcados pela resistência ao regime militar e por sua aproximação das lideranças do MDB, frente ampla de oposição ao partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Ulysses Guimarães, líder do MDB, chegou a convidar Mangabeira Unger para ser seu assessor-chefe. Embora não tenha ocupado o cargo, este período foi fundamental para que ele estabelecesse um vínculo com a classe política brasileira:

Consegui que Ulysses Guimarães me convidasse para ser seu chefe de assessoria do MDB, e me larguei para Brasília. Quando cheguei lá, verifiquei que não havia assessoria nenhuma. [...] E iniciei esse contato

89 CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

90 MANGABEIRA UNGER, Roberto. Desenvolvimento sustentável é abstração. Laura Greenhalgh. *O Estado de São Paulo*, 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 30.

com a classe política brasileira, uma tarefa de formulação e proselitismo de ideias, e um reencontro com o Brasil.⁹¹

O primeiro fato noticiado sobre a vida política do intelectual é de 1968⁹². No dia 31 de agosto, o *Jornal do Brasil* noticiou que o estudante de direito havia recebido uma intimação para prestar depoimento no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no Rio de Janeiro. Unger havia participado das manifestações que culminaram no assassinato do aluno secundarista Edson Luís L. Souto por militares. Já a conexão do intelectual com a política partidária ocorreu alguns anos depois, em 1976, quando ele se filiou ao MDB. O *Jornal do Brasil* publicou uma nota sobre o evento em 10 de setembro:

O professor Roberto Mangabeira, que há cinco anos leciona ciência política na Universidade Harvard, acaba de entrar para o MDB. É neto do governador Otávio Mangabeira, um dos maiores políticos do regime de 1946, e pretende ser deputado federal.⁹³

Nessa época, Mangabeira Unger se dividia entre suas atividades em Harvard e breves viagens ao Brasil⁹⁴. O MDB estava passando por um processo de renovação e o professor participou dos comitês de formação do novo partido e contribuiu com a redação do seu programa. Em julho de 1977, o *Jornal do Brasil* publicou uma nota dizendo que o intelectual estava engajado em um programa de oposição à ditadura, que poderia se tornar o documento orientador da sigla. Em 21 de novembro de 1979, a *Folha de São Paulo* noticiou que Unger estava alinhado à “corrente liberal” do MDB⁹⁵. No mesmo dia, a *Veja* informou

91 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “O pensador da Esperança”. José Arbex Jr. *et al. Caros Amigos*, jan. 1999. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 125.

92 CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

93 *Ibid.*, p. 480.

94 *Ibidem*.

95 CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b, p. 504.

que o novo MDB seria nomeado de Partido Trabalhista. Porém, em vez do Partido Trabalhista, seus líderes fundaram o PMDB. No final do ano, Mangabeira Unger colaborou com a redação do manifesto de fundação do partido, e ajudou a escrever o programa oficial da sigla. Em 25 de novembro de 1979, o professor falou a *O Globo* sobre suas expectativas em relação à renovação do partido. A tarefa do PMDB, acreditava ele, deveria ser aprofundar a “luta pela democracia”, unindo forças da elite política, das classes populares e das classes médias, de assalariados e pequenos e médios proprietários urbanos e rurais⁹⁶.

No período pós-democratização, o engajamento público de Mangabeira Unger será marcado pelo apoio a Leonel Brizola e Ciro Gomes, e por sua participação como ministro-chefe nos governos Lula e Dilma. Essa fase tem início quando o intelectual deixa o PMDB nos anos 1980 e se liga ao Partido Democrático Trabalhista (PDT)⁹⁷. Em *A Alternativa Transformadora*, o professor esclarece os motivos porque deixou o antigo partido e se filiou ao PDT. Na sua visão, o PMDB se tornou “mais um clube da oligarquia brasileira”, caracterizado pela desorientação e pelo oportunismo durante a gestão do presidente Sarney. Já a escolha pelo PDT estaria ligada a uma preferência programática e pessoal:

Para uma pessoa na minha posição, o caminho natural seria o PT. Preferi, porém, o PDT por duas razões: uma programática; outra, pessoal. O maior defeito de ambos esses partidos é o de se deixarem seduzir pelas preocupações e pelos preconceitos de cada um dos dois mundos em que se divide o Brasil: o PT, pelo Brasil organizado e industrializado; o PDT, pelo outro Brasil. [...] Mas já que me vi obrigado a escolher, preferi, dos dois, o partido que carregava as marcas mais fortes do segundo Brasil, porque, neste segundo país e na definição do seu futuro, é que me parecia estar a parte maior do nosso enigma e da nossa promessa⁹⁸.

96 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “A obra de um partido democratizante: a confusão e suas raízes”. S/crédito. *O Globo*, 25 nov. 1979. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 211.

97 CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

98 MANGABEIRA UNGER apud CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da

Antes de fundar o PDT, Leonel Brizola havia liderado o PTB, partido extinto pelo AI-2 na ditadura. Mangabeira Unger e o político se conheceram em 1977, durante o exílio do petebista nos EUA – os dois viriam a se tornar grandes parceiros. Entre 1983 a 1987, Mangabeira Unger colaborou informalmente com Brizola durante seu mandato como governador do Rio de Janeiro⁹⁹. Logo que se filiou ao PDT, o professor foi convidado pelo amigo para comandar a Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM). O cargo foi ocupado por poucos meses, de julho de 1985 a janeiro de 1986. Durante esse período, foi implementado o plano “Uma Proposta de Mudança”, que tinha o objetivo de reintegrar os menores carentes à sociedade e à escola¹⁰⁰. Nas eleições de 1986, Brizola não disputou nenhum cargo e apoiou o vice governador Darcy Ribeiro, que não se elegeu. No pleito seguinte, o ex-governador voltou a se candidatar e foi eleito, renunciando ao cargo em 1994, para disputar a presidência. A identificação com Brizola, apesar de sua diferença de origem e das divergências sobre o getulismo, se deu em função do estilo contestador do pedetista e da autenticidade do partido. Porém, o professor lamenta que posteriormente o pedetista tenha adotado um discurso de “lamentação social”: “A lenga-lenga de lamúrias mostrou-se incapaz de mudar o país”¹⁰¹.

A partir de meados dos anos 1990, Mangabeira Unger começou uma longa parceria com Ciro Gomes, que dura até hoje. Em 1995, ao final do governo

trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b, p. 505.

99 MANGABEIRA UNGER, Roberto (verbetes). In: *Dicionário de Verbetes Biográficos*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/unger-mangabeira>. Acesso em 18 dez. 2020.

100 CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986)”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

101 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “O pensador da Esperança”. José Arbex Jr. *et al. Caros Amigos*, jan. 1999. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 129.

Itamar Franco, de quem Ciro foi ministro da Fazenda, o professor o convidou para um curso em Harvard, onde apresentaria suas ideias mais recentes. Em 1996, escreveram juntos o livro *O Próximo Passo: Uma Alternativa Prática ao Neoliberalismo*. Quando voltou ao Brasil, o ex-governador do Ceará decidiu se candidatar à presidência pelo Partido Popular Socialista (PPS) e contou com o apoio de Mangabeira Unger, que havia se desligado do PDT. Sobre sua participação nas eleições de 1998, o professor disse: “[...] passei uma grande parte de meu tempo viajando pelo país. Dando palestras em universidades, escolas, sindicatos, igrejas, associações profissionais, tentando ajudar a levantar uma discussão sobre alternativas nacionais”¹⁰². O professor voltou a assessorar Ciro nas disputas presidenciais de 2002, pela coalização PDT-PPS-PTB, e em 2018, pelo PDT. Nos intervalos entre as eleições, Ciro assumiu outros cargos: foi ministro da integração nacional no governo Lula, deputado federal e chefiou órgãos públicos estaduais e federais.

Além de coordenar a FEEM, e de colaborar com Brizola e Ciro, Mangabeira Unger também disputou candidaturas próprias¹⁰³. Em 1990, concorreu a uma vaga como deputado federal do Rio de Janeiro pelo PDT e em 1994, tentou se eleger ao Senado como suplente de Jorge Roberto da Silveira (PDT). Sobre esse período, ele comenta: “[...] chefieei uma fundação que assistia a crianças carentes no Rio de Janeiro e, até, em determinado momento, fui candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro. Um episódio simbólico, uma campanha de seis semanas [...]”¹⁰⁴. Sua campanha foi curta e teve poucos recursos, limitando-se a pequenos comícios em morros do Rio e da baixada fluminense.

O intelectual também chegou a disputar cargos públicos após o início de sua parceria com Ciro. Em 2000, foi pré-candidato à Prefeitura de São Paulo

102 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “O pensador da Esperança”. José Arbex Jr. *et al. Caros Amigos*, jan. 1999. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 129, p. 126.

103 *Ibid.*, p. 129.

104 *Ibid.*, p. 125.

pelo PPS, mas o partido acabou apoiando Luiza Erundina (PSB). Na época, Mangabeira Unger foi acusado de comprar votos de partidários da legenda, motivo que o teria levado a desistir da disputa. Nas eleições presidenciais de 2006, o professor decidiu lançar candidatura própria. Depois de muita especulação sobre o partido em que sairia candidato, Mangabeira Unger acabou participando da criação do Partido Municipalista Renovador (PMR), renomeado de Partido Republicano Brasileiro (PRB), para tentar viabilizar sua candidatura. Além de conquistar o apoio de Caetano Veloso, que atuou em sua campanha, o programa de Mangabeira Unger definia como prioridades o trabalho formal, o ensino brasileiro e a separação entre negócios e política. Sem sucesso como pré-candidato, acabou apoiando Lula, a pedido do vice José Alencar (PRB). Durante a disputa eleitoral, ele teve atritos com as lideranças do PDT, depois do falecimento de Brizola:

Nas eleições municipais, eu começaria a andar o país em companhia dos candidatos a prefeito do PDT para me tornar conhecido. É claro que essa ideia só ocorreria a um *outsider* como Brizola, porque eu não era político, falava com sotaque, não tinha nenhum charme [risos]. Quando estávamos prestes a executar esse plano, Brizola morreu [em 2004]. E não consegui recuperar o projeto na nova administração do PDT.¹⁰⁵

A vida pública de Mangabeira Unger também é marcada por polêmicas. O professor foi responsável por escrever uma coluna para a Folha de São Paulo de forma intermitente entre 1998 e 2007. Em um de seus artigos mais controversos, o presidente Luís Inácio da Silva foi acusado de comandar o governo mais corrupto da história do país. Um ano depois, em 2006, Mangabeira Unger apoiou a candidatura de Lula e, após a reeleição, foi convidado para chefiar duas secretarias no governo: o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, renomeada de Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Na posse do cargo, o ministro-chefe da SAE pediu desculpas formais ao presidente e afirmou que a divergência entre eles havia

105 MANGABEIRA UNGER, Roberto. "Tudo (e um pouco mais)". Adriana Negreiros. *Playboy*, jun. 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 32.

ficado no passado. Sobre o “escândalo do Mensalão”¹⁰⁶, o professor declarou: “[...] temos um problema sistêmico, que resulta desse conúbio entre o dinheiro e a política. Enquanto não resolvermos isso, esses episódios vão continuar a ocorrer”¹⁰⁷.

O convite de Mangabeira Unger para o governo teve grande repercussão na mídia. O então senador Marcelo Crivella (PRB) encarou a nomeação com normalidade: “Mangabeira, como grande parte da nação, mudou de ideia”. O cientista político Octaciano Nogueira acusou o PT de cooptar intelectuais para levar adiante seu projeto de poder: “É a continuidade do processo de cooptação que o presidente pôs em marcha de maneira desenfreada”. O filósofo Roberto Romano, por sua vez, considerou a declaração do professor sobre o mensalão irresponsável, diante da ausência de provas, e o acusou de agir por puro pragmatismo ao aceitar o cargo: “A única justificativa para sua entrada no governo é estar no poder”¹⁰⁸. Polêmicas à parte, Mangabeira Unger assumiu a coordenação da SAE entre 2007 a 2009. A secretaria teria como tarefa “ajudar a propor e debater um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil”¹⁰⁹. As propostas para o país estavam organizadas em cinco eixos: “oportunidade econômica, oportunidade educativa, qualidade da gestão pública, defesa e Amazônia”¹¹⁰.

106 Nome que recebeu um esquema de compra de votos no Congresso, envolvendo deputados do PT e de partidos da base aliada ao partido.

107 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Tudo (e um pouco mais)”. Adriana Negreiros. *Playoy*, jun. 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 27.

108 FREITAS, Ronald. “O malabarista de Harvard”. *Época*, 11 jun. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR77170-6014,00.html>. Acesso em 18 dez. 2020.

109 *Ibid.*, p. 24.

110 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Desenvolvimento sustentável é abstração”. Laura Greenhalgh. *O Estado de São Paulo*, 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 42.

Em entrevista ao *Financial Times* em 2007¹¹¹, Mangabeira Unger fornece um quadro geral sobre o plano de desenvolvimento da SAE. Na economia, foram pensadas políticas para o setor produtivo e para o mercado de trabalho. Na área da produção, o principal objetivo seria assegurar melhores oportunidades para a pequena classe média empreendedora, através de crédito, tecnologia e conhecimento, para além de fornecer crédito e subsídios para a grande indústria. Além disso, as experiências locais de sucesso deveriam ser aproveitadas em nível nacional. Na esfera trabalhista, Mangabeira Unger criou estratégias para aumentar a oferta de emprego, reduzir a desigualdade e mudar o regime de trabalho para melhorar salários e produtividade. Na área da educação foram elaboradas três iniciativas. Em primeiro lugar, seria necessário mudar o perfil do sistema educacional brasileiro, criando escolas federais para complementar as matrículas da rede estadual, substituindo o enciclopedismo das aulas por um ensino analítico, e ofertando disciplinas técnicas e gerais, para prover os alunos com ferramentas para atender às novas exigências do mercado. A segunda iniciativa nesta área consistia em articular os níveis educacionais local e federal, por meio de um sistema de controle nacional, estabelecendo padrões e metas de qualidade, além da possibilidade de intervir nos sistemas locais, e redistribuir recursos das áreas mais ricas para as mais pobres – medida já em curso com o Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB). Uma última medida previa a promoção da inclusão digital, por meio de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, tendo em vista fornecer infraestrutura para as escolas, criar políticas de inclusão, e ampliar a representação da sociedade civil na gestão.

Na SAE, Unger também criou projetos para a administração pública e para a defesa. As medidas para modernizar a gestão e o serviço público estão no documento *Agenda Nacional de Gestão Pública*. Já as ideias para a área da defesa, voltadas para o desenvolvimento operacional e tecnológico das forças

111 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Propostas para o Brasil: economia, educação, Amazônia e defesa”. Jonathan Wheatley. *Financial Times*, 10 dez. 2007. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

armadas, estão no plano *Estratégia Nacional de Defesa*, criado em colaboração com o Ministério da Defesa.

O projeto de maior repercussão da secretaria durante o governo Lula foram as políticas de desenvolvimento para a Amazônia. As iniciativas para a região e para o cerrado mato-grossense, ou “Amazônia sem floresta”, foram apresentadas em entrevista ao *Estado de São Paulo* em 2008¹¹². No Mato Grosso, Mangabeira Unger propôs a associação do Estado a pequenos produtores, estimulando a cooperação e a competição e criando novas formas de produção. Na Amazônia, o ponto de partida seria regularizar as propriedades rurais e fortalecer os órgãos regulatórios, como o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Em seguida, a Zona Franca de Manaus deveria ser desenvolvida de maneira sustentável, o que seria possível por meio da criação de tecnologia adequada e de pessoal qualificado. Para a região da floresta, foram pensadas ações contra o desmatamento e políticas para aumentar as oportunidades dos pequenos produtores, sem colocar em risco o bioma regional. Além de proteger a floresta, essas medidas tinham em vista combater a escassez e a precariedade e melhorar a qualidade de vida dos indígenas. Por fim, Mangabeira Unger sugeriu criar um modelo de transporte multimodal, integrando o sistema rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo.

O coordenador da SAE declarou que a maioria dos brasileiros se mostra favorável a um modelo de desenvolvimento sustentável e que um “ambientalismo carente de um projeto econômico construtivo é inconsistência”¹¹³. Porém, o “Plano Amazônia Sustentável” (PAS) foi alvo de embates entre ambientalistas e desenvolvimentistas, e gerou atritos entre a SAE e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Chegou a se especular que ela deixou a pasta por causa das discordâncias entre os dois. As propostas de flexibilizar algumas regras ambientais e de fazer a regularização fundiária da região não foram bem recebidas. O PAS também foi acusado de querer integrar

112 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Desenvolvimento sustentável é abstração”. Laura Greenhalgh. *O Estado de São Paulo*, 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

113 *Ibid.*, p. 41.

os indígenas ao modo de vida ocidental. Mangabeira Unger rebateu as críticas, dizendo: “Os índios são como a gente [...] Alguns querem seguir em suas reservas e preservar seus ritos, mas outros querem ter atividade econômica e capacitar-se na educação”¹¹⁴. Dessa perspectiva, a disputa entre eco-ativistas e desenvolvimentistas seria uma “falsa guerra”:

O que é preciso compreender é que a Amazônia não é um conjunto de árvores, mas um grupo de pessoas. Se os mais de 25 milhões de brasileiros que moram lá não tiverem oportunidades econômicas, haverá atividade desordenada que levará ao desmatamento. Não resolveremos nem o problema ambiental nem o problema da defesa se não resolvermos também o problema de oportunidades econômicas. ¹¹⁵

Mangabeira Unger conta que neste período enfrentou dificuldades para colocar suas ideias em prática. Acostumado a trabalhar sozinho, o intelectual precisou aprender a trabalhar em equipe, e diz ter tentado seguir o conselho de Caetano Veloso de “ser menos prussiano e mais baiano”¹¹⁶. O ministro-chefe da SAE também teve que se afastar de seus pressupostos teóricos para formular um projeto de desenvolvimento que atendesse às expectativas dos eleitores e do presidente. Embora a pretensão inicial à frente da secretaria fosse pensar em propostas para o futuro, Mangabeira Unger logo percebeu que seu plano deveria se basear em propostas concretas, como disse ao *Financial Times* em 2007: “A concepção original era ajudar a formular um projeto para o futuro. Mas muito rapidamente eu concluí que pouco valia desenvolver apenas um projeto conceitual e que era necessário identificar uma série de iniciativas para desenvolver com outros ministros”¹¹⁷. Em entrevista ao *Estado de São Paulo* em 2008, a tensão entre vida intelectual e vida prática é reiterada.

114 Ibid., p. 26.

115 Ibid., p. 24.

116 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Desenvolvimento sustentável é abstração”. Laura Greenhalgh. *O Estado de São Paulo*, 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 23.

117 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Propostas para o Brasil: economia, educação, Amazônia e defesa”. Jonathan Wheatley. *Financial Times*, 10 dez. 2007. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 57.

Se formulasse apenas algo conceitual sobre o futuro, seria enorme o risco de apresentar um projeto natimorto, que não sairia do papel. Portanto, procurei formular estratégias de longo prazo pensando em ações concretas, tangíveis como se fossem as primeiras prestações do futuro.¹¹⁸

Em 2009, Mangabeira Unger teve que deixar o cargo, porque não conseguiu renovar sua licença em Harvard. Na carta onde justifica seu desligamento ao presidente, disse que o trabalho na SAE constituiu os “primeiros passos rumo a um modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades”¹¹⁹. Em 2015, quando Dilma Rousseff subiu a rampa do Planalto pela segunda vez, o professor foi novamente convidado a assumir a Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo. Durante a posse, Dilma afirmou que a tarefa da SAE consistiria em fazer “diagnósticos sobre o curto prazo e propostas para o longo prazo”¹²⁰. A presidente também fez uma declaração sobre as realizações de Mangabeira Unger na gestão Lula:

Todos os que integravam os ministérios ou órgão públicos naquela época sabem da contribuição do professor Mangabeira Unger. Destaco duas delas: o Plano Nacional de Defesa e a instigante determinação de que deveríamos investir em aeroportos regionais.¹²¹

Alguns meses antes de assumir o cargo, em novembro de 2014, Mangabeira Unger falou ao programa “Diálogos” da *GloboNews* sobre o fim do

118 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “Desenvolvimento sustentável é abstração”. Laura Greenhalgh. *O Estado de São Paulo*, 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, p. 42.

119 MANGABEIRA UNGER, Roberto (verbete). In: *Dicionário de Verbetes Biográficos*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/unger-mangabeira>. Acesso em 18 dez. 2020, s/d.

120 IPEA. Mangabeira Unger toma posse como novo ministro da SAE. 05 fev. 2015 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24432&Itemid=2. Acesso em: 14 dez. 20.

121 *Ibid.*, s/p.

governo Lula e sobre as expectativas para o novo mandato Dilma¹²². O professor declarou que a nova administração teria como prioridade a democratização da produção e a qualificação dos trabalhadores:

Agora há uma nova agenda nacional. O Brasil não pode mais avançar assim. E os dois temas fulcrais dessa nova agenda são a construção de uma estratégia de crescimento, baseada na democratização da oferta, do acesso aos recursos e às oportunidades da produção, e não mais só na democratização da demanda, do acesso ao consumo. E a qualificação dos serviços públicos. Esses dois temas estão intimamente ligados. Sem crescer fica difícil investir na qualificação dos serviços públicos. Sem construir gente qualificada, fica difícil construir um novo paradigma de produção.

Em 2015, Dilma também assumiu um compromisso com a educação brasileira ao adotar o tema "Pátria Educadora" como lema de seu mandato. Mangabeira Unger, como ministro-chefe da SAE, assumiu a elaboração do plano educacional do governo. Em abril de 2015 foi lançado um documento preliminar, intitulado "Pátria Educadora: A Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional". O texto revelava o objetivo de transpor a ideia do *produtivismo includente* para a área da educação:

Temos agora de fazer a travessia para outra estratégia de desenvolvimento: o *produtivismo includente*, pautado por democratização de oportunidades econômicas e educacionais. Trata-se de democratizar a economia do lado da oferta, não apenas, como foi até agora, do lado da demanda. A democratização do lado da demanda pode progredir só com dinheiro. A democratização do lado da oferta requer inovação institucional. E tem por contraparte e condição o aprofundamento da democracia. O objetivo, mais do que construir novas vantagens comparativas na economia mundial, é dar a cada brasileiro chance melhor para ficar de pé. É neste quadro que se insere a qualificação do ensino básico: ela é a parte mais importante deste novo modelo de desenvolvimento -- produtivista, capacitador e democratizante.¹²³

122 MANGABEIRA UNGER: o 2º mandato Dilma: possibilidades, impasses e expectativas (Programa Diálogos/ Globonews). Publicado pelo canal *TV Boitempo*. [S.l.: s.n.], 2014. 1 vídeo (ca. 25 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=icka32qXdOU>. Acesso em: 14 dez. 2020.

123 SAE. *Pátria educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. Versão preliminar, Brasília, 22 abr. 2015, p. 4.

Kamila Lockmann e Roseli Machado¹²⁴ destacam as principais medidas do programa:

Entre elas, podemos destacar: organização de um sistema nacional de avaliação para os alunos; procedimentos corretivos para as escolas; uso de boas práticas como exemplos a serem alcançados; criação de um currículo com sequências especiais para os alunos que enfrentam maior dificuldade ou apresentam maior potencial; premiação de escolas; intervenção junto aos diretores; implantação da Prova Nacional Docente, entre outros.

O Pátria Educadora recebeu diversas críticas de entidades e pesquisadores de educação. A Associação Nacional de Política e Administração da Educação¹²⁵ considerou o projeto pouco dialógico, já que desconsiderou o MEC e o PNE 2014-2024 em sua elaboração. O documento também foi acusado de seguir uma "lógica de meritocracia empresarial" ao criar um sistema de prêmios e punições para atingir metas de desempenho, além de pensar em itinerários diferentes para alunos mais ou menos "aptos". Para Lockmann e Machado¹²⁶, o plano se baseou na ideia neoliberal de troca de "capital humano", onde cada sujeito é visto como uma empresa a ser melhorada. Ademais, o discurso do fracasso da escola teria sido usado para legitimar a "missão salvacionista" do Estado. Alisson Paula, Kátia Lima, Emmanoel Ferreira e Frederico Costa¹²⁷ criticaram a prioridade dada pelo projeto à Educação Básica.

124 LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Roseli. "Pátria educadora? Uma análise das propostas para o ensino público brasileiro". *Proposições*. v. 29, n. 1, p.128-152, jan./abr. 2018, p. 148.

125 ANPAE. *Análise preliminar do documento Pátria Educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*, 2015. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/website/noticias/270-analise-preliminar-do-documento-patria-educadora>. Acesso em 22 dez. 2020, p. 3.

126 LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Roseli. "Pátria educadora? Uma análise das propostas para o ensino público brasileiro". *Proposições*. v. 29, n. 1, p.128-152, jan./abr. 2018.

127 PAULA *et al.* "A pátria educadora e o abandono da educação superior: a predominância dos interesses dos empresários da educação". *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 69, p. 187-204, set. 2016.

Retirar do Estado a responsabilidade pelo Ensino Superior significaria um aumento de controle deste segmento pelas instituições privadas.

Em entrevista à *Empresa Brasileira de Comunicação* em 2015, Mangabeira Unger rebateu algumas críticas ao programa Pátria Educadora¹²⁸. O professor pontuou que o projeto tinha como principal objetivo reforçar a cooperação federativa, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou da criação de um terceiro fundo. O então ministro refutou qualquer intenção elitista da proposta; o propósito da versão preliminar era justamente promover o debate nacional, para incluir a sociedade civil no processo de elaboração. O chefe da SAE também disse que o conteúdo do texto foi criado em diálogo com o ministro da educação e especulou os motivos por que Dilma confiou a tarefa à sua secretaria e não ao MEC: "Eu creio que a razão mais importante para a presidenta ter atribuído essa função a Assuntos Estratégicos é que ela que quer conduzir o processo"¹²⁹. Com relação às metas de desempenho, como a criação da Prova Nacional Docente, Mangabeira Unger defendeu a necessidade de condicionar a concessão de recursos para instituições privadas à qualidade dos cursos ofertados. O objetivo da prova não seria medir a competência dos professores, mas aferir a qualidade dos cursos de formação docente. Quanto à acusação de intervenção estatal nos sistemas locais e perda de autonomia das escolas, ele afirmou ser preciso reforçar o pacto federativo para resgatar as escolas com pior desempenho, assegurando a igualdade de condições de aprendizado:

A qualidade da educação que uma criança recebe não pode depender do atraso do lugar onde ela nasce. Se a educação numa escola não alcança o patamar mínimo, precisamos consertar. Consertar como? Juntando recursos dos três níveis da federação para apoiar aquela rede, mas se o apoio não é suficiente, tem que haver no final um resgate. Os três níveis se juntam

128 CHAGAS, Paulo Victor. Mangabeira Unger deixa Secretaria de Assuntos Estratégicos. *EBC*, 14 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/mangabeira-unger-deixa-secretaria-de-assuntos-estrategicos>. Acesso em: 04 mai. 2021.

129 *Ibid.*, s/p.

em órgãos conjuntos que assumiriam aquela escola temporariamente, mobilizariam recursos adicionais, consertariam o que é defeituoso e no final devolveriam aquela escola para a rede. Isso não é intervenção federal. Isso é uma ação transfederal, ação cooperativa dentro da federação para assegurar o direito da criança. O direito da criança se sobrepõe às prerrogativas do diretor local¹³⁰.

Mangabeira Unger pediu demissão da SAE em setembro de 2015. No mesmo mês, o governo tinha previsão de cortar 10 de seus 39 ministérios. Dilma agradeceu a colaboração do ex-ministro e disse esperar poder contar com ele como consultor do governo¹³¹. Mais tarde, em uma conversa informal com o Mangabeira Unger, Lula elogiou as ideias do professor, dizendo que “seu programa é uma Ferrari”¹³². Atualmente, o professor se dedica a divulgar suas propostas e continua a colaborar com o PDT. O sociólogo Roberto Dutra¹³³ fala sobre a importância do seu pensamento para o projeto do partido:

Aliado de Ciro desde a morte de Brizola, Unger possui a formulação mais sofisticada, avançada e potente sobre as contradições e possibilidades da sociedade brasileira contemporânea. Sua proposta de um reformismo revolucionário fundado na insubordinação intelectual, na imaginação institucional e no experimentalismo democrático está plenamente acolhida no projeto nacional de desenvolvimento defendido por Ciro. Para mim Mangabeira Unger é o Karl Marx contemporâneo. Ao combinar hegelianismo com pragmatismo, ele recupera o melhor de Marx, o ímpeto revolucionário, descartando o que há de pior no marxismo desencantado de nossos tempos: o fatalismo histórico”.

Neste capítulo vimos um pouco da trajetória pessoal de Mangabeira Unger, sua inserção na carreira intelectual e seu engajamento na vida pública. Ao longo da carreira do pensador podemos vislumbrar um fio condutor que unifica as diferentes fases de seu pensamento, mas também descobrimos ambivalências em suas obras e dificuldades em transpor seu trabalho para a prática política. No próximo capítulo, veremos como as ideias do jovem Mangabeira Unger, se conectam com seus prognósticos e propostas atuais. No

130 *Ibid.*, s/p.

131 *Ibidem*.

132 DUTRA, Roberto. “Ciro Gomes precisa fazer autocrítica”. *Folha online*. 03 mar. 2021. Disponível em: http://folha1.com.br/_conteudo/2021/03/blogs/roberto_dutra/1270357-ciro-gomes-precisa-fazer-autocritica.html. Acesso em: 10 mar. 2021, s/p.

133 *Ibid.*, s/p.

capítulo 2, será apresentada sua teoria social normativa e descritiva e suas ideias programáticas no livro *Política: os textos centrais* (2001), republicação dos principais argumentos de *Politics*, de 1986. Também serão apresentadas sua interpretação e propostas mais recentes em *O que a Esquerda deve propor* (2008) e *Economia do conhecimento* (2018), entre outras fontes. O objetivo do trabalho é derivar da obra do intelectual o tema das crises democráticas. A pergunta de pesquisa é: Como enfrentar a crise democrática deste século, para evitar um desfecho que pode ser catastrófico? No capítulo 3, como contraponto ao pensamento de Mangabeira Unger, apresentaremos a interpretação de Daniel Ziblatt e Steven Levitsky sobre a crise contemporânea e o fenômeno populista autoritário em *Como as democracias morrem* (2018). Nas considerações finais, retomaremos os principais argumentos dos autores, analisando em que medida suas ideias contribuem para pensar causas, desdobramentos e respostas para a crise da segunda década do século XXI. Imaginar propostas para democratizar a sociedade: será este o maior êxito de Mangabeira Unger, ou sua grande obra foi se tornar quem ele é: um homem de pensamento e de ação?

2. O PENSAMENTO DE MANGABEIRA UNGER

Instabilidade, eleição de populistas autoritários, ameaça de impasses, e de queda na qualidade das democracias. A teoria social de Mangabeira Unger foi escolhida como tema de análise devido a seu potencial para pensar a instabilidade das democracias nas últimas décadas. Ele não se dirige a nenhuma sociedade ou modelo organizativo em particular. Suas ideias podem ser usadas para pensar a crise democrática mundial e também aspectos específicos da realidade brasileira. Neste capítulo, serão apresentadas as principais ideias da teoria social do intelectual no livro *Política*, publicado em 1987¹³⁴, usando também artigos, vídeos e entrevistas complementares do próprio autor ou de

134 As ideias utilizadas neste artigo foram extraídas de *Política: os textos centrais*, publicação de 1997, traduzida em 2001, com os principais textos da coletânea *Politics*, publicada em três volumes – *Social Theory*, *False Necessity*, e *Plasticity into power*.

seus intérpretes. Em seguida, passaremos a suas propostas presentes neste livro e à sua atualização em trabalhos mais recentes, como *O que a Esquerda deve propor* (2008) e *Economia do conhecimento* (2018).

O pensamento social de Mangabeira Unger pode ser dividido em três partes: uma parte normativa, uma parte explicativa e outra programática¹³⁵. Utilizaremos esta divisão apenas para fins didáticos, pois em sua teoria não há uma separação clara entre elas. Na primeira seção deste capítulo, apresentaremos o que estamos chamando de normatividade da teoria ungeriana: uma breve crítica às principais correntes socio-políticas do século XX e aspectos normativos não-políticos da teoria, como sua visão sobre o pensamento e seu método teórico¹³⁶. Para desenvolver esta parte da pesquisa, usaremos os argumentos desenvolvidos em seu livro *Política: os textos centrais*. Em seguida, passaremos à análise social do intelectual, presente no mesmo trabalho, em que ele interpreta os processos de permanência e mudança social, pela via política. Na terceira seção, apresentaremos os instrumentos sugeridos pelo teórico para transpor algumas de suas ideias para a prática governamental. Suas propostas, tanto em seu programa original, elaborado nos anos 1980, quanto sua atualização em trabalhos recentes podem nos ajudar a dar uma resposta para a crise do último quarto de século.

2.1 Teoria normativa: pensamento e método

Iniciaremos esta seção apresentando o tipo de personalidade e o modo de relação indivíduo-sociedade preconizados por Mangabeira Unger em *Política: os textos centrais*. Segundo ele, a “*rebeldia imaginada*” constitui um traço comum, encontrado em agentes descontentes com a organização da sociedade

135 TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

136 O posicionamento de Mangabeira Unger sobre a personalidade, a relação indivíduo-sociedade, e o modelo de organização social que o autor preconiza foram mantidos nesta seção, embora tenha-se buscado salientar sua visão normativa sobre o pensamento.

e que acreditam que é possível e necessário transformá-la¹³⁷. Estes sujeitos reconhecem a existência de estruturas sociais, mas não se deixam paralisar pelo peso das restrições e regularidades das formas de pensamento e instituições estabelecidas. Eles não são apáticos, céticos, ou niilistas, para quem “uma estrutura é uma estrutura” e não há nada que se possa fazer para mudá-las¹³⁸. Não são *idólatras*, que reverenciam as ideias e instituições em sua forma atual e tampouco *utópicos*, que buscam substituir abruptamente uma forma de organização econômica por outra radicalmente diferente. Os agentes-contestadores a quem Mangabeira Unger se refere entendem o mundo social como contextos contingentes que podem ser alterados, mas cuja mudança é gradual e cumulativa¹³⁹. A visão normativa de Mangabeira Unger sobre a relação entre coletividade e particularidade é relacional e o indivíduo é concebido como *agente*. Sua tese da *sociedade como artefato* não rejeita a existência de assunções imaginativas ou institucionais arraigadas, mas busca levar “ao extremo a ideia da sociedade como algo feito e imaginado”¹⁴⁰. Para desenvolver este argumento, o pensador associa a “crítica esquerdista das disposições sociais com a crítica modernista das relações pessoais”, conciliando a tensão entre determinismo social e ação individual, presente na literatura sociológica clássica¹⁴¹. Na sua teoria, as influências das restrições simbólicas e sociais sobre a prática humana não deixam de ser consideradas, mas tampouco os sujeitos são determinados pela sociedade. Este tema pode ser sintetizado na

137 O termo “rebeldia imaginada” foi cunhada pelo organizador da coletânea TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

138 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 14.

139 Segundo o filósofo Tiago M. Araujo, os agentes de transformação também podem experimentar e recombina suas relações pessoais; o processo de mudança não tem sentido determinado, sendo que cada contexto condiciona o seguinte, mas não o determina. ARAUJO, Tiago Medeiros. “As raízes filosóficas da democracia: o lugar de Unger na Filosofia Política Contemporânea”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

140 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 234.

141 *Ibid.*, p. 265.

seguinte tese: as disposições particulares são condicionadas, mas é possível alterar os contextos formadores:

Com frequência [SIC] temos a impressão de ser meros fantoches dessas estruturas ou das forças sociais que as geram e mantêm. Mas nossa experiência também mostra outra face. [...] Não vivemos sem um conjunto de disposições institucionais formadoras e os ideais realizados de associação humana, nem conseguimos superar completamente o contraste entre as coisas a que podemos aspirar nos nossos conflitos e atividades diários e aquelas a que não podemos. Mas rompemos as 'estruturas' estabelecidas. É possível substituí-las passo a passo, quando for impossível fazê-lo totalmente e de uma só vez. Reduzimos a força com que elas nos restringem e nos aprisionam.¹⁴²

No que se refere à visão de Mangabeira Unger sobre o pensamento, ele diz posicionar-se do lado dos teóricos que acreditam que *tudo é política* e que defendem que os preconceitos e os arranjos institucionais estabelecidos são resultado de conflitos simbólicos e práticos e podem ser alterados. Na visão do pensador, a teoria não precisa negar possibilidades de resistência e de construção da vida social, fixando-se em modelos existentes, mas deve ensejar a *imaginação institucional*. Assim, é papel do pensamento conceber novas formas institucionais, para orientar a prática da mobilização coletiva e dos partidos. Não se trata apenas de interpretar as correntes epistemológicas e os elementos condicionantes da sociedade, mas de buscar transformá-los.

A respeito do método ungeriano, embora apresentando algumas diferenças, os comentadores parecem convergir para uma interpretação bastante próxima: a *imaginação institucional* constitui um meio analítico que tem por objetivo antecipar-se a crises; ela permite aos agentes antever os problemas de determinadas formas institucionais e informa-os sobre possibilidades de mudança.

Assim, na prática, trata-se de um instrumento metodológico que busca inverter a relação crise-mudança; ele possibilita fazer transformações antes que se configure uma crise de grande dimensão para evitar a ocorrência de traumas¹⁴³. Em outras palavras, o processo imaginativo consiste em “uma visão

142 *Ibid.*, p. 236.

143 ARAUJO, Tiago Medeiros. “As raízes filosóficas da democracia: o lugar de Unger na Filosofia Política Contemporânea”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada*:

de como as coisas são e de como podem vir a ser, um método para a compreensão do real à luz do possível”¹⁴⁴. Ainda, segundo os cientistas políticos Carlos Sávio Gomes Teixeira e Vitor Pinto Chaves¹⁴⁵, o método visa compreender o repertório institucional estabelecido e analisar as alternativas. Finalmente, o advogado e cientista político Marcos Teixeira Ceia¹⁴⁶ afirma que a ferramenta metodológica busca identificar a questão que deve ser ultrapassada e apresentar uma solução.

O pensamento ungeriano é pouco normativo no que tange às formas de organização social. O principal aspecto de sua teoria consiste na “indeterminação das instituições”¹⁴⁷. Várias formas são admitidas, inclusive aquelas ainda não imaginadas; o que importa é a direção das mudanças. Segundo Lucas F. Amato, a teoria ungeriana inclui formas institucionais tão variadas quanto a “democracia dos cidadãos-proprietários, o Estado capitalista de bem-estar social ou o socialismo de mercado como alternativas ao capitalismo *laissez-faire* e ao socialismo estatista”.¹⁴⁸ As economias de mercado variam no modo como administram a tensão entre centralização e descentralização da economia ou da política, e o combate a papéis e hierarquias

instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.

144 MANGABEIRA UNGER *apud* AMATO, Lucas Fucci. “Justiça social e instituições: a visão de Mangabeira Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 240.

145 TEIXEIRA, Carlos Sávio; CHAVES, Vitor Pinto. “O que é mais importante para uma democracia: Constituição ou instituições? A resposta de Unger”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 153-190.

146 O autor optou por chamar o método ungeriano de “atravessamento da ortodoxia”. CEIA, Marcos Teixeira. “Capital e trabalho na teoria de Unger”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 288-322.

147 AMATO, Lucas Fucci. “Justiça social e instituições: a visão de Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

148 AMATO, Lucas Fucci. “Justiça social e instituições: a visão de Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 72-3.

estabelecidos. Por isso, o teórico considera desnecessário rejeitar o princípio do mercado, “numa busca fútil da democracia direta e do engajamento cívico permanente”¹⁴⁹. Embora conceba uma diversidade de modelos organizativos, ele parece demonstrar uma predileção pela transposição dos *ideais* do radicalismo do século XIX para as *instituições* do final do século XX, procurando superar o liberalismo econômico e a social-democracia.

2.2 Teoria explicativa: a transcendência dos contextos

A teoria explicativa ungeriana tem como objeto de estudo a “*transcendência dos contextos*”¹⁵⁰; ela consiste em analisar os processos de consolidação e transformação das sociedades¹⁵¹. Em *Política*, o autor mostra como ocorrem os ciclos de reforço do pensamento e das instituições estabelecidas, quando sua plasticidade e abertura à revisão é reduzida, e apresenta uma proposta de transformação das “estruturas sociais”, ou *contextos formadores*, por meio da identificação e alteração das crenças e arranjos institucionais que formam estes contextos. Ao longo de sua trajetória, o teórico retoma este tema, atualizando o conteúdo de seu pensamento e comprometendo-se com a reflexividade de suas ideias.

Mangabeira Unger começa a explicar o processo de mudança social com uma crítica a dois conjuntos epistemológicos em particular: o positivismo, e o que ele chama de teorias sociais de estrutura profunda. Segundo a *tradição positivista de ciência social*, o papel do Estado é mediar conflitos e acomodar interesses de diferentes grupos. A atividade política limita-se a um conjunto de rotinas administrativas de resolução de problemas e de harmonização de

149 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 95.

150 AMATO, Lucas Fucci. “Justiça social e instituições: a visão de Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 113.

151 Um dos temas recorrentes nas obras filosóficas de Roberto Mangabeira Unger, de que não trataremos neste trabalho, é a ideia de *finitude* do mundo social e *infinitude* dos sujeitos, ou seja, “a ideia de que o homem é o infinito preso no finito”. A personalidade humana, e também as relações práticas e morais ou passionais, são limitadas pelos contextos formadores, mas é possível transcendê-los.

demandas conflitantes. O cientista social positivista, assim como parte dos economistas, descarta a influência limitadora das instituições econômicas e das ideias que legitimam estes arranjos, e se mostra “insensível à diferença entre resolver problemas e mudar estruturas”¹⁵². No polo teórico oposto, a *teoria social de estrutura profunda*, como o marxismo clássico, reconhece a diferença entre atividades rotineiras da política e atividades disruptivas, mas é “obcecada com a ideia de uma mudança total e repentina de estrutura”¹⁵³. Os puristas marxistas não acreditam na dissolução da divisão hierárquica da economia, por meio da transformação gradual dos contextos. Para eles, as restrições simbólicas e econômicas impostas aos agentes e as leis de desenvolvimento das sociedades são fixas. Segundo Mangabeira Unger, “A esquerda radical descobriu nas premissas da análise social de estrutura profunda uma desculpa para a pobreza de suas ideias institucionais”¹⁵⁴. Desta limitação resultam dois problemas: um de plausibilidade e outro de imaginação. Por um lado, os fatos não se adequam às ideias desta corrente de pensamento, tal como são concebidas; por outro, a insistência em uma lista fechada de possibilidades limita a formulação de alternativas:

A história não aconteceu como preconizavam essas teorias de estrutura profunda. Os acontecimentos sempre rompiam a sequência correta de transformações e produziam mundos sociais que não se ajustavam a nenhum dos estágios ou alternativas dentre os quais a humanidade supostamente deveria escolher, e pelos quais ela supostamente deveria passar.[...]

A teoria social de estrutura profunda desorienta a estratégia política e empobrece o pensamento programático ao colocá-los a reboque de uma lista ou sequência pré-definida de ordens sociais.¹⁵⁵

152 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 295.

153 *Ibid.*, p. 295.

154 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 253.

155 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 50, 57.

Outra diferença entre a tradição marxista e o institucionalismo ungeriano é que Mangabeira Unger não entende que a intensificação de conflitos pode levar à polarização entre classes, mas sim que pode abrir oportunidades para a alteração das ideias e arranjos da sociedade, por meio de ações cumulativas no âmbito governamental. A mudança social, portanto, não decorre de restrições sociais empurrando a história em determinada direção, mas de embates políticos sobre as “estruturas”, isto é, sobre os contextos formadores¹⁵⁶. Além de se opor à tradição sociológica clássica, o intelectual também rejeita correntes negativas de pensamento, como o existencialismo sartreano, que busca nas ideias subjetivistas de liberdade e autenticidade uma saída para os constrangimentos dos contextos sociais; a noção de desconstrução do pós-estruturalismo francês; e o niilismo pós-moderno, todos que afirmam a existência de “estruturas”, mas negam a possibilidade de alterar os elementos condicionantes da experiência humana. Estas teorias “escapistas” seriam responsáveis por desconectar os sujeitos de seus contextos sociais, desorientando a prática transformadora que pode alterá-los¹⁵⁷.

A alternativa ungeriana a estas correntes de pensamento é, como o próprio autor a define, uma *teoria radicalmente antinecessitária*, que rejeita a aparência de necessidade das crenças e arranjos estabelecidos. Na sua visão, aceitar uma visão naturalista sobre o mundo social implica em restringir a imaginação de alternativas, negando o caráter contingencial das sociedades e limitando toda atividade política a alterações modestas desta ordem “natural”. Ao contrário, “uma teoria social completamente antinaturalista [...] afirma que podemos mudar, não apenas o conteúdo, mas também a força de nossos

156 AMATO, Lucas Fucci. “Justiça social e instituições: a visão de Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

157 ARAUJO, Tiago Medeiros. “As raízes filosóficas da democracia: o lugar de Unger na Filosofia Política Contemporânea”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019; ver também TEIXEIRA, Carlos S. G. “Introdução”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

contextos formadores: sua relativa imunidade à contestação e o encorajamento ativo de uma estrutura de hierarquia e divisão social”¹⁵⁸. Portanto, o pensador critica a falsa necessidade de constrangimentos de caráter organizacional, tecnológico ou psicológico, que determinariam os sujeitos e a direção da sociedade¹⁵⁹.

Este tipo de pensamento ajuda a explicar processos de estabilização e desestabilização dos preconceitos e disposições arraigados e pode fornecer orientação para a prática programática. A principal inovação teórica do pensador, segundo Zhiyuan Cui, que escreveu o prefácio a *Política: os textos centrais*, é o conceito de *contexto formador*¹⁶⁰. Menos rígido do que o termo “estrutura”, o contexto formador é definido como “as disposições institucionais básicas e preconceitos que circunscrevem nossas atividades e conflitos práticos ou discursivos rotineiros e resistem a seus efeitos desestabilizadores”¹⁶¹. Em outras palavras, costuma-se designá-lo como um conjunto de elementos sociais que se tornaram fixos¹⁶². Os contextos simbólicos e econômicos da sociedade dão forma para os acordos e disputas rotineiros em torno de recursos materiais, políticos e culturais no âmbito do poder. Eles solidificam-se quando os conflitos perturbadores da “estrutura” são interrompidos; isto não significa que se tornaram fixos e imutáveis, mas apenas que ganharam uma falsa aparência de naturalidade, que pode ser alterada.

Mangabeira Unger afirma que, embora não se possa evitar completamente as restrições impostas por um conjunto de disposições

158 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 92.

159 AMATO, Lucas Fucci. “Justiça social e instituições: a visão de Mangabeira Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

160 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001.

161 Ibid., p. 238.

162 AMATO, Lucas Fucci. “Justiça social e instituições: a visão de Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

estabelecidas, é possível torná-lo mais aberto a contestações e revisões. Isto ocorre porque uma *atividade de rotina*, que são os conflitos rotineiros entre grupos por recursos, pode se intensificar, gerando novas demandas que exigem respostas dos representantes. O grau de abertura dos contextos à mudança é variável: depende da distância entre as *atividades rotineiras ou reprodutoras da estrutura* e entre as *atividades transformadoras da estrutura*. A teoria explicativa de Mangabeira Unger tem como base duas teses principais. A primeira tese consiste em afirmar que a *sociedade é um artefato*, ou seja, os contextos existentes ajudam a formar as atividades práticas rotineiras, mas as atividades práticas rotineiras ajudam a transformar os contextos. Como Zhiyuan Cui afirma¹⁶³: “Ele [Mangabeira Unger] ensina que a ‘sociedade é feita e imaginada, que ela é um artefato humano e não a expressão de uma ordem natural fundamental”. O objetivo por trás desta ideia é ampliar a possibilidade de reinvenção social – mas também moral – para libertar os cenários da existência de papéis e hierarquias rígidos e libertar a subjetividade de um *script* previamente imposto, para que o poder de criação e autocriação não seja “expropriado” ou concentrado pelas elites políticas e econômicas.

Um conceito complementar da tese da sociedade como artefato é a noção de *plasticidade social*. Trata-se do meio de transformação do projeto ungeriano, que prevê acelerar a mudança das disposições imaginativas e institucionais, antecipando-se a uma crise, como uma guerra, um colapso econômico ou a tentativa de instauração de um regime autocrático. Na visão de Mangabeira Unger, instabilidades repentinas e violentas devem ser evitadas, dando lugar ao exercício de reforma, capacidade que a plasticidade deve favorecer¹⁶⁴. Quando as mudanças das disposições sociais são um exercício habitual da política, elas contribuem para aumentar a revisibilidade de arranjos que são problemáticos, de modo a evitar crises: “Praticadas com frequência e

163 CUI, Zhiyuan. Prefácio. In: MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001., p. 11.

164 “[...] As sociedades têm de substituir essas oscilações drásticas e violentas por uma liquefação mais constante de acordos e privilégios. Elas têm de inventar as estruturas que facilitem a mudança das estruturas”. MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001.

por períodos suficientemente longos, ela [a revisão institucional] empurra as sociedades na direção da maior plasticidade”¹⁶⁵.

A segunda tese de Mangabeira Unger aprofunda os temas anteriores. A noção de *desentrincheiramento dos contextos formadores* é usada para se referir ao processo de desestabilização social, quando as estruturas de pensamento e de organização da sociedade tornam-se mais abertas à contestação. Por trás desta visão está a ideia de que toda atividade humana é contingente ou condicional e sujeita à mudança. Quando os preconceitos e as instituições adquirem uma forma aparentemente definitiva, é porque a disputa em torno de seus elementos foi interrompida ou contida, por meio de acordos e acomodações entre os grupos e o Estado. Mangabeira Unger chama estas práticas políticas de *luta congelada ou contratualismo coletivo e política de privilégios*, quando a mobilização coletiva e os partidos voltam-se para a obtenção de favores do governo. Também pode acontecer da estabilidade ser fruto da imposição externa de países mais fortes. Porém, com maior frequência, são os países mais pobres que tentam imitar as disposições simbólicas e institucionais dos atores globais mais ricos.

O entrincheiramento, assim, consiste em “dar à ordem da vida social a aparência de um fato natural em lugar de um artefato político”¹⁶⁶. Um contexto entrincheirado é formado por um conjunto de ideias e arranjos arraigados que dá forma a papéis e hierarquias sociais. A noção de *contingência dos contextos*, ao contrário, implica no potencial de modificar uma “estrutura” simbólica e institucional “naturalizada”, visando reverter hierarquias e posições estabelecidas. Agora que explicamos como ocorre a estabilização de um contexto formador, iremos nos concentrar sobre o processo de desentrincheiramento.

As disputas rotineiras por recursos normalmente contribuem para reproduzir as disposições imaginativas e institucionais existentes, mas elas

165 *Ibid.*, p. 226.

166 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 190.

também podem se transformar em conflitos desestabilizadores. Quando os conflitos são acomodados pelo Estado, por meio de acordos entre os grupos e o governo, o contexto formador estabiliza-se. No entanto, a prática transformadora de agentes da mobilização coletiva e dos partidos, assim como a influência de um curso de eventos não premeditados, podem levar à radicalização do conflito, favorecendo a formação de novas alianças e a criação de estratégias mais eficazes para levar adiante o programa transformador. A intensidade do conflito pode indicar sua escalada, mas o sinal mais significativo é a amplitude do movimento, quando mais grupos se envolvem na luta e mais demandas são incorporadas¹⁶⁷. Neste momento, janelas de oportunidade podem se abrir para que reformas sejam realizadas no âmbito governamental¹⁶⁸.

O desentrançamento, então, é uma forma de pensar “a redução da influência que a classe social do indivíduo – ou do lugar que ele ocupa no contraste entre categorias, classes, comunidades e gêneros – exerce sobre suas oportunidades e experiências na vida”¹⁶⁹. Dois aspectos são fundamentais para explicar este conceito. Em primeiro lugar, o desentrançamento é resultado de uma sucessão de *mudanças cumulativas* no âmbito do governo¹⁷⁰. Além disso, ele pressupõe a *substituição parcial* dos elementos do contexto – o que Mangabeira Unger chama de *reforma revolucionária*: “[...] o modo normal de ação transformadora é a reforma revolucionária definida como a substituição de qualquer uma das disposições e crenças desigual e frouxamente interligadas que participam da criação de um contexto formador”¹⁷¹. Uma vez que um

167 Mangabeira Unger parece mostrar-se favorável à formação de coalizões. Como explica, os grupos podem optar por usar *estratégias de estreitamento*, buscando manter sua posição e evitando riscos e incertezas a curto prazo ou podem adotar *estratégias de ampliação*, formando alianças de conveniência que podem transcender a situação imediata: “Pois o que se inicia como uma aliança tática transitória normalmente leva a uma nova identidade coletiva, encoraja visões novas de interesses de grupo e oferece novos preconceitos e disposições”. MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 97.

168 O mais comum, no entanto, não é que as reformas sejam realizadas em resposta à ampliação da mobilização, mas sim que elas ocorram em resposta a crises, como guerras ou instabilidade econômica.

169 *Ibid.*, p. 184.

170 A prática da mobilização coletiva e dos partidos, assim como uma sucessão de eventos históricos, podem contribuir para a realização das mudanças.

171 *Ibid.*, p. 90.

componente do antigo contexto é substituído, dando origem a uma nova organização imaginativa ou institucional, amplia-se a capacidade de agência dos sujeitos, reduzindo as limitações que as hierarquias e papéis sociais impõe sobre eles. O desentrancheamento pode ajudar a desenvolver a produção, conciliar liberdade individual e vida em grupo e reduzir os efeitos do contexto sobre os cenários de existência dos agentes. Sobre suas vantagens, Mangabeira Unger diz:

Ao abrir as relações sociais mais completamente à recombinação e experimentação, ele pode contribuir para o desenvolvimento das capacidades produtivas. Ao enfraquecer papéis e hierarquias, ele ajuda a conciliar as condições facilitadoras da auto-afirmação: a necessidade de engajamento na vida de grupo e a necessidade oposta de evitar os perigos da dependência e da despersonalização que acompanham todos esses engajamentos. Ao nos dar um domínio mais consciente sobre as condições de nossas relações práticas e de paixão, ele pode nos transformar, de forma mais verdadeira, em arquitetos e críticos, em lugar de marionetes dos mundos sociais em que vivemos.¹⁷²

O slogan “*Tudo é política*” ajuda a sintetizar a lógica das teses da *sociedade como artefato* e do *desentrancheamento dos contextos*. A mensagem tem como fundamento a visão do “homem como autor”, da “sociedade como o artefato” e do “conflito como instrumento”¹⁷³. As duas teses podem ser divididas em cinco princípios. Elas partem da distinção entre contextos formadores e rotinas formadas; reconhecem o caráter relativo das atividades políticas rotineiras, que podem se transformar em atividades revisoras dos contextos; pressupõem o grau de variabilidade de entrancheamento das disposições simbólicas e institucionais; e entendem o desentrancheamento como resultado de mudanças cumulativas e, também, da substituição parcial dos elementos que condicionam a organização da vida em sociedade.

2.3 Teoria programática: antigos ideais, novos desafios

172 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 91.

173 *Ibid.*, p. 101.

Na parte programática de sua obra, Mangabeira Unger desenvolve os instrumentos para colocar em prática sua teoria social. Suas propostas compreendem desde a esfera da economia, do direito e da política, até as relações práticas e morais dos sujeitos. Nesta seção, será dada ênfase a suas propostas para o âmbito governamental. Hoje o programa de Mangabeira Unger coloca-se como uma alternativa ao liberalismo social (liberalização da social-democracia) ou do que ele chama de *social-democracia institucionalmente conservadora*, de um lado, e do populismo de direita, de outro. Nesta seção abordaremos suas propostas a partir de três livros: *Política: os textos centrais* (2001), *O que a esquerda deve propor* (2008) e *Economia do conhecimento* (2018). Enquanto as primeiras ideias programáticas do autor, presentes em *Política*, constituem uma tentativa de transpor os ideais pequeno-burgueses do século XIX para as condições do final do século XX, seu pensamento recente sugere a democratização da economia do conhecimento como meio de enfrentar os problemas do século XXI.

Em *Política*, Mangabeira Unger parte do pressuposto de que existe no campo progressista uma crise de alternativas. Nas palavras do autor, a ala marxista da esquerda tem em comum com seu pensamento a pretensão de libertar o indivíduo e a sociedade da dependência e dominação. Porém, o purismo ideológico de parte da militância, reduzido a esquemas teóricos fechados e de difícil materialização, acaba impedindo a imaginação de novas possibilidades organizativas. Para ele, “todos os programas revolucionários se transformam em sonhos utópicos, fadados ao despotismo e à desilusão”¹⁷⁴. Seu objetivo, portanto, consiste em elaborar propostas alternativas concretas, que não se espelham em nenhum desenvolvimento histórico real de sociedade. Além disso, o teórico não associa economia de mercado e democracia com as formas que elas adquiriram historicamente. Se a esquerda radical falha por excesso de utopismo, a esquerda moderada falha pelo problema oposto: na visão do intelectual, a social-democracia faz concessões demais às elites financeiras. Esta corrente política teria abandonado a ambição de uma transformação social

174 *Ibid.*, p. 26.

mais ampla em prol de um programa fraco de redistribuição. Destinadas a reduzir as desigualdades sociais, as políticas compensatórias não atacam as causas do problema econômico das sociedades. De outro lado, a direita é acusada de limitar a imaginação de alternativas, por se apoiar na tese da convergência institucional: a crença de que as instituições existentes são as melhores possíveis, para onde todos os países convergem. Suas políticas são baseadas em equilíbrio fiscal, por meio de corte de gastos em vez de arrecadação, no livre comércio e em privatizações, mas também no fornecimento de serviços públicos para corrigir os efeitos do mercado.¹⁷⁵

O *projeto transformador* desenvolvido em *Política* tem três objetivos¹⁷⁶. Em primeiro lugar, ele reflete a insatisfação com as ideias progressistas e a tarefa de ampliar a autonomia individual ou coletiva, diminuindo os efeitos dos contextos sociais sobre os agentes, por meio da mudança cumulativa e gradual das instituições. Por isso, um próximo esforço consiste em reinterpretar a causa radical das teorias do século XIX e XX, corrigindo seus erros e elaborando propostas concretas de ação para o governo¹⁷⁷. O terceiro objetivo do programa

175 Mangabeira Unger também faz objeções ao que ele chama de modelo *social-democrata institucionalmente conservador* [*institutionally conservative social-democracy*]. Para o professor de Harvard, a esquerda moderada americana abandonou o esforço de transformar as “estruturas”, por meio da taxação regressiva das fortunas bilionárias, e passou a se dedicar a compensar os efeitos negativos da economia liberal, por meio da redistribuição. As vantagens deste tipo de organização são o nível de proteção social que assegura às pessoas, e o investimento nos indivíduos e em suas capacidades. No entanto, a redistribuição compensatória não dá conta, segundo ele, de resolver os problemas fundamentais das sociedades, mesmo nas democracias mais afluentes. “From now to an alternative, the missing project: from reactionary populism to a progressive alternative”. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (ca. 1h32). Publicado pelo canal Roberto Mangabeira Unger. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WoksHVlzdOI>. Acesso em: 16 jun. 2021.

176 Para referir-nos ao programa de Mangabeira Unger neste trabalho, optamos pelo termo “projeto transformador”. Alguns dos termos usados pelo autor são “projeto radical”, “projeto do visionário moderno”, projeto “esquerdista e modernista” ou, ainda, “movimento progressista ou transformador”, “democracia de alta energia” ou “democracia de alta intensidade” [*empowered democracy*], traduzido como “democracia forte”.

177 Em alguns momentos, tanto Mangabeira Unger quanto seus comentaristas mencionam uma apropriação do autor de ideais esquerdistas, liberais e modernistas ou existencialistas, do século XIX e XX.

é uma tentativa de difundir um novo paradigma prático, que inclui a noção do trabalho como *resistência transformadora*¹⁷⁸.

No período em que escrevia suas propostas originais, em 1987, o Brasil estava prestes a ganhar sua nova carta magna: a “Constituição cidadã” de 1988. Assim, uma das preocupações de Mangabeira Unger no momento consistia em aproveitar as oportunidades da democratização para pensar em instituições, que não importassem os arranjos desenhados pelos *founding fathers* estadunidenses. Apresentaremos brevemente as ideias políticas de maior relevância do autor e, logo, passaremos às suas propostas econômicas.

Na esfera do poder, a principal medida sugerida por Mangabeira Unger é a aceleração da política para evitar paralisia decisória e resolver impasses rapidamente. Na visão do intelectual, os freios e contrapesos dos federalistas, como a separação de poderes, geram impasses e obstruem reformas. Por isso, o teórico pensou em um sistema de *concorrência de poderes*. O regime tem como características principais, segundo o jurista Arnaldo S. de Moraes Godoy¹⁷⁹, a prioridade de mudanças institucionais sobre a legislação regular, a realização de referendos e plebiscitos em caso de impasses entre o Executivo e o legislativo, e a possibilidade de convocação de novas eleições, pelo parlamento ou pelo presidente, quando a consulta pública for inconclusiva¹⁸⁰. Em seus textos posteriores, o teórico defende a incorporação de um dispositivo do parlamentarismo ao sistema presidencialista, que permite antecipar as eleições

178 Mangabeira Unger também se refere à noção de *resistência transformadora* como *vocação transformadora*.

179 GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. “Fragmentos de uma teoria constitucional em Roberto Mangabeira Unger”. *Revista do Direito UNISC*, Santa Cruz Do Sul, n. 37, p. 148-160, jan./jun. 2012.

180 Arnaldo S. de Moraes Godoy afirma que em certos aspectos, “Mangabeira parece acenar com saudosismo ao constitucionalismo plebiscitário de Weimar”, p. 152. A Constituição weimariana previa a realização de plebiscito pelo presidente para aprovar qualquer legislação, sem participação do parlamento, e assegurava ao chefe de Estado o poder de tomar medidas discricionárias, segundo seus próprios critérios, e livre de condições. GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Fragmentos de uma teoria constitucional em Roberto Mangabeira Unger. *Revista do Direito UNISC*, Santa Cruz Do Sul, n. 37, p. 148-160, jan./jun. 2012

em caso de conflito entre os poderes, tendo em vista estimular a prática de reforma¹⁸¹.

No âmbito econômico, Mangabeira Unger diz inspirar-se em formas de organização utópicas do século XIX, que ele busca transpor para a realidade do final do século XX¹⁸². O teórico elabora duas medidas principais para esta esfera; não fica claro se as medidas pressupõem uma à outra ou se são excludentes. A primeira ideia consiste em um paradigma econômico baseado na atividade coletiva flexível ou na pequena empresa cooperativa. Uma segunda sugestão, à qual é dada maior ênfase, consiste na dissolução e recombinação dos elementos da propriedade, por meio da criação de um fundo social de capital. Com relação ao ordenamento do trabalho, Mangabeira Unger tentou fazer uma transposição teórica dos ideais do *radicalismo pequeno-burguês* para o contexto de produção de *Política*. Na literatura sobre o tema, argumenta-se que um modelo baseado na produção de pequena escala estaria fadado ao fracasso nas sociedades contemporâneas; por isso, ele buscou corrigir os erros do pensamento original¹⁸³, adaptando-o à realidade. A proposta não é detalhada no livro.

No final do século XX, o pensador também previa que o desenvolvimento de experimentos no estilo tecnológico e organizacional, com maior proximidade

181 TEIXEIRA, Carlos Sávio; CHAVES, Vitor Pinto. “O que é mais importante para uma democracia: Constituição ou instituições? A resposta de Unger”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. Na visão dos autores, o regime constituiria um misto de sistema representativo com democracia direta.

182 Em *Política*, Mangabeira Unger afirma inspirar-se no *radicalismo “pequeno-burguês”*. Para o autor, a contestação às formas organizativas existentes na modernidade não partiu do proletariado nem do *lumpenproletariat*, mas dos “pequeno-burgueses”: operários qualificados e artesãos, técnicos e profissionais, comerciantes e pequenos-industriais, isto é, dos “socialistas utópicos”, que defendiam a pequena empresa cooperativa.

183 Três críticas principais são dirigidas contra a economia de pequena escala. Alguns argumentam que este modelo organizacional é regressivo: não permite atingir escalas maiores nem o dinamismo tecnológico. Outros acreditam que é um modelo instável: as empresas mais bem-sucedidas acabariam tirando as menos bem-sucedidas do mercado, e seus colaboradores tornar-se-iam assalariados. Outros, ainda, afirmam que este modelo poderia enfraquecer ou fortalecer os governos: a pequena empresa independente centrada na propriedade e na família poderia limitar os recursos do Estado. Já um Estado que detivesse muitos recursos, poderia “dominar” as empresas de grande porte.

entre planejamento e execução de tarefas, impulsionaria o desenvolvimento de uma forma social alternativa. Para atingir este objetivo, ele propunha transformar o regime de propriedade, por meio de um “método de organização do mercado que permita reunir capital, tecnologias e mão-de-obra sem distribuir direitos permanentes e irrestritos a seu uso”¹⁸⁴. A segunda proposta do autor para a economia constitui um sistema em que a propriedade unitária, absoluta e permanente, concentrada pelo governo central ou pela força de trabalho empresária, é dissociada em capacidades para vários fornecedores e tomadores de capital: “O controle social da acumulação econômica tem de ser conquistado de formas que promovam, e não suplantem, o acesso econômico descentralizado, decisão e flexibilidade econômica”¹⁸⁵.

O sistema de *fundo rotativo de capital* e seu *controle democrático* têm por fundamento a descentralização do acesso ao capital e flexibilidade econômica, e o controle social da concentração econômica, ampliando os fornecedores e tomadores de capital. O fundo central de capital social fornece recursos a fundos semi-independentes, como bancos centrais ou fundações filantrópicas, e esses fornecedores secundários especializam-se em um setor da economia e em um tipo de investimento, por exemplo, de curto ou longo prazo, baixo ou alto risco, para grandes ou pequenos investimentos. Os fundos podem competir entre si em um setor ou modalidade. Trabalhadores, técnicos e empresários podem obter recursos dos *fundos intermediários ou competitivos*, de forma condicional e temporária, e pagam juros a seus fundos – que pagam juros ao fundo central. É permitido aos usuários comprar, vender, e disputar recursos entre si, mas eles não obtêm direitos individuais pelo capital recebido. Eles tampouco podem expandir seu empreendimento indefinidamente, adquirir outras empresas ou ter na sua empresa trabalhadores sem participação ou sem vantagens. Os poderes executivo e legislativo controlam o fundo central por meio da criação ou fechamento de fundos menores, pela injeção, recolhimento

184 UNGER, Roberto Mangabeira. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 17.

185 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 306.

ou transferência de recursos ou pela cobrança de juros, que é a principal fonte de financiamento do fundo. Ele também define os termos e condições das trocas, que podem dirigir-se a toda a economia ou a estatutos específicos de determinados fundos, assim como podem ser definidos pelos próprios fundos ou pelas empresas ou equipes que recebem o capital. Para complementar o controle do mercado pelo fundo social central, o teórico sugeriu a criação de *direitos de mercado*, cuja função seria regular os acordos entre as partes, minimizando as desigualdades de recursos e de informação.

Dois regimes de fornecimento de capital são cogitados¹⁸⁶. No *sistema de leilão de capital*, os tomadores de capital podem comprar recursos uns dos outros, pagando ao *fundo leiloeiro* pelo uso desses recursos. Esse sistema permite ampliar as chances de tentativa e erro dos negociantes, mas pode enfraquecer o controle sobre o fundo, aumentando o risco de concentração de recursos e desigualdade econômica. Já o sistema de *acionamento ou rotação de capital* não permite a compra e venda entre tomadores de capital, limitando as condições e o tempo de uso dos recursos. Neste regime, ocorre o problema inverso: um aumento de controle sobre o fundo, e a redução do risco de concentração de recursos e desigualdade econômica. Mangabeira Unger afirma que o programa transformador provavelmente seria desaprovado pelos idealistas que o inspiram, por sua visão de propriedade, embora sua proposta tenha sido uma tentativa de preservar o que há de mais permanente naquela tradição de pensamento:

Esse programa institucional seria provavelmente repudiado pelos defensores do radicalismo pequeno-burguês por ceder em pontos fundamentais da propriedade independente e eterna. Ao avaliar o programa, eles se encontrariam na mesma situação de qualquer um que se pergunte se, em última análise, uma translação proposta de um ideal antigo para uma nova forma institucional preserva aquilo que o atrai para esse ideal¹⁸⁷.

186 Ambos os regimes combinam descentralização do mercado e controle social, embora alguns fundos possivelmente operem primariamente em um sistema e vice-versa.

187 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 258.

O meio pensado por Mangabeira Unger para transpor a teoria para o exercício institucional é a *prática transformadora: a luta pelo poder* e a reconstrução das instituições no âmbito político e a revisão dos acordos práticos ou pessoais entre os indivíduos. Para este propósito, devem convergir os intelectuais, a mobilização coletiva e os partidos¹⁸⁸. Um primeiro passo consiste na formulação de um *discurso visionário*. As ideias visionárias não podem apoiar-se em *slogans* sem conteúdo programático nem reproduzir interesses estabelecidos, sem conexão com um projeto alternativo. Elas devem ligar o programa a debates atuais, apontar as deficiências de outros programas ou teorias, e sugerir soluções realistas e soluções mais distantes da realidade. Os intelectuais podem buscar influenciar a orientação dos partidos ou alterar a concepção negativa da mobilização coletiva¹⁸⁹ sobre a política partidária¹⁹⁰. Burocratas ou profissionais também podem contribuir para reforçar o elo entre ativismo e partidos¹⁹¹. Outra tarefa consiste em criar uma antevisão das ideias institucionais. Os agentes de transformação podem encarnar “um ícone vivo do programa” ou identificar os conflitos mais promissores na sociedade e pensar em formas de ligar os interesses, identidades e crenças sobre possibilidades

188 Os *agentes da prática* são definidos como “as pessoas a quem às vezes eu chamo os *radicais, os transformadores ou o movimento transformador e, outras vezes, os defensores da democracia forte [empowered democracy]*”. A falta de precisão na definição, segundo o teórico, deve-se ao fato de que ele não enxerga grupos definidos – uma classe, uma comunidade, uma nação – como os sujeitos da transformação.

189 A mobilização coletiva é definida como “a reunião de pessoas com o objetivo de mudar aspectos da sociedade”. MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 273. Em um trecho do livro, o autor define grupos determinados: organizações, como sindicatos mais militantes e menos economicistas, ativistas em prol de minorias desorganizadas, pobres ou oprimidas, ou movimentos de cidadãos em defesa de interesses sociais.

190 O *partido político* é definido como “normalmente pouco mais que um consórcio eleitoral cuja coesão depende de uma combinação estranha de alianças temporárias de grupos de interesse, afinidades vagas mas poderosas de visão e sensibilidade e ambições profissionais de políticos” MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 278. Mangabeira Unger parece referir-se à concepção negativa dos ativistas radicais sobre os partidos – visão esta que os agentes de transformação deveriam tentar alterar.

191 A burocracia de nível baixo – “uma multidão de cripto-esquerdistas – jovens de classe média com educação universitária”, e o discurso competente – “peritos em eficiência e especialistas em direitos”, como gerentes, engenheiros e advogados podem ajudar a politizar áreas despolitizadas entre a mobilização coletiva e o governo, chamando a atenção dos ativistas para este âmbito de atuação, além de fornecer aos iniciantes uma oportunidade de recrutar recursos para levar adiante o programa alternativo. MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 280.

sociais existentes ao programa visionário. Um terceiro passo consiste em gerenciar quadros: o *quadro esclarecido* apresenta propostas mais realistas e uma visão mais aceitável do projeto transformador, atraindo eleitores e ativistas descontentes com *quadros sectários* ou *consensualistas*¹⁹². Além disso, a formação de quadros pode aproveitar as oportunidades abertas por processos de desestabilização do contextos, que podem ocorrer quando há mudança de mandato ou do partido no poder, ou sobretudo durante crises militares, ou econômicas, que exigem respostas para enfrentar o problema. Por fim, no âmbito governamental, reformas das instituições econômicas devem ter prioridade sobre a redistribuição compensatória¹⁹³.

Mangabeira Unger afirma que representantes podem enfrentar dificuldades para realizar seu programa, sobretudo se ele não reflete a insatisfação dos eleitores ou se o partido eleito não pode manter suas promessas. De um lado, o descontentamento dos opositores pode levar à fuga de capital e desinvestimento e, a longo prazo, à corrosão da tolerância. De outro lado, pode ocorrer uma crescente demanda por mudanças entre os apoiadores do governo. O partido governante pode acabar tendo de fazer muitas concessões, limitando-se a implementar políticas de crescimento e reestabilização econômica. Por isso é necessário evitar a perda de apoio, sobretudo dos apoiadores e investidores de maior relevância, controlando crises econômicas para manter o governo fortalecido.

Mangabeira Unger também incorpora à sua teoria da prática a noção de *resistência transformadora*¹⁹⁴. O teórico distingue três concepções de trabalho. A primeira delas é a ideia de *ocupação respeitável*, normalmente compartilhada por profissionais adultos qualificados ou semiquualificados, que buscam obter no trabalho respeito moral na sociedade e apoio financeiro para sua família. Uma compreensão diversa é a de *atividade instrumental*. Geralmente compartilhada por trabalhadores exercendo funções autônomas ou temporárias com poucas

192 Segundo Mangabeira Unger, as soluções propostas pelo grupo esclarecido são a segunda melhor opção.

193 O teórico não se opõe a medidas compensatórias, mas argumenta que alterações mais profundas do sistema econômico são necessárias para enfrentar os problemas das sociedades.

194 Esta noção de prática também é chamada de *vocação transformadora*.

garantias, este tipo de trabalho seria um meio de buscar realização em outros âmbitos e ou atividades. O terceiro tipo de prática laboral é a ideia de *resistência transformadora*, que combina autorrealização individual e transformação social: a realização pessoal só é possível pelo engajamento imaginativo ou prático contra os limites do pensamento ou da sociedade¹⁹⁵. Agora que tratamos das ideias programáticas de Mangabeira Unger e de sua teoria da prática em Política: os textos centrais, passaremos a suas propostas em *Democracia realizada*, em *O que a esquerda deve propor* e *Economia do conhecimento*.

No livro *Democracia realizada*, lançado em 1998 e traduzido para o português em 1999, Mangabeira Unger afirma que o conflito entre estatismo e privatismo está em queda no mundo pós-comunista e que tem início um debate sobre alternativas institucionais, já que o modelo norte-americano é só um dentre várias possibilidades de organização. Ele apresenta o programa de experimentalismo democrático, que é uma alternativa ao neoliberalismo, de um lado, e à social-democracia institucionalmente conservadora, de outro. Na visão de Unger, sem mudar as instituições, não há conciliar a flexibilidade econômica dos EUA com a proteção social de estilo europeu. A dificuldade, no entanto, estaria em como criar alternativas convincentes. O experimentalismo democrático visa conciliar liberdade e prosperidade, ou seja, a emancipação do indivíduo de papéis sociais, divisões e hierarquias, que moldam as oportunidades de vida, e o progresso material, sustentado por crescimento econômico e inovação tecnológica. A alternativa só pode ser construída por meio do ajuste cumulativo das instituições e das crenças da sociedade, com propostas próximas e outras distantes das estruturas atuais. A ferramenta usada para este fim é a imaginação institucional, “prática de análise jurídica e econômica que leva a sério as coações e alternativas institucionais”¹⁹⁶.

Unger parte do pressuposto de que existe um hiato entre vanguarda e retaguarda produtiva e que o Estado deve ajudar a democratizar a produção

195 Segundo Mangabeira Unger, esta é a visão comumente compartilhada por cientistas, intelectuais, ativistas e artistas, que às vezes é substituída por outras áreas como a arte, a filosofia, a ciência, ou pela dedicação às pessoas.

196 UNGER, Roberto Mangabeira. *Democracia realizada: a alternativa progressista*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 20.

vanguardista, definida como “amplos compromissos de capital por trabalhador, tecnologia próxima à fronteira de tecnologia existente e acesso a amplos mercados regionais ou globais”¹⁹⁷. Tanto o neoliberalismo quanto a social-democracia desacreditam que é possível superar a distância entre vanguarda e retaguarda, restando apenas compensá-la. Os social-democratas tem como principal fonte de investimento para as empresas os lucros retidos – lucros não distribuídos como dividendos aos acionistas, impedindo a oferta de recursos para investimento na produção, além de beneficiar os trabalhadores dos setores mais ricos e produtivos da economia. A alternativa radical-democrática na produção propõe

a multiplicação das formas de acesso a recursos e oportunidades produtivos e o desenvolvimento de capacidades e garantias que ajudem as pessoas a reagir à inovação econômica acelerada. [...] O objetivo é ajudá-los [os trabalhadores] a se desenvolver em meio à inovação econômica acelerada.¹⁹⁸

Os partidos progressistas, trabalhistas e social-democratas, segundo Unger, enfrentam um dilema entre defender o trabalho organizado em decadência, por meio de subsídios, protecionismo e benefícios sociais, ou focar na “qualidade de vida” e buscar equilibrar as contas do governo, satisfazendo necessidades mínimas de seguridade social, educação e saúde, o reconhecimento de diferentes culturas e identidades de grupo, e tentando livrar a política da corrupção e do privilégio. Além disso, nos países em desenvolvimento, o populismo econômico é responsável por um “déficit financeiro descontrolado”, usado para financiar a assistência social direta e subsidiar bens de consumo e atividades do governo. Unger chama esta prática de política econômica pseudokeynesiana, que falha ao distribuir seus custos “por toda a sociedade por meio de inflação alta e crônica”¹⁹⁹. O

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 34.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 47.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 69.

pseudokeynesianismo frequentemente acompanha a estratégia de crescimento de industrialização por substituição de importações, ou o “fordismo atrasado”, isto é, a subsídio e proteção da produção, que não tem condição de competir no exterior sem uma compressão salarial. Esta estratégia segundo Unger, aprofunda o dualismo econômico e social entre vanguarda e retaguarda e impede o desenvolvimento tecnológico, além de beneficiar um segmento privilegiado de trabalhadores da indústria.

O programa experimentalista democrático é uma alternativa progressista, que consiste em reformas econômicas e políticas. Não cabe ao Estado o mero papel de regulamentação e redistribuição; suas duas tarefas principais são a mobilização das poupanças para investimento produtivo e a difusão das práticas vanguardistas. Isso requer a cooperação descentralizada entre governos, o desenvolvimento de fundos sociais e centros de apoio intermediários, a oportunidade para inovar na forma do regime de propriedade, com a coexistência de diferentes regimes de contrato e propriedade, e contas de dotação social para ampliar os poderes dos indivíduos²⁰⁰. Além do alto nível de poupança pública e privada, Unger enfatiza o papel da educação, que deve desenvolver o potencial produtivo e pensamento crítico, como pré-condição para viabilizar o programa. No experimentalismo, a mudança estrutural precede a redistribuição; a igualdade é secundária a seu objetivo principal: o fortalecimento dos indivíduos. A redistribuição é feita pela participação dos salários na renda nacional e gasto social financiado por altos níveis de taxaço. Em um segundo momento, o investimento em pessoas torna-se uma prioridade rumo a uma política econômica antidualista.

Unger também critica o populismo político e o autoritarismo:

²⁰⁰ Unger também pensa em um sistema tributário democratizante. Ele propõe um imposto abrangente de alíquota única sobre o valor agregado, para financiar os fundos sociais e centros de apoio intermediários entre empresas e governo, além de dois impostos suplementares: a taxaço direta e progressiva do consumo pessoal, para financiar as operações básicas do governo e impostos sobre a riqueza, como a taxaço de doações e heranças para financiar uma herança social, por meio de contas de dotação social. As contas de dotação social têm uma parte fixa e outra variável, em função de desvantagem física, social ou cognitiva, assim como um critério de recompensa por habilidades especiais.

O populismo oferece um atalho para o envolvimento político abrangente tanto quanto o autoritarismo oferece um atalho para a dureza do Estado. Ele estabelece uma ligação direta entre os líderes e as massas, ou seja, as pessoas que permanecem fora de organizações formais. A fraqueza congênita do populismo é precisamente sua susceptibilidade ao desmonte pelas marés e ressacas da energia política do povo²⁰¹.

A falta de organização da sociedade cria a oportunidade para a emergência do autoritarismo personalista, por isso o programa ungeriano visa desenvolver instituições onde a energia popular possa se manifestar:

Os pequenos Bonapartes entram no vácuo criado pela desorganização da sociedade e pela falta de firmeza política. Para a linguagem nada resta como linguagem, exceto a dialética ameaçadora entre as imagens míticas das necessidades da nação e os apelos desavergonhados aos ressentimentos dos perdedores²⁰².

A contrapartida política da reforma econômica proposta por Unger visa à inovação bem sucedida, que não dependa de crises nem catástrofes. Ela se baseia em instituições que favorecem a rápida resolução de impasses e mudanças na política eleitoral, tendo em vista elevar o nível de engajamento político e a auto-organização da sociedade civil. Os programas de reforma devem ter prioridade sobre a legislação comum. Eles devem ser aceitos, rejeitados ou negociados. Havendo impasse entre o presidente e o parlamento quanto ao programa, eles podem concordar em fazer um referendo ou plebiscito. Havendo impasse sobre a consulta popular, ou caso o resultado não seja conclusivo, o parlamento ou o presidente podem convocar eleições antecipadas. Unger é favorável a mecanismos de democracia direta “que, ao contrário das formas tradicionais de plebiscitarismo populista, incentive a auto-organização independente da sociedade civil”²⁰³ Já com relação ao aumento da mobilização política, ela pode ser estimulada pelo “financiamento público de campanhas políticas; expansão do livre acesso aos meios de comunicação para os partidos políticos e movimentos sociais; multiplicação das formas de propriedade dos meios de comunicação; normas de votação obrigatória; e mudanças no regime

²⁰¹ *Ibid.*, p. 59.

²⁰² *Ibid.*, p. 78.

²⁰³ *Ibid.*, p. 170.

eleitoral” , como um sistema de listas fechadas para fortalecer o papel reformista dos partidos.²⁰⁴

O que a esquerda deve propor, foi originalmente publicado em 2005. No livro, Mangabeira Unger dá continuidade ao seu argumento de *Política* e defende que mudanças profundas não podem ocorrer de maneira drástica, como resposta a uma crise, mas devem acontecer de forma gradual e cumulativa. Quando a crise financeira de 2008 ainda não dava seus primeiros sinais, o intelectual já antecipava a necessidade de buscar a “crise” encoberta nas preocupações e anseios das pessoas:

“Flexibilidade – a senha da ortodoxia de mercados e da globalização – é corretamente entendida como uma palavra-código para a generalização da insegurança [...] Mesmo nos países mais ricos do mundo, hoje, a maioria dos trabalhadores se sente – e está – em perigo. Eles podem ser protegidos contra os extremos da pobreza e do abandono. Permanecem, porém, excluídos dos setores mais favorecidos da economia, nos quais a renda, a riqueza e o poder se encontram crescentemente concentrados²⁰⁵.

Diante desse cenário de concentração e de exclusão, a tendência da esquerda é responder de duas formas: cooperando com o “programa de insegurança” financista ou tentando manter os compromissos sociais tradicionais. No livro, Mangabeira Unger reitera a crítica à tese da convergência democrática e à redistribuição compensatória social-democrata. O problema do modelo norte-americano, segundo o teórico, é a crença de que ali se encontrou a fórmula da liberdade desde muito cedo e que, só raramente precisa de ajustes, diante de uma emergência nacional. Não existe, segundo o intelectual uma alternativa no país desde o Estado de Bem-Estar Social, que começa como resposta à crise da bolsa de valores de 1929. Ao contrário, a partir da década de 1960, os EUA experimentam desigualdade econômica crescente, mobilidade de classe reduzida, menor participação política e um desgaste das conexões sociais. Já o problema da social-democracia é a ênfase na redistribuição

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 209.

²⁰⁵ MANGABEIRA UNGER, Roberto. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 45.

compensatória e não na desigualdade de acesso aos setores avançados da economia. Ao buscar uma síntese entre proteção social de característica europeia e flexibilidade econômica de padrão norte-americano, a social-democracia teria abandonado o projeto histórico de uma transformação mais profunda da sociedade.

Em contraste à *humanização da sociedade da* “social democracia redistributiva e institucionalmente conservadora”, Mangabeira Unger propõe ampliar os *poderes humanos individuais e coletivos*²⁰⁶. Seu programa baseia-se em cinco temas principais. Uma *política democrática de alta temperatura* é condição para estimular a prática reformista sem a necessidade de crises, mas esta deveria ser uma participação institucionalizada, não anti nem extra-institucional. A política deve poder ser acelerada por meio de plebiscitos programáticos e convocação de eleições antecipadas. Esta proposta é controversa, pois demandaria mudanças de cláusulas pétreas da Constituição brasileira, por exemplo. O programa também prevê tirar pessoas de situação de desamparo ou exclusão arraigada, por meio de uma política de renda mínima ou de uma herança social, isto é, de recursos de que os sujeitos podem dispor em momentos cruciais de sua vida²⁰⁷. Uma injustiça, afirma Unger, não deve ser colocada como anterior à outra: “A combinação de diferentes fontes de inferioridade [...] aumenta a probabilidade de que seja difícil escapar da situação de desvantagem”²⁰⁸. Um quarto ponto tratado pelo autor é a possibilidade de “desvios” experimentais em determinados setores ou lugares, desde que não sejam excludentes. Estes experimentos podem ser posteriormente incorporados e disseminados pela política nacional. Finalmente, Mangabeira Unger propõe combinar democracia representativa e democracia direta. Participação em associações locais e em processos decisórios institucionalizados sobre a

206 *Ibid.*, p. 159.

207 Mangabeira Unger diz haver uma subclasse de minorias raciais, estrangeiros e trabalhadores temporários, muitos dos quais vivem às margens da lei e do Direito, sem uma atividade legalmente remunerada ou sofrendo insegurança e privação, e que compõem a maior parte da população em muitos países.

208 *Ibid.*, p. 122.

organização das empresas, contrato e propriedade, além de plebiscitos precedidos por amplo debate podem ser usados para ampliar a participação.

No livro de 2008, começavam a germinar as primeiras ideias sobre a democratização da economia do conhecimento, visando à “propagação dos mais avançados métodos de produção, para além dos terrenos favorecidos em que tais métodos usualmente florescem”, já que a tecnologia estaria “confinada a uma vanguarda privilegiada, em comunhão com vanguardas semelhantes no mundo”.²⁰⁹ Este tema será tratado em seu trabalho posterior, mas o autor já perguntava:

Será que estes novos modos de produzir e aprender, que tanto prometem fortalecer nossos poderes produtivos, ficarão confinados a certos setores de produção e aprendizado? Ou vão se tornar acessíveis a amplos segmentos da sociedade e a muitos setores da economia? Da resposta a estas perguntas dependem nossas chances de realizar a tão alardeada meta do crescimento econômico socialmente inclusivo.²¹⁰

Mangabeira Unger defende não só o ampliar o acesso aos setores avançados da economia, como expandir técnicas e conhecimentos inovadores para outros setores: “Necessitamos de uma ampliação radical do acesso social e educacional às vanguardas e, sobretudo, aos modos de pensar e trabalhar que as fazem ser o que são”²¹¹. O papel do Estado deve ser, na economia, fornecer acesso a crédito, tecnologia, e *expertise*, assim como identificar e disseminar práticas locais exitosas, o que deve ser complementando por uma política educacional voltada a desfazer as desigualdades²¹².

209 *Ibid.* p. 34-35.

210 *Ibid.*, p. 63.

211 *Ibid.*, p. 98.

212 A educação tem um papel fundamental no programa de Mangabeira Unger. Quando à frente da SAE no governo, o então ministro-chefe tentou implementar algumas de suas propostas. Em *O que a esquerda deve propor*, o intelectual argumenta que o Estado deve estabelecer um mínimo de investimento e de desempenho por criança em cada escola, podendo intervir onde o patamar mínimo não for alcançado. Às escolas caberia compensar as desigualdades, inclusive por meio de apoio e oportunidade *especial* a alunos mais *talentosos* e *empenhados*, que sofrem desigualdades. No entanto, algumas destas propostas foram criticadas por parecer favorecer mais um sistema meritocrático de recompensas do que buscar corrigir desvantagens.

Em *Economia do conhecimento* (2018), Mangabeira Unger descreve este tipo de organização da economia em sua forma atual e faz propostas para torná-la um modelo includente. A *economia do conhecimento* é definida por Unger como “a atual prática mais avançada de produção”²¹³. Ela promete aumentar o crescimento e a produtividade, mas é subdesenvolvida e insulada; permanece restrita a uma *vanguarda* de elites empresariais e tecnológicas em grandes empresas globais, ao passo que exclui um enorme contingente de trabalhadores ao redor do mundo, causando estagnação econômica e desigualdade. Não são só os trabalhadores que estão na *retaguarda* produtiva, mas também grandes indústrias declinantes da produção em massa e os pequenos negócios²¹⁴.

O potencial transformador da *economia do conhecimento* com relação à vida humana extrapola os setores aos quais comumente o associamos; está presente nos serviços intensivos em conhecimento, na indústria de alta precisão e na indústria de alta tecnologia. Como escreve Unger: “Falhamos ao não reconhecer esse potencial, ou o vemos somente em sua expressão mais superficial: o impacto das novas tecnologias associadas com informação, comunicação e internet”²¹⁵. O problema é que em cada lugar onde se encontra, seu controle concentra-se em poucas mãos: “[...] Apresenta-se em cada um deles como uma franja, da qual a vasta maioria da força de trabalho permanece excluída”²¹⁶.

Unger distingue entre um *vanguardismo insular ou confinado* e um *vanguardismo includente*. Em sua forma includente, a atual prática mais avançada de produção pode favorecer o crescimento socialmente inclusivo e

213 UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018, p. 20.

214 Mangabeira Unger argumenta que, ao contrário da grande indústria, que sempre recebeu grande atenção dos governos, os pequenos negócios geralmente são deixados à própria sorte. Nem a proteção dos pequenos negócios, nem a proteção das pessoas por meio da redistribuição compensatória via tributação e transferências são suficientes para desfazer os mecanismos geradores de desigualdade, diz ele. UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018.

215 *Ibid.*, p. 11.

216 *Ibid.*, p. 12

diminuir os extremos de desigualdade econômica. Para esse fim, ela precisa passar por mudanças graduais e fragmentárias na educação, na cultura moral da produção e nas instituições econômicas.

Mangabeira Unger não tem uma visão distópica sobre o futuro do trabalho. O teórico argumenta que a tecnologia não foi usada para emancipar as pessoas do trabalho repetitivo e *formulaico* durante o período da manufatura mecanizada ou da indústria de massa. Se durante as práticas produtivas anteriores, o trabalho humano, em grande medida, emulava as fórmulas e procedimentos repetíveis e codificáveis das máquinas, a economia do conhecimento aproxima o processo produtivo da imaginação, tanto no modo de organizar o trabalho quanto na relação entre trabalhador e máquina. A imaginação é a anti-máquina²¹⁷. Não se deve temer que a tecnologia ocupe o lugar do trabalho já que a imaginação, ou a capacidade de se distanciar, avaliar e mudar certos pressupostos, é humana. O pensador também não acredita que o trabalho vá diminuir – é seu caráter que vai mudar, diz ele. Mas para isso, é preciso radicalizar a economia do conhecimento, o que só pode ser feito de forma parcial e fragmentária.

Os países mais ricos e aqueles em desenvolvimento, como a China, Índia e Brasil têm uma rede de vanguardas que troca pessoas, processos e ideias, tecnologias e recursos, e que constitui uma força decisiva na economia mundial. O grande problema é que permanecem confinados, o que Mangabeira Unger chama de *hipeinsularidade*:

Em todo o mundo a economia do conhecimento permanece restrita a vanguardas insulares: manufatura avançada, serviços intensivos em conhecimento (frequentemente associados com a manufatura avançada) e agricultura científica de precisão. Mesmo onde tenha

217 A produção em massa exige pouco da educação, demandando trabalhadores que se assemelhassem a máquinas; “educação demais só traria problemas”. UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018, p. 158.

perdido qualquer conexão privilegiada com a indústria, permaneceu, em cada setor, uma franja²¹⁸.

A formação de oligopólios e o emprego precário são dois resultados da hiperinsularidade e do pseudovanguardismo. O pseudovanguardismo, isto é, empresas que usam tecnologia da economia do conhecimento mas não dominam e não implementam a prática mais avançada de produção, causa a impressão de que a economia do conhecimento está disseminada, quando na verdade ela é hiperinsular, dominada pela elite do capital e do conhecimento. As grandes empresas globais que dominam a economia do conhecimento, como a Alphabet e a Qualcomm criam oligopólios, o que é facilitado por alguns fatores que impedem a concorrência. Estas gigantes empresariais vendem bens e serviços associados, em que um produto é parte de uma plataforma ou ecossistema e não pode ser obtido separadamente; elas detêm equipes de trabalho familiarizadas com as técnicas mais avançadas, além do custo para o próximo consumidor ser baixo, já que é o aumento do número de usuários o que faz subir o valor da plataforma.

As empresas que dominam a economia do conhecimento terceirizam tarefas rotinizadas para empresas de trabalho semi-qualificado que usam métodos da produção em massa, sem compromisso com a força-de-trabalho. Mangabeira Unger argumenta que a distribuição primária das vantagens econômicas é mais efetiva do que a correção retrospectiva dos efeitos do sistema econômico. A distribuição primária é modelada pelo direito contratual, corporativo e trabalhista, enquanto o regime de propriedade define o acesso descentralizado a recursos e oportunidades da produção. Na visão de Mangabeira Unger, ambos a *hiperinsularidade* e o *pseudovanguardismo* dissolvem o regime contratualista e o corporativista, sem deixar no lugar um regime jurídico alternativo. O resultado é o trabalho desprotegido. O *vanguardismo hiperinsular* e o *pseudovanguardismo*, assim, são marcados pelo

218 UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018, p. 55.

“controle de ambos por oligopólios anticompetitivos e o abandono de uma parte crescente da força de trabalho ao emprego precário”²¹⁹.

A proposta de Mangabeira Unger para o trabalho consiste na criação de um regime de Direito do trabalho ao lado do direito estabelecido. A *flexseguridade* escandinava, por exemplo, assegura direitos portáteis ao trabalhador, independentemente de vínculo empregatício. Dois princípios devem reger esse novo tipo de direito. Em primeiro lugar, a escala deve ser ajustável: quanto maior a organização e a representação, menor é a necessidade de proteção legal do trabalhador. Em segundo lugar, o pagamento por trabalho análogo deve ser igual para o trabalhador por contrato parcial e o empregado estável. No futuro, devem tomar lugar formas de trabalho como as defendidas por socialistas e liberais do século XIX, a exemplo de Marx e Mills, baseadas no autoemprego e cooperação.

Outro problema que afeta as sociedades na economia do conhecimento hiperinsular é a desigualdade. Ela é marcada, de um lado, por empregos mal remunerados e produção manufatureira convencional em países com mão-de-obra barata e impostos baixos e, de outro, por posições privilegiadas na economia do conhecimento. O imposto progressivo e gasto social redistributivo é efetivo até certo ponto, mas são necessárias mudanças mais profundas²²⁰:

Em vez da substituição total e fantasiosa do regime estabelecido por uma alternativa pronta imaginária, precisamos de mudança estrutural cumulativa, construída pedaço por pedaço e passo a passo. Em um tal esforço, nenhuma tarefa é mais importante do que enfrentar os efeitos, que agravam a desigualdade, do confinamento da atual prática de produção mais avançada”²²¹.

219 UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018, p. 67.

220 Para corrigir a desigualdade é proposta a taxaço progressiva por meio de um imposto sobre o consumo individual e de um imposto sobre a riqueza, através da taxaço da herança efetiva ou hereditária. Já para ampliar a economia do conhecimento, Mangabeira Unger fala em mudanças na educação, no trabalho e no regime de propriedade da economia de mercado. O que importa, diz Unger, é a direção das mudanças: “Se nos concentramos nos passos iniciais necessários para caminhar na direção escolhida, nossas propostas podem parecer realistas mas triviais. Ao contrário, se imaginarmos os passos muitos movimentos à frente, nossas propostas podem parecer interessantes e inspiradoras, mas somente ao preço de serem utópicas” UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018., p. 90.

221 *Ibid.*, p. 75.

Como tornar a economia do conhecimento incluyente? São necessários requisitos educacionais e cognitivos, requisitos sociais e morais e requisitos jurídicos e institucionais. A economia do conhecimento demanda maior confiança e discricionariedade, o que exige uma melhor educação. Quatro temas orientam as propostas de Unger para a educação: o aperfeiçoamento de capacidades analíticas e sintéticas, o aprofundamento seletivo em vez da “superficialidade enciclopédica”, a cooperação em lugar do individualismo ou do autoritarismo, e a dialética, ou ensino a partir de pelo menos dois pontos-de-vista. Já a cultura moral da produção deve aumentar a confiança e discricionariedade no trabalho, além da cooperação. Uma divisão de tarefas baseada em comando e controle limita a discricionariedade ao âmbito gerencial e transforma a confiança em controle²²². Aumentar a confiança diante de um cenário de incerteza, gerado por inovações constantes, exige uma base de direitos e garantias. Para desenvolver esses requisitos, Mangabeira Unger propõe um regime de *flexseguridade*, com direitos portáteis e propõe que cada adulto tenha uma ocupação social, além de sua ocupação econômica, por um período da vida. Com relação ao direito e às instituições, Mangabeira Unger fala na necessidade de uma economia de mercado diferente. Em um primeiro momento, o governo deve ampliar o acesso a capital, tecnologia e capacitação avançada; em um segundo momento, deve desfazer o hiato entre vanguarda e retaguarda produtiva²²³.

222 Uma visão interessante sobre a questão da confiança é a tese do *protocolamento total da vida* de Byung-Chul Han. Segundo o filósofo, a confiança dispensa a necessidade de um conhecimento excessivo sobre os outros, mas na era digital, o excesso de dados facilita de tal modo obter informações, que a confiança é subvertida: “Onde se pode adquirir muito rápido e facilmente informações, o sistema social muda da confiança para o controle” HAN, Byung-Chul. *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 122.

223 A reconstrução institucional da economia de mercado segue alguns estágios. Em primeiro lugar, o governo deve ampliar práticas, atuando como um acionista de risco; em seguida, deve difundir as práticas mais exitosas desenvolvidas pelos beneficiários do acesso ampliado. Um terceiro passo é descentralizar a economia por meio de mudanças no regime de propriedade – a propriedade exclusiva deve coexistir com outros regimes. Um exemplo de descentralização é a propriedade intelectual. Quando o Estado contribui para uma inovação por meio de uma parceria público-privada, deve exigir participação ou impor limites à propriedade (obtida por meio de patente, *copyright* ou marcas registradas). Unger também propõe a criação de *mecanismos de consentimento e compensação* para que os usuários de plataformas que tem seus dados rastreados e vendidos tenham participação acionária na venda ou recebam transferências

São condições necessárias para ampliar a economia do conhecimento no âmbito da cultura a generalização do experimentalismo e uma democracia de alta energia. Para formular esse argumento, Mangabeira Unger retoma o tema de uma educação dialética e da obtenção de uma herança social, presente em seus trabalhos anteriores, assim como a necessidade de uma política que estimule reformas sem a necessidade de uma crise, por meio de arranjos que favoreçam sua revisão. Quatro princípios devem orientar a democracia de alta energia: o empoderamento da diferença de grupo, a rápida resolução de impasses, a possibilidade de divergência de um território ou setor em relação ao restante do país e o engajamento popular organizado, incluindo mecanismos de participação direta. A política não deve ser uma escolha entre prática institucional e “morna” ou prática anti-institucional e “quente” como no cesarismo.

Mangabeira Unger argumenta que a economia do desenvolvimento não funciona mais; a prática mais avançada de produção inviabiliza a produção em massa como modo de ascensão na divisão internacional do trabalho. A produção em massa só pode subsistir nos países onde os salários e os impostos são mais baixos, tornando-se satélites das franjas da economia do conhecimento que terceirizam as partes padronizadas do processo produtivo. Insistir em um fordismo tardio no Brasil, nas palavras de Unger são uma “retirada” em relação à vanguarda mundial e uma “rendição”; a alternativa é implementar, passo a passo, um vanguardismo includente (p. 177):

Uma coisa é apoiar a produção em massa tradicional como forma de ganhar tempo, no decorrer de um esforço para convertê-la em seu sucessor mais avançado. Outra coisa é usar a sobrevivência da manufatura fordista como substituto da alternativa perdida. Essa é uma política de desespero, sem futuro, pelos mesmos motivos por que ela não tem mais futuro nos países em desenvolvimento, apesar da autoridade que ainda conserva a economia do desenvolvimento clássica.

Agora que o programa ungeriano foi apresentado, passaremos à explicação que o pensador fornece para a recente crise mundial, cujos efeitos

monetárias. Assim, o direito às inovações não ficaria restrito às gigantes empresariais. UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia literária, 2018.

teriam contribuído para a eleição de Trump, nos EUA, e de Bolsonaro, no Brasil. A explicação do autor recai sobre a divisão hierárquica da economia²²⁴. Caracterizada pela distância entre a *vanguarda produtiva*, formada por empresas de tecnologia altamente rentáveis, e entre um grande número de empresas e trabalhadores na *retaguarda*, sem acesso às vantagens que o mercado de tecnologia oferece, esta organização acarretou consequências em três âmbitos nos EUA, segundo o teórico. Na economia, causou uma queda no crescimento e na produtividade, afetando uma parte cada vez maior da força de trabalho. No âmbito social, a desigualdade produtiva gerou desigualdade social, que acabou sobrecarregando a social-democracia americana e criando tensões entre os distritos do oeste e do centro do país, acerca de questões de migração e fronteiras. Na esfera política, Mangabeira Unger afirma que o conservadorismo institucional social-democrata dificulta a realização de mudanças nas instituições.

A dificuldade para resolver crises, teria sido responsável pela vitória de Trump em 2016, já que os partidos não conseguiram fornecer uma resposta adequada para combater os efeitos da crise, que atingiram sobretudo os trabalhadores do centro do país. A proposta de Mangabeira Unger para reorganizar a economia consiste na democratização da *economia do conhecimento*: “The knowledge economy is today’s road to greater and more inclusive prosperity”²²⁵. No caso do Brasil, caracterizado pela quase inexistência de uma vanguarda tecnológica, o teórico propõe não importar práticas de fora, mas desenvolver uma forma inclusiva deste modelo produtivo. A *revolução do conhecimento* não pode ambicionar transformar o país em um novo Vale do Silício, diz ele; as mudanças não podem se limitar ao setor tecnológico, mas deveriam chegar a vários setores produtivos e/ou empresas, de forma gradual e

224 “FROM now to an alternative, the missing project: from reactionary populism to a progressive alternative”. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (ca. 1h32). Publicado pelo canal Roberto Mangabeira Unger. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WoksHVlzdOI>. Acesso em: 16 jun. 2021.

225 MANGABEIRA UNGER, Roberto. “South America is in a quandary. Just like the United States”. *The New York Times*, December 23, 2019. Disponível em: robertounger.com. Acesso em: 07 de fev. 2020.

cumulativa. Na organização do trabalho, o principal traço que distingue as empresas avançadas dos outros tipos de empresa é a separação entre concepção e planejamento das tarefas e sua execução prática. O cientista político Marcos Teixeira Ceia pontua que Mangabeira Unger não se situa nem do lado da “flexibilização precarizante das relações de trabalho” do neoliberalismo que advoga pelo Estado mínimo, nem do lado da “defesa conservadora do direito adquirido” do social-desenvolvimentismo compensatório, baseado no regime contratual e organização sindical getulista²²⁶. O teórico buscou elaborar um modelo alternativo de produção flexível e cooperativismo ou cooperação, no qual caberia à atuação governamental o papel de ajudar a desenvolver a *economia do conhecimento* e incentivar práticas para a realizar “a riqueza possível e a liberdade efetiva”²²⁷.

2.4 Conclusão

O objetivo deste capítulo foi mostrar os principais aspectos da teoria social e programática de Roberto Mangabeira Unger. Para uma melhor compreensão, pode-se dividir suas ideias em três partes. Na parte analítica, o autor fornece uma interpretação sociológica sobre processos de estabilização, desestabilização e mudança do pensamento, das práticas e das instituições. O teórico também faz uma interpretação política sobre a competição pelo poder. Dois de seus conceitos sociológicos-chave, a ideia da *sociedade como artefato* e da *transcendência dos contextos*, sugerem que elementos dos contextos mentais, práticos e institucionais das democracias podem ser alterados a partir de mudanças graduais e cumulativas das instituições no âmbito governamental.

226 As referências de Mangabeira Unger, segundo o autor, incluiriam desde Proudhon até Hermann Schulze-Delitzche ou Terence Powderly: “Mais que a reconstrução de um caminho perdido pelo simples saudosismo de eras passadas, no entanto, esse esforço de ligação entre proposta para o futuro e experiências passadas tem mais relação com o antropofagismo de ideias ou arranjos institucionais históricos” CEIA, Marcos Teixeira. “Capital e trabalho na teoria de Unger”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 301.

227 CEIA, Marcos Teixeira. “Capital e trabalho na teoria de Unger”. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 289.

Em *Política: os textos centrais*, que compila textos de meados dos anos 1980, o aspecto que liga as ideias explicativas do pensador a seu programa é o caráter antinecessitário dos arranjos existentes. Ao compreendermos como se formam e se estabilizam os contextos simbólicos e institucionais da sociedade, é possível entender seus efeitos sobre os sujeitos e agir sobre eles: “Somente quando acreditamos que os contextos formadores da vida social podem ser refeitos ou reimaginados, e que o resultado dessa atividade reconstrutora não é dado a priori, o pensamento programático ganha um lugar seguro entre nossas ideias”²²⁸. O programa ungeriano coloca-se como uma alternativa à *social-democracia institucionalmente conservadora*, de um lado, e ao *populismo de direita*, de outro. Sua obra programática é caracterizada por diagnósticos do mundo social e pela busca de respostas diante de uma crise, por meio de mudanças parciais e cumulativas. Mangabeira Unger tem uma posição realista e suas propostas para a política, a economia, e a organização coletiva e institucional são realistas. Alguns temas recorrentes em sua obra são a reconstrução da economia, tendo em vista desfazer a desigualdade produtiva, políticas sociais para salvaguardar os excluídos, uma reforma política para estimular mudanças e ampliar a participação e a ênfase na administração democrática, seja na esfera produtiva, seja na esfera do poder.

Em *Política: os textos centrais*, o intelectual sugere a organização da economia em torno da atividade coletiva flexível ou da pequena empresa cooperativa e a dissolução e recombinação dos elementos da propriedade por meio da criação de um fundo social. Em *O que a esquerda deve propor*, é sugerida a democratização de técnicas e conhecimentos avançados e o estímulo do governo a experimentos setoriais ou regionais que possam ser generalizados para a economia nacional. Em *Economia do conhecimento* algumas ideias anteriores são aprofundadas. A necessidade de promover mudanças estruturais cumulativas para desfazer o hiato entre uma imensa maioria de excluídos das técnicas de produção mais avançadas e entre uma franja privilegiada confinada

228 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001, p. 94.

a poucos ganha centralidade. Mangabeira Unger propõe a criação de um novo regime trabalhista, com direitos portáteis para assegurar maior confiança, autonomia e cooperação, necessários para fomentar uma forma includente da economia do conhecimento. Também estão presentes na obra do intelectual as condições para mudanças profundas da economia: uma democracia de alta energia, uma educação dialética e analítica e retaguardas sociais, como a criação de uma herança social ou renda mínima. Assim, embora políticas compensatórias sejam importantes para minimizar os impactos do neoliberalismo e reduzir a distância entre uma retaguarda excluída e uma vanguarda excludente, somente mudanças mais profundas na economia podem aplacar as crises, evitando que os sentidos da insatisfação popular seja apropriado por populistas reacionários.

3. DEMOCRACIA EM RISCO?

A segunda década do século XXI foi marcada por grande turbulência política. O cientista político Larry Diamond aponta a hipótese de uma terceira onda reversa democrática mundial²²⁹. Desde 2006, houve uma estagnação no número de regimes democráticos no mundo e redução da liberdade – sobretudo da mídia – em algumas partes. Alguns sinais de preocupação, segundo Larry Diamond são: o número global de rupturas, que chegou a dezoito a partir de 2006, a queda da qualidade ou instabilidade das democracias, o aprofundamento do autoritarismo, e o mau exemplo de democracias estabelecidas, que pode ter influenciado a adesão dos eleitores aos valores democráticos e ter favorecido a eleição de populistas autoritários²³⁰ em alguns países. Na Inglaterra, o BREXIT surpreendeu a União Europeia (UE), na América Latina, uma sucessão de *impeachments* marcou o fim de um ciclo de esquerda,

229 DIAMOND, Larry. "Facing Up to the Democratic recession". *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, jan. 2015.

230 Os termos "populista autoritário", "candidato autoritário" ou "propenso/ potencial autocrata" estão sendo usados como sinônimos.

e nos EUA e no Brasil, a eleição de Donald Trump e de Jair Bolsonaro são bons exemplos da emergência de populismos de direita.

No capítulo 2, foram apresentadas as principais ideias de Mangabeira Unger em *Política: os textos centrais* e em livros e textos mais recentes. Se nos anos 1980, o intelectual criticava a tese da convergência institucional e aspectos da tese da contingência histórica²³¹, a partir do final do século XX, ele passa a criticar visões moderadas, como a social-democracia, que diz não atacar as causas dos problemas atuais. Em *Política: os textos centrais*, o teórico trata do tema das crises e de seus efeitos a partir da disputa pela competição pelo poder. Tanto instabilidade política, marcada por paralisia decisória, impasses e obstrução de reformas, quanto instabilidade econômica, em que há perda de investimento e de apoio, impedem levar adiante um programa para além da mera redistribuição compensatória. Entender e atuar sobre as crises também é o objetivo de seus livros e textos atuais.

No capítulo 3, apresentaremos os argumentos e propostas de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem* (2018). Após a eleição de Trump nos EUA em 2016, os autores estavam preocupados com uma possível ruptura democrática de dentro para fora. A obra descreve como políticos autoritários chegam a se eleger, as estratégias usadas por eles para se perpetuar no poder, possíveis consequências e propostas para evitá-las. Em seguida, analisaremos as ideias dos autores, comparativamente às de Roberto Mangabeira Unger, que podem ser utilizadas para pensar a crise democrática. A insatisfação que atingiu diversos países nas primeiras décadas do século XXI, levando à emergência de candidatos e líderes autoritários ao redor do mundo tem sido objeto de preocupação entre pesquisadores de democracia. Cogita-se até mesmo a possibilidade de uma terceira onda reversa mundial. A pergunta

231 A tese da convergência consiste na afirmação de que as instituições existentes são as melhores possíveis, para onde todos os países convergem; a tese da contingência histórica defende que a organização político-econômica da sociedade pode mudar, mas essa mudança atende a leis e estágios determinados que se sucedem. As duas teses, segundo Mangabeira Unger impedem de se pensar em alternativas.

que se pretendeu responder neste trabalho é: Como enfrentar a crise democrática para evitar um desfecho que pode ser catastrófico?

3.1 O argumento de *Como as democracias morrem*

Em *Como as Democracias morrem* (2018) Levitsky e Ziblatt analisam o fenômeno do populismo e temem que a eleição de populistas autoritários possa colocar as democracias em risco. Ao contrário dos golpes ou insurreições do século XX, a novidade deste século estaria no gradual enfraquecimento da democracia a partir de dentro.²³² Os autores começam o livro descrevendo de que modo um aspirante a ditador é eleito. Muitas vezes, o partido no governo enfrenta dificuldades econômicas, insatisfação dos eleitores, e baixa aceitação da legenda. Por isso, aceitam fazer alianças com candidatos controversos, devido à popularidade do populista ou de sua agenda, ou porque ignoram os riscos que eles podem representar para a continuidade das democracias. Além do apoio de partidos estabelecidos, esses candidatos podem ser favorecidos por outros fatores. Por exemplo, mudanças nas regras eleitorais norte-americanas, a partir dos anos 1980, foram responsáveis por assegurar maior independência aos candidatos em relação aos partidos, já que eles passaram a escolher seus representantes nas primárias e em congressos estaduais. O financiamento privado de campanha, a partir de 2010, e a proliferação de canais midiáticos alternativos de direita também contribuíram para aumentar a visibilidade de *outsiders* da política, a exemplo de celebridades como Trump.

A eleição de um candidato autoritário, caso ele decida tentar contornar os pesos e contrapesos para se ver livre dos “obstáculos” que as instituições colocam, como ver que nem todas suas iniciativas serão aprovadas, pode resultar em impasses e instabilidade, até uma crise de grande dimensão, podendo levar a uma queda da qualidade da democracia ou até a uma ruptura.

232 LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

No poder, um populista autoritário tentará descumprir os princípios que regem as relações políticas. A norma da *tolerância mútua* diz que não se deve negar aos opositores o direito de competir pelo poder; já a norma do comedimento diz que um político ou partido não deve usar suas prerrogativas até o limite, com o objetivo de enfraquecer ou incapacitar o oponente, mesmo quando não houver restrições formais com relação a seus movimentos. O populista autoritário pode acusar os oponentes de inelegibilidade para o cargo sem comprovação e tentar cooptar opositores e árbitros.

A principal estratégia usada por esse tipo de líder é o *jogo duro institucional*. O presidente pode tentar cooptar o Judiciário e agências regulatórias, tentar cooptar ou enfraquecer oponentes políticos, financiadores, mídia e personalidades culturais de destaque. Mais comumente, ele tentará trazer os concorrentes e opositores para seu lado. O populista autoritário também pode tentar alterar as regras do jogo a seu favor, e de seus aliados, dando a suas ações uma aparência de legalidade. Outra estratégia usada é a *retórica linha dura* ou *política como guerra*, tática usada pelos partidos americanos desde 1970, mas que aumentou na última década devido à influência da mídia alternativa de direita e do surgimento de novos grupos de interesse, além de tensão entre grupos sociais. “É assim que subvertem a democracia – aparelhando tribunais e órgãos independentes, comprando a mídia e o setor privado e reescrevendo as regras da política”²³³. Ainda que instituições bem consolidadas impeçam que um retrocesso aconteça, o uso dessas estratégias pode suscitar o jogo duro institucional dos outros Poderes, levando a uma crise de grande dimensão. O Legislativo pode tentar bloquear todas as medidas do presidente, não aprovar suas contas, ou entrar com um pedido de *impeachment* politicamente motivado e sem adesão ampla. Já o Judiciário pode declarar a inconstitucionalidade das iniciativas do Executivo.

233 LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 19.

Frequentes bloqueios e impasses entre os Poderes, instabilidade política, forte polarização: tudo isso pode resultar em uma crise de grande dimensão, suscitando uma outra estratégia para subverter as instituições. Um populista autoritário pode canalizar a insatisfação pública durante uma crise e manipular os medos dos eleitores, alterando o sentido da insatisfação. Uma crise constitui uma oportunidade para aprovar leis ou sancionar políticas de baixa aceitação, ou tentar alterar as regras democráticas a seu favor²³⁴. Por isso, é necessário evitar que uma instabilidade se torne uma crise, ou buscar reverter seus efeitos, antes que ela se intensifique. A tese do livro de Levitsky e Ziblatt é a de que retrocessos não ocorrem, como no passado, por meio de um golpe ou de uma insurreição violenta. Autocratas eleitos chegam ao poder pela via democrática e corrompem as democracias a partir de dentro. Por isso, os autores fornecem algumas sugestões para evitar um desfecho catastrófico.

Para complementar as instituições e as garantias formais, Levitsky e Ziblatt sugerem normas informais de tolerância e comedimento que orientem as relações políticas. Eles também chamam a atenção para o papel interno dos partidos, no sentido de não apoiar candidatos autoritários. Nesse sentido, são desenvolvidos critérios de identificação de potenciais autocratas e são sugeridas propostas para evitar a queda das democracias. Os autores usam quatro sinais de alerta para definir o “perfil autoritário”: a rejeição das regras democráticas, a negação da legitimidade dos oponentes, a tolerância à violência ou incitação de comportamentos violentos, e a violação dos direitos civis dos adversários e da mídia.

Mesmo que a retórica não passe para a ação, teme-se que ela possa influenciar comportamentos políticos avessos à democracia. Por exemplo alguns políticos podem vir a copiar a retórica linha-dura ou antissistema do presidente para ganhar visibilidade e obter votos ou apoio. Outro impacto é a criação de uma cisão interna dentro do partido, como aconteceu com o partido republicano após a eleição de Trump nos EUA. Não é objetivo deste trabalho entrar no

234 Um exemplo é o *gerrymandering*, em que um distrito eleitoral nos EUA é alterado, tendo em vista favorecer este ou aquele partido.

debate sobre se discursos e práticas podem influenciar comportamentos negativamente em outros âmbitos, embora isso pareça provável. De qualquer modo, enquanto o debate de ideias é benéfico para a democracia, a polarização intensa, mesmo que não ameace o sistema, tampouco parece saudável para o ambiente político. Por isso, Levitsky e Ziblatt sugerem que, caso um propenso autocrata seja eleito, a oposição dos partidos e da opinião pública devem contribuir para minar suas chances de reeleição. Os cientistas políticos também recomendam políticas sociais para evitar que tensões em torno de recursos sejam canalizadas por líderes autoritários e dizem que a resposta do presidente a eventos circunstanciais também podem influir na perda de popularidade e nos resultados eleitorais.

Estabelecer critérios de identificação de “potenciais autocratas” é um tanto quanto antidemocrático, mesmo quando reconhecemos a responsabilidade que os partidos têm com relação aos candidatos. Levitsky e Ziblatt não distinguem muito bem entre populismo e autoritarismo, mas o limite parece ser que, no populismo, determinado discurso pode ser usado para dar visibilidade a um político e atrair um grupo de eleitores, enquanto um propenso autocrata tentará, de fato, corromper a democracia, o que só pode ser confirmado por suas ações. Havendo sinais disso, convém esperar para ver se tais ações se confirmarão? Talvez o mais importante seja identificar em que medida os sinais de alerta são coerentes e fazer um bom trabalho de oposição e de crítica contra um potencial autocrata para evitar um desfecho catastrófico.

Outro ponto que pode gerar controvérsia, além do estabelecimento de critérios para identificar propensos autocratas, é a definição do “populismo autoritário” como categoria de investigação científica, já que os “populistas autoritários” diferem entre si. Sim, há diferenças. Temos como exemplo Trump, nos EUA, e Bolsonaro, no Brasil. Ambos se lançaram à política como “representantes de fora do *establishment*”, mas Bolsonaro é um militar de carreira e chegou a tentar criar um partido próprio enquanto Trump pertence ao mundo dos negócios e ganhou fama ao participar de um *reality show*. No entanto, a esta objeção pode se responder que as particularidades não impedem de se

pensar em um conceito abstrato, já que os políticos compartilham alguns elementos comuns, como a retórica e algumas estratégias para chegar ao poder e se manter no poder.

3.2 Crises de democracia

Adam Przeworski é outro pesquisador que vê na ascensão dos populismos um sintoma de crise democrática na atualidade. Em *Crises da democracia*²³⁵, o autor analisa dois casos de retrocesso no passado, a República de Weimar e o Chile de Allende, além de dados comparativos de países membros da OCDE em 2000, tendo em vista entender as causas, desdobramentos e possíveis soluções à crise atual. O livro é publicado em 2019, e reflete a preocupação com a possível reeleição de Trump nas eleições de 2020 nos EUA. Entre os sinais da crise democrática em vários países estão o aumento do autoritarismo e a descrença nas instituições democráticas:

Em alguns [países], líderes anti-Estado, intolerantes, xenófobos, nacionalistas e autoritários estão no poder. Em muitos outros, particularmente na Europa Ocidental, partidos radicais continuam em ascensão, enquanto muita gente no centro político perde a confiança nos representantes nos partidos e nas instituições²³⁶.

Sentimentos antissistema e populismo, queda de apoio a partidos tradicionais em democracias estabelecidas, queda da participação eleitoral e da confiança nos políticos, e polarização em torno de políticas públicas, com visão dos oponentes como inimigos: tudo isso é indício de que alguma coisa não vai bem, segundo Przeworski.

A visão do cientista político é minimalista e eleitoral. A democracia é definida como “um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e tem uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem”²³⁷. O bom funcionamento das democracias é medido por sua capacidade de lidar com conflitos, na medida em que suas instituições fornecem incentivos para que os perdedores aceitem os resultados: “a democracia

²³⁵ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

²³⁶ *Ibid.*, p. 12.

²³⁷ *Ibid.*, p. 29.

funciona bem quando as instituições representativas estruturam conflitos e os absorvem e regulam de acordo com as regras²³⁸. Nesse sentido, o papel das instituições é fundamental²³⁹. O mau funcionamento da democracia, por outro lado, acontece “quando partidos profundamente ideológicos chegam ao poder tentando remover obstáculos institucionais para solidificar sua vantagem e ampliar suas prerrogativas para formular políticas, a democracia se deteriora ou retrocede”²⁴⁰. Assim, as eleições fracassam quando o governo usa suas vantagens para tornar as eleições não-competitivas. Mas elas também fracassam se seus resultados não altera a vida das pessoas, causando a percepção de que tanto faz.

O populismo é definido por Przeworski como “resultado da insatisfação com as instituições políticas que reproduzem a desigualdade e não oferecem alternativa”²⁴¹. O contexto da atual crise, segundo o cientista político, é o limite do modelo social-democrata na década de 1970 e emergência do modelo econômico neoliberal, quando políticas de governo passam a se assemelhar e a desigualdade prevalece. Os populistas se aproveitam do descontentamento e buscam soluções mágicas para a insatisfação. Na medida em que veem os oponentes como inimigos e buscam perpetuar seu poder a todo custo, podem levar a um retrocesso democrático. O retrocesso é o enfraquecimento gradual das instituições, quando governos buscam assegurar sua permanência no cargo, removendo obstáculos e debilitando a oposição:

A oposição vai se tornando incapaz de ganhar eleições ou assumir o cargo se ganhar, as instituições estabelecidas perdem a capacidade de controlar o Executivo e as manifestações populares de protesto são reprimidas com violência. Tudo isso é impulsionado pelo desejo do

²³⁸ *Ibid.*, p. 198.

²³⁹ Na visão de Przeworski, nenhum político ou partido deve ser impedido de se eleger com base em suas demandas; o sucesso da democracia é medido pelo modo como suas instituições processam os conflitos. *Ibid.*, p. 32. Ao mesmo tempo, o autor aponta a “inconsistência” daqueles que criticam a desigualdade, ao mesmo tempo em que reclamam da crítica populista às instituições., *Ibid.*, p. 226.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 171.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 12-3.

governo de monopolizar o poder e eliminar obstáculos a implantação de suas políticas²⁴².

O autor converge, assim com as visões de Levitsky e Ziblatt, no sentido de que as democracias atualmente são subvertidas de dentro, ou de forma sub-reptícia. A *sub-repção* é o meio como a desconsolidação se desenvolve a partir do uso de mecanismos legais para fins antidemocráticos. Trata-se de “um processo pelo qual o governo adota certas medidas, nenhuma delas manifestamente inconstitucional ou antidemocrática, mas que acumuladas destrói pouco a pouco a capacidade da oposição de tirá-lo do cargo ou ampliam sua liberdade de formulação política”²⁴³;

Przeworski explica que as democracias são vulneráveis a crises devido a condições estruturais. Se do lado da economia o capitalismo é um sistema de desigualdade econômica que convive com um sistema de igualdade política, do lado da política, a competição partidária pode levar à subversão sub-reptícia, tendo em vista a manutenção do poder. Na sua interpretação, portanto, a crise política é decorrência de problemas mais profundos, econômicos e sociais, aspecto em que converge com Mangabeira Unger. Sua observação de casos históricos demonstra que várias situações podem levar uma democracia a ruir: condições econômicas, a história democrática do país, a intensidade das divisões sociais e arranjos institucionais. O que parece inédito é a estagnação da renda nos últimos 100 anos, o declínio dos sindicatos, o desgaste na crença na igualdade entre as gerações, o desgaste dos sistemas partidários tradicionais, a mudança na base de apoio a movimentos da direita, com apelos a classe trabalhadora, e o desaparecimento dos militares da cena política – caso de que o Brasil parece ser uma exceção. No momento atual, Przeworski atribui

²⁴² *Ibid.*, p. 200-1.

²⁴³ *Ibid.*, p. 211. Algumas medidas incluem: “A mudança de fórmulas eleitorais, o redesenho de distritos, novas exigências para votar [...], intimidação da oposição e a imposição de restrições à organizações não governamentais [...] transferência de poder do legislativo para o Executivo, restrição da Independência do judiciário e o uso de referendos para superar barreiras institucionais [...] a implementação de reformas constitucionais, o aparelhamento partidário da máquina estatal e o controle da mídia”, *Ibid.*, p. 201-2.

a crise a motivos econômicos e à divisão acirrada em torno de questões pontuais, como a imigração²⁴⁴.

É possível deter um governo com intenções antidemocráticas antes de tomar medidas sub-reptícias para se beneficiar? Isso é possível somente se o ganho das medidas é menor do que o perigo de provocar uma oposição acirrada, que poderia afastar o governante do cargo, pelas eleições ou algum recurso constitucional, como um impeachment no sistema presidencialista, ou a moção de censura, no parlamentarismo. É possível afastar o governante e reverter um retrocesso em curso? Przeworski acha a ideia de resistência infundada, já que a sub-repção obscurece o perigo de tais medidas a longo prazo, que só são percebidas pelos cidadãos quando é tarde demais.

Przeworski pensa em dois cenários para a crise e se pergunta se no pior cenário, em que não há melhora econômica, existe risco à democracia. O pesquisador declara-se pessimista com relação à economia, mas otimista com relação à ameaça eleitoral da extrema direita. A direita radical tem apenas um quarto do eleitorado na maior parte das democracias desenvolvidas, afirma, embora aponte para o equívoco de políticas contra a imigração e sua ineficácia para lidar com conflitos étnicos, culturais e religiosos. O risco, então, é de que mesmo que a democracia não se deteriore sub-repticiamente, onde a direita radical não é eleita, os governos podem fazer concessões demais as demandas nativistas e racistas, restringindo liberdades civis sem melhorar condições materiais. Embora Przeworski não acredite que a democracia esteja em risco na maioria dos países, ele também não vê no horizonte soluções para o descontentamento com a economia e divisões sociais.

²⁴⁴ As motivações econômicas incluem queda do crescimento, aumento da desigualdade de renda, queda de empregos na indústria e aumentos de empregos mal remunerados no setor de serviços, estagnação das rendas mais baixas e desgaste na crença no progresso material a cada geração. Przeworski levanta duas hipóteses para explicar estas transformações na economia: a globalização e a ruptura do acordo de classes. Embora não haja consenso em torno do tema, a maior competitividade e o crescimento das exportações da China estaria causando desemprego e redução dos salários locais, ao passo que os sindicatos, responsáveis por manter os salários estáveis, perderam seu poder de barganha nos governos Thatcher e Reagan. Com relação à questão da imigração, o racismo e hostilidade na política pode ser explicado pelo aumento da taxa de migração no Reino Unido, embora Przeworski chame atenção para o fato de que a intolerância sempre esteve presente nas democracias.

3.3 A tese da democracia desfigurada

No artigo *Political theory of populism*²⁴⁵, Nadia Urbinati argumenta que uma teoria política do populismo deve focar no populismo no poder, ou na maneira como ele interpreta, usa e modifica a democracia representativa. Sua tese é a de que, no poder, o movimento subverte a democracia: “O populismo consiste em uma transmutação dos princípios democráticos da maioria e do povo, de um modo que celebra um subconjunto do povo em oposição a outro, através de um líder que o incorpora e de um público que o legitima”²⁴⁶.

Em *Crise e metamorfoses da democracia*²⁴⁷ Urbinati define uma democracia como uma “diarquia da decisão e da opinião”²⁴⁸; em que opinião, de um lado, e procedimentos e decisão, de outro, tem influência mútua uma sobre a outra, mas não se fundem²⁴⁹. Com base nesta definição, três deformidades da democracia representativa são apontadas: o mito da verdade, ou avaliação de procedimentos democráticos sob a perspectiva de seus bons resultados, o populismo, ou mito da unificação do povo sob a opinião da maioria conduzida por um líder, e o mito plebiscitário, ou crença na participação como a coroação de um líder. Todos estes mitos reforçam exclusivamente o aspecto da opinião, desfigurando a democracia. As causas para o aparecimento destes fenômenos, segundo a autora são o “declínio dos partidos políticos no gerenciamento da ligação entre representação e participação, e a escalada da desigualdade

²⁴⁵ URBINATI, Nadia. *Political Theory of Populism*. *Annual Review of Political Science*. 2019. 22: 111–127.

²⁴⁶ *Ibid.*, abstract. Tradução livre: “Populism consists in a transmutation of the democratic principles of the majority and the people in a way that is meant to celebrate one subset of the people as opposed to another, through a leader embodying it and an audience legitimizing it”.

²⁴⁷ URBINATI, Nadya. *Crise e metamorfoses da democracia*. *RBCS* Vol. 28 n° 82 junho/2013, p. 5-16.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 10.

²⁴⁹ Sobre a natureza diárquica da democracia, a teórica diz, que “é tanto um sistema político (que promulga leis e demanda obediência) quanto uma forma de ação política por cidadãos livres e iguais – ou seja, ela é tanto ‘vontade’ (decisões de autoridade feitas segundo procedimentos consentidos) e ‘opinião’ (a dimensão complexa e plural da formação e manifestação da opinião em sociedade). A democracia consiste no reajuste permanente do equilíbrio entre o poder das normas e procedimentos de um lado e aquele das opiniões de outro” “TRADUÇÃO de: URBINATI, Nadia. *Uma revolta contra os corpos intermediários*. *Leviathan* N. 12, pp.176-200, 2016, p. 197.

econômica, com um impacto direto na distribuição da oportunidade de ‘voz’ ou influência na política”²⁵⁰.

Urbinati também chama a atenção para o papel da tecnologia na emergência dos populismos. Em *Uma revolta contra os corpos intermediários*²⁵¹, a teórica afirma que as democracias consolidadas passam por um processo de mudança devido aos novos impactos da tecnologia: “democracias constitucionais estão sob tensão, tanto porque sua capacidade de lidar com a crise econômica e social é agora questionada, quanto porque seus métodos rotineiros de participação política e de tomada de decisão foram estilhaçados pela nova tecnologia midiática”²⁵². As novas mídias ensejam tanto demandas por mais participação política, quanto conteúdos antidemocráticos da Extrema direita. São dois os “objetos de contestação na democracia representativa via internet”, segundo a autora: “os meios de comunicação tradicionais ou profissionais e o partido político, corpos intermediários que até este momento ocuparam o espaço entre as instituições estatais e a sociedade civil e, ademais, moldaram opiniões políticas e exerceram controle sobre seus representantes eleitos”²⁵³.

Retomando o argumento de *Political theory of populism*, Urbinati afirma que o populismo não consiste em uma ideologia ou regime, mas em um movimento que objetiva chegar ao poder²⁵⁴. Nesse sentido, o líder populista tentará convencer o público de que encarna o descontentamento do povo contra os partidos tradicionais. Uma estratégia central é a retórica antissistema que opõe “o povo” a elites estabelecidas e questiona o hiato entre os eleitores e os representantes, propondo formas de democracia direta, como referendos e plebiscitos – o que ela chama de *representação direta* [*direct representation*]. Por trás deste discurso está a ideia de que “o povo” representado é soberano e,

²⁵⁰ URBINATI, Nadya. Crise e metamorfoses da democracia. *RBCS* Vol. 28 n° 82 junho/2013, p. 5-16., p. 7.

²⁵¹ IAMAMOTO, S.; ROSA, G. TRADUÇÃO de: URBINATI, Nadia. *Uma revolta contra os corpos intermediários*. *Leviathan* N. 12, pp.176-200, 2016.

²⁵² *Ibid.*, p. 176.

²⁵³ *Ibid.*, p. 180

²⁵⁴ URBINATI, Nadia. *Political Theory of Populism*. *Annual Review of Political Science*. 2019. 22: 111–127.

portanto, o lado certo da história²⁵⁵. A interpretação populista da democracia ignora que a prática democrática consiste não em negar todas as lideranças, mas em pluralizá-las. Além das eleições como meio de se legitimar no poder, outra estratégia usada pelo líder populista para confirmar sua identificação com o povo é a campanha permanente contra o sistema. Além disso, “quem governa” torna-se mais importante do que “como as instituições são usadas”, operando uma lógica aos amigos tudo, aos inimigos a lei. Uma vez no poder, o populismo pode desfigurar a democracia:

A análise do populismo no poder me leva a concluir que, embora seja uma transformação interna da democracia representativa, o populismo pode desfigurá-la fazendo dos princípios da legitimidade democrática (o povo e a maioria) a posse de uma parte do povo, que um líder forte encarna e mobiliza contra outras partes (minorias e oposição política). O populismo no poder é um majoritarismo extremo²⁵⁶.

O populismo contemporâneo consiste em promover uma relação direta entre o líder e o povo, destruindo atores intermediários, a exemplo de partidos e mídia formal, bem como regras institucionais, burocracia e agências de controle, pode desfigurar as instituições, o Estado de direito e a divisão de poderes, levando a democracia a seu limite até chegar a ditaduras. Ao contrário do fascismo, no entanto, o fenômeno não suspende eleições livres e competitivas, nem lhes nega um papel legítimo; as eleições são usadas para celebrar seu poder e a maioria é vista como sendo pré-existente e sub-representada:

Os populistas têm uma relação singular com as eleições. Eles as usam como estratégia para revelar uma maioria que, na cabeça deles, já existe no país e que o líder traz à tona e faz vitoriosa. Para os populistas, as eleições são como um ritual que celebra o povo autêntico, tratando a oposição como não totalmente legítima; a

²⁵⁵ O discurso antiestablishment pode tomar várias formas: pode ser religioso, nacionalista, indígena, nativista ou usar o mito dos primeiros ocupantes, assim como enfatizar divisões sociais (centro-periferia, cidade-campo), etc.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 113. Tradução livre: “The analysis of populism in power leads me to conclude that, although it is an internal transformation of representative democracy, populism can disfigure it by making the principles of democratic legitimacy (the people and the majority) the possession of a part of the people, which a strong leader embodies and mobilizes against other parts (minorities and the political opposition). Populism in power is an extreme majoritarianism”

oposição é de fato tolerada como um corpo estranho e força conspiratória²⁵⁷.

A maioria não é somente numérica, mas também moral. Essa relação do populismo com as eleições é o que o diferencia do fascismo e também da democracia representativa. Se o fascismo prescinde de legitimidade por meio do voto, na democracia representativa, a maioria é formada por vencedores temporários. Já no populismo, ela é constituída pelos vencedores certos – a “verdadeira maioria”, enquanto a oposição política é considerada ilegítima e é humilhada. A identificação com uma parte do povo torna impossível associar o fenômeno à vontade geral de Rousseau. Nas palavras de Urbinati, “a lógica do populismo é a glorificação de uma parte”²⁵⁸

O populismo é uma visão autoritária da democracia. Como resultado, o líder pode agir sem consideração pelos direitos e legitimidade da minoria e pode até mesmo tentar alterar as regras para aumentar seu poder:

[...]o termo autoritário refere-se a um líder eleito que governa como líder de sua maioria em desdém ao pluralismo e ao princípio de uma oposição legítima. O populismo no poder é uma construção ideológica que retrata apenas uma parte do povo como legítima. Assim, uma vez eleito, o líder se sente autorizado a agir unilateralmente e tomar decisões sem consultas ou mediações institucionais significativas, enquanto está em permanente comunicação com as pessoas de fora do governo²⁵⁹.

Além de destruir atores intermediários e desprezar a oposição, o populismo também pode favorecer a corrupção. No *plebiscito de audiência* ou *democracia plebiscitária ocular*, a figura do líder ganha proeminência enquanto

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 119. Tradução livre: “Populists have a singular relationship with elections. They use them as a strategy to reveal a majority that, in their mind, already exists in the country and that the leader brings to the surface and makes victorious. For populists, elections are like a ritual that celebrates the authentic people, treating the opposition as not fully legitimate; the opposition is in effect tolerated as a foreign body and conspiratorial force”.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 123. Tradução livre: “The logic of populism is the glorification of one part”.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 120. Tradução livre: “[...]the term authoritarian refers to an elected leader who rules as a leader of his majority in disdain of pluralism and the principle of a legitimate opposition. Populism in power is an ideological construct that depicts only one part of the people as legitimate. Thus, once elected, the leader feels authorized to act unilaterally and make decisions without meaningful institutional consultation or mediations, while in permanent communication with the people outside the government”.

questões políticas importantes são ocultadas e a atividade política é feita às escondidas: “o poder ocular do povo opera mais sobre a figura do líder do que sobre as políticas”^{260 261}. Além disso, ao desfigurar a democracia, enfatizando a opinião, o movimento dificulta o controle dos representantes:

A diarquia da decisão e da opinião é o que faz com que as pessoas na democracia sejam atores controladores porque ela contempla uma comunicação estrutural entre representantes e representados (regulada por procedimentos e normas constitucionais, mas também operadas por associações intermediárias, como partidos e organizações civis).²⁶²

Uma grande contribuição de Urbinati acerca do tema do populismo está em seu artigo *The populist substantialization of popular sovereignty*²⁶³. A teórica parte do pressuposto de que as democracias passam por uma crise de legitimidade, que é também a causa da emergência de populismos: “a combinação de dinheiro privado, riqueza e poder político facilita uma ruptura oligárquica da democracia e abre o terreno para a democracia de audiência e líderes populistas”²⁶⁴. Mas a desigualdade de oportunidades não é o único problema, já que ela e a desigualdade econômica andam juntas e se retroalimentam; é nos momentos de crise econômica e política que surgem os líderes populistas: “Os líderes populistas não surgem quando a economia está crescendo e os cidadãos se sentem em comunicação com as instituições

²⁶⁰ URBINATI, Nadya. Crise e metamorfoses da democracia. *RBCS* Vol. 28 n° 82 junho/2013, p. 5-16, p. 13.

²⁶¹ Como exemplo, Urbinati afirma que “a videocracia de Berlusconi produziu o paradoxo de fazer a vida do seu líder permanentemente visível ao público como um espetáculo, mas esta mesma transparência total teve como efeito ocultar exatamente aquilo que os cidadãos necessitavam saber, notadamente os atos e as transgressões dos políticos”. IAMAMOTO, S.; ROSA, G. “TRADUÇÃO de: URBINATI, Nadya. Uma revolta contra os corpos intermediários. *Leviathan* N. 12, pp.176-200, 2016, p. 195.

²⁶² URBINATI, Nadya. Crise e metamorfoses da democracia. *RBCS* Vol. 28 n° 82 junho/2013, p. 5-16, p. 15.

²⁶³ URBINATI, Nadya. *The populist substantialization of popular sovereignty*. *Rivista Italiana di Filosofia Politica*, v. 1. , Florença, 2021, p. 31-53.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 42. Tradução livre: “the combination of private money, wealth, and political power facilitates an oligarchic breach of democracy and paves the terrain for audience democracy and populist leaders”.

democráticas. Eles surgem em tempos de dificuldades econômicas e alienação política”²⁶⁵.

Há duas estratégias para enfrentar a crise de representatividade, impedindo a formação de uma oligarquia. A democracia populista visa diminuir a distância entre instituições e cidadãos; seus líderes afirmam poder combater os velhos partidos oligárquicos por meio da interação horizontal entre eles e os cidadãos, mas falham porque constituem uma audiência de seguidores reunida em torno de uma liderança forte. Já a democracia representativa pode buscar gerenciar a distância entre instituições e cidadãos por meio de reformas e mudanças, onde os eleitores possam ser ouvidos pelos representantes.

O populismo promete diminuir a distância que o sistema cria entre os representantes e o povo. O problema é que essa distância é essencial para preservar a autonomia das instituições e procedimentos e seu controle e vigilância pelos eleitores. Além disso, o populismo, seja de direita ou de esquerda, é incapaz de resolver os problemas que aponta: a crise de legitimidade, a usurpação do poder pelos partidos oligárquicos e pela elite corruptível. Ao interpretar a crise como um problema de autoridade, propõe um líder forte para aglutinar os insatisfeitos, e uma aproximação entre as instituições e o cidadão por meio de uma identificação emocional “do povo” com o líder. Como Urbinati afirma, todo regime populista leva o nome do líder.

A representação direta ou representação como personificação resgata o mito da soberania popular, como se o povo existisse antes das eleições e fosse sub representado²⁶⁶. Esta forma de democracia opõe-se à representação como mandato político. A personificação visa superar o pluralismo e impor a unidade de todo o povo acima de suas partes; no mandato político “fala-se por” e “age-se por”, na personificação fala-se e age-se “como se” – como se o representante

²⁶⁵ Ibid., p. 47. Tradução livre: “Populist leaders do not arise when the economy is growing and the citizens feel themselves in communication with democratic institutions. They arise in times of economic distress and political alienation”

²⁶⁶ O discurso inaugural de Trump (Jan20, 2017) ilustra bem a ideia de soberania popular: “Every four years, we gather on these steps to carry out the orderly and peaceful transfer of power [...]. Today’s ceremony, however, has very special meaning, because today we are not merely transferring power from one administration to another, but we are transferring power from Washington, D.C., and giving it back to you, the people.”, *Ibid.*, p. 36.

fosse o povo. A responsabilidade do líder é substituída pela fé que lhe é imbuída, às vezes contra os limites institucionais, o que pode levar a um “regime decisionista” ou autoritário. A personificação reduz a responsabilidade do líder, que atua sob uma *ideologia da desculpa* [*ideology of excuse*], atribuindo o que faz ao desejo do povo, e a culpa do que não faz aos inimigos; isso torna os líderes populistas sujeitos a corrupção, já que é mais difícil de verificá-los.

A única forma de assegurar que a representação seja sentida pelos cidadãos como legítima é lutando contra a desigualdade e reproduzindo um poder igualitário, segundo Urbinati: “os democratas devem garantir que o poder político igualitário seja reproduzido permanentemente, porque é somente nessa condição que a representação política é “sentida” pelos cidadãos como democraticamente legítima”.²⁶⁷

Nadia Urbinati²⁶⁸ define o populismo como uma transformação ou uma maneira pela qual as instituições e procedimentos reconhecidamente democráticos podem ser transformados²⁶⁹. O movimento se diferencia do sistema representativo porque a maioria é considerada do ponto de vista moral. O momento mais importante da democracia não são os procedimentos a partir dos quais as maiorias são formadas e alteram-se, mas o “povo” que torna o governo eleito o mais legítimo, enquanto torna seus oponentes ilegítimos. Os populistas afirmam que estão fora do *establishment*, e para provar isso, precisam estar em campanha permanente; eles precisam de inimigos. O populismo também difere do fascismo, porque precisa das eleições para se legitimar. O fascismo não é apenas uma retórica contra pessoas que não são parte de um mesmo “povo”; fascistas abolem eleições, não há partidos em competição; já os populistas usam as eleições como aclamação; se o líder perde as eleições acusa os procedimentos de serem fraudados. Os perigos do populismo é que ele

²⁶⁷ Tradução livre: “[...] *democrats must ensure that equal political power is permanently reproduced, because it is only on this condition that political representation is “felt” by the citizens as democratically legitimate*”. *Ibid.*, p. 39.

²⁶⁸ O POPULISMO como vertigem do Povo-Uno. [S.l: s.n.], 2021. 1 vídeo (ca. 1h35). Publicado pelo canal UNESPAR União da Vitória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zxQH1oycZyQ>. Acesso em: 06 out. 2022.

²⁶⁹ *Ibid.*, Tradução livre: “ a transformation or a way in which institutions and procedures recognizably democratic can be transformed”.

transforma as instituições em algo possuído pelos vencedores. As democracias têm limites [*borders*] elásticos, elas podem ser alongadas, mas não desfiguradas.

Agora que apresentamos as ideias de Levitsky e Ziblatt, Adam Przeworski e Nadia Urbinati é nosso objetivo fazer uma breve análise comparativa da interpretação da crise democrática atual com relação ao pensamento de Roberto Mangabeira Unger.

3.4 A crise democrática em debate

Para tornar possível uma comparação entre os trabalhos dos teóricos, buscou-se verificar se suas interpretações ajudam a identificar causas, desdobramentos e propostas para a crise das democracias. Também se buscou analisar em que medida suas ideias podem ser usadas para pensar especificidades do Brasil, já que a crise pode afetar de diferentes formas diferentes realidades.

Um dos preceitos por trás do pensamento de Mangabeira Unger é a ideia de que “crítica sem alternativa é um exercício impotente e estéril”²⁷⁰. Por isso, a interpretação do pensador sobre diferentes aspectos do mundo social acompanha sempre um lado propositivo. Neste capítulo não é nosso objetivo abordar a amplitude de temas que é objeto de estudo do intelectual, mas analisar as contribuições do autor para pensar o tema da crise democrática. Os elementos que melhor parecem contribuir para o objetivo desta pesquisa são o método que o autor desenvolve, sua interpretação sociológica sobre processos sociais, sua interpretação política sobre a competição pelo poder e suas propostas para o âmbito governamental.

Um dos grandes desafios da segunda década deste século é a insatisfação que pode levar à eleição de populistas autoritários. Mangabeira Unger elabora dois tipos de interpretação para o fenômeno. Em *Política: os textos centrais*, o descontentamento é resultado de uma crise; o pensador faz

270 TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012, p. 8.

uma abordagem de processos gerais, não enfatizando uma situação histórica particular ou causas específicas. Em sua *teoria sobre a competição pelo poder*, o autor explica que uma crise começa quando, por motivos sobretudo econômicos, o governo perde o apoio de seus eleitores e apoiadores. Entraves, obstruções, desinvestimento, polarização, corrosão da tolerância, troca de partidos no governo: tudo isso pode intensificar uma crise²⁷¹.

Um momento de instabilidade na esfera do poder é também um momento de turbulência no mundo social. Em sua teoria sociológica sobre processos sociais, o autor explica que os ciclos de *desestabilização* e *estabilização* se alternam, e que a instabilidade social pode dar origem a um processo de *desestabilização do contexto*. Nesse momento, ampliam-se as demandas da mobilização coletiva, novos temas são levados para a agenda e as instituições ficam mais abertas a contestação. O teórico também descreve e critica as soluções existentes para a “volta à normalidade”. A *estabilização do contexto* ocorre imitando-se as respostas usadas pelos atores globais mais ricos, sem consideração pelas especificidades de cada país, ou por meio da acomodação de conflitos e de acordos entre os grupos e o governo, o que pode resultar em muitas concessões ou, em casos de guerra ou ditadura, à mediação externa de outros países.

Mangabeira Unger defende que o contexto é contingente e pode ser alterado. A resposta a crises não pode se limitar à reestabilização ou ao que ele chama de uma fraca distribuição de renda. Por isso, em *Política: os textos centrais*, além de uma teoria sociológica e de uma teoria sobre a competição pelo poder, o teórico desenvolve propostas econômicas e políticas voltadas para o âmbito governamental. Sua principal proposta para o trabalho e a economia consiste na criação de um sistema de fundos sociais com normas democráticas

271 Uma troca de partido no governo pode ser a principal causa de crise, gerando instabilidade, impasses e insatisfação. A insatisfação pode resultar da dificuldade dos governantes de manter suas promessas, mas também quando há uma resposta inadequada para a crise. Do lado dos investidores, pode haver “fuga de capital”, desinvestimento e, a longo prazo, até mesmo corrosão da tolerância. Do lado dos apoiadores, podem aumentar as demandas por mudanças e o partido governante pode acabar fazendo muitas concessões, limitando-se a políticas de crescimento ou reestabilização.

sobre seu controle, que combina descentralização e centralização decisória. O teórico diz se espelhar na tradição de pensamento pequeno-burguesa do século XIX. Já na política, ele propõe medidas para a rápida resolução de impasses²⁷². Tanto o uso de instrumentos de consulta pública, quanto a possibilidade de convocar eleições antecipadas, que é uma instituição do parlamentarismo, são sugeridos nos seus textos.

No segundo tipo de interpretação para uma crise, Mangabeira Unger enfatiza as causas do problema. Em *Democracia realizada*, o intelectual aponta como causa da crise a divisão desigual entre uma vanguarda e uma retaguarda produtiva. Um problema subjacente é a forma como os progressistas tentam superar a crise. Na visão de Unger, sem mudar as instituições, não há conciliar a flexibilidade econômica dos EUA com a proteção social de estilo europeu, por isso, dando continuidade a seus livros anteriores, ele critica a política compensatória da social-democracia – bem como do neoliberalismo – e a descrença de ambos com relação a mudanças institucionais. O intelectual também critica o “pseudokeynesianismo” e “fordismo tardio” operado pelo populismo econômico nos países em desenvolvimento. Sua proposta de um experimentalismo democrático, que é apresentada em detalhes, afirma que não cabe ao Estado o mero papel de regulamentação e redistribuição; suas duas tarefas principais são a mobilização das poupanças para investimento produtivo e a difusão das práticas vanguardistas. A ampliação do acesso a recursos e oportunidades produtivos deve andar, lado a lado, com o desenvolvimento de capacidades e de garantias sociais dos indivíduos. A alternativa só pode ser construída por meio do ajuste cumulativo das instituições e das crenças da sociedade, com propostas próximas e outras distantes das estruturas atuais.

Em *O que A esquerda deve propor*, o teórico dá continuidade a seu pensamento em *Política: os textos centrais*. Embora os contextos sejam contingentes e as crises sejam uma possibilidade de contestação, o ideal é que mudanças profundas não ocorram de forma drástica, como resposta a uma crise,

272 Levitsky e Ziblatt afirmam que um dos principais fatores que culminaram na eleição de Trump nos EUA foram os frequentes impasses e bloqueios entre os Poderes. Larry Diamond também indica impasses, falta de transparência no financiamento de campanha e baixo índice de participação eleitoral como um problema das democracias estabelecidas.

mas de forma gradual e cumulativa. Por isso, ele propõe buscar a “crise” encoberta nas preocupações e anseios das pessoas. A flexibilidade generaliza a insegurança e favorece a concentração de renda, riqueza e poder, enquanto mantém um enorme contingente excluído dos setores mais privilegiados da economia. No livro, Mangabeira Unger propõe uma *política democrática de alta energia*, acompanhada de um *crescimento econômico socialmente inclusivo*. Isso implica condições para ampliar e institucionalizar a participação política, e a democratização de técnicas e conhecimento a amplos segmentos da sociedade e setores da economia.

Em *Economia do conhecimento* e seus textos mais recentes, a divisão desigual da produção é novamente apontada como causa de crises e descontentamento. Na forma atual de organização, uma produção hierárquica perpetua-se, criando uma divisão entre uma “retaguarda” excluída e uma “vanguarda” excludente. Desdobramentos conjunturais podem ser explicados a partir da mesma lógica. Caracterizada por uma divisão hierárquica da produção, com empresas e indústrias altamente rentáveis e um grande número de empresas e trabalhadores sem acesso às vantagens que a economia do conhecimento pode oferecer, a hiperinsularidade deste modelo tem consequências em três âmbitos. Na economia, leva a uma queda de crescimento e produtividade; na esfera social, resulta em insatisfação e tensões entre grupos sociais; na política, a incapacidade dos partidos de fornecer respostas adequadas à crise favorece a eleição de populistas autoritários.

Para corrigir o problema, Mangabeira Unger propõe que a divisão deve ser desfeita, não por uma mera distribuição de renda – embora ele não se oponha à distribuição – mas pelo acesso aos recursos que podem promover uma inclusão efetiva, ou seja acesso às técnicas e conhecimento da produção mais avançada, além de um novo regime trabalhista, que fomente a confiança e a cooperação: “A economia do conhecimento é hoje o caminho para uma maior e mais inclusiva prosperidade”²⁷³. Mangabeira Unger também aponta

273 “The knowledge economy is today’s road to greater and more inclusive prosperity”. MANGABEIRA UNGER, Roberto. “South America is in a quandary. Just like the United States”. *The New York Times*, 23 dez. 2019. Disponível em: robertounger.com. Acesso em: 07 fev. 2020.

especificidades do Brasil. Ao contrário dos EUA, em que a economia do conhecimento é bem desenvolvida no setor de tecnologia, no Brasil, ela teria de ser disseminada a outros setores, não ambicionando transformar o país em um Vale do Silício.

Para além de sua teoria política e sociológica e das obras e textos programáticos, uma das grandes contribuições teóricas de Mangabeira Unger para pensar as crises é também o desenvolvimento de uma metodologia de análise própria. A *imaginação institucional* permite ao pesquisador antecipar na teoria as causas e efeitos de uma crise, evitando o surgimento de traumas. Assim, torna-se possível antever os problemas de determinadas formas institucionais, como por exemplo uma guerra, um regime autocrático, ou problemas pontuais sociais, econômicos ou políticos. Além disso, o método pode fornecer propostas, que podem vir a orientar a prática de políticos ou de partidos e movimentos sociais. Enquanto exercício propositivo, o método não precisa se limitar a formas existentes, mas pode fornecer respostas mais próximas e outras mais distantes da realidade. É o que propõe Roberto Mangabeira Unger. Mesmo se algum de seus objetivos for intangível, as ideias podem favorecer o interesse por política, o engajamento político ou intelectual, aumentar o conhecimento sobre processos sociais e políticos, e contribuir para a resolução de problemas no âmbito teórico.

Levitsky e Ziblatt analisam o fenômeno do populismo e temem que a eleição de populistas autoritários possam colocar as democracias em risco. A eleição deste tipo de candidato acendeu um sinal de alerta entre os pesquisadores do tema. Seguindo o raciocínio dos autores, um presidente com perfil autoritário tenderá a fazer *jogo duro institucional*²⁷⁴ e a usar uma *retórica linha dura*, em vez de seguir as normas de tolerância mútua e comedimento que regem as relações políticas. Se ajudado por uma crise de grande dimensão, ele poderá tentar canalizar temores dos eleitores e tentar alterar as regras do jogo, por meio de projetos de leis (PLs) ou medidas de baixa aceitação. O resultado pode ser o *jogo duro institucional* dos outros poderes, intensificando a

274 Cooptação de agências regulatórias e de arbitragem, da mídia, e de oponentes.

instabilidade política, acirrada por bloqueios e impasses. Em um caso extremo, segundo os autores, o presidente poderia tentar contornar os impasses, o que levaria à queda da qualidade da democracia ou até mesmo a uma ruptura.

Quando o livro de Levitsky e Ziblatt foi publicado, em 2018, Donald Trump estava à frente da presidência há cerca de um ano. Os autores temiam que o governo Trump pudesse levar a um retrocesso democrático, não por meio de um golpe militar, mas a partir do enfraquecimento gradual da democracia. Os acontecimentos futuros dependeriam, segundo Levitsky e Ziblatt, da oposição dos partidos e da opinião pública, e das respostas do presidente a eventos circunstanciais, que poderiam reduzir sua popularidade. O principal temor dos autores era que o republicano pudesse vir a usar alguma crise a seu favor, para atacar os oponentes ou restringir liberdades. Além de não seguir as normas informais que regem as relações políticas, Trump foi acusado de descumprir algumas das normas formais. Durante seu governo, discutia-se a possibilidade de um pedido de *impeachment* contra o chefe do Executivo. Os autores não endossavam o uso do procedimento por acreditar que o *jogo duro institucional* poderia criar impasses e gerar ainda mais instabilidade política, podendo levar a uma ruptura.

Adam Przeworski é outro autor preocupado com um risco de retrocesso levado adiante por um líder populista no poder. Estes líderes ofertam soluções mágicas para uma crise, mas as crises, na visão do autor são resultado de condições estruturais, como a desigualdade social, e também divisões sociais, como a questão da imigração. A definição de Przeworski de democracia é minimalista, assim, uma democracia vai bem quando os eleitores podem escolher seus representantes, e vai mal quando as eleições deixam de ser competitivas, mas também quando seus resultados não mudam em nada a vida das pessoas. Uma deterioração ou retrocesso pode ocorrer quando um líder busca perpetuar-se no poder, às custas do enfraquecimento gradual das instituições, com remoção dos obstáculos e enfraquecimento da oposição, além de repressão violenta de protestos. Nesse momento, as instituições perdem a capacidade de controlar o Executivo. Um grave problema é que a deterioração

ocorre de forma sub-reptícia, pelo uso de mecanismos legais para fins antidemocráticos e dificilmente é notada no curto prazo. O problema pode ser resolvido quando o ganho das medidas sub-reptícias é menor do que o risco de uma oposição acirrada e de um afastamento do cargo, mas Przeworski é cético, já que o efeito só é percebido no longo prazo. Embora o cientista político não veja solução em relação à economia ou às divisões sociais, ele também não vê um risco de avanço da extrema direita, que não atinge a maioria dos votos nas democracias desenvolvidas.

Nadia Urbinati também vê no populismo uma forma de resposta inadequada ao descontentamento popular. As causas apontadas para a emergência de governos populistas são, de um lado, uma crise de representação, marcada pelo declínio do papel dos partidos e da mídia convencional, e também pelo aumento da desigualdade econômica, que afeta a influência no poder. Na visão da teórica, uma democracia é uma diarquia de decisão e opinião ou, em outras palavras, de normas e procedimentos de um lado, e da formação e manifestação da opinião na sociedade. O maior problema do populismo é que ele deturpa a democracia, enfatizando esse segundo aspecto. Um majoritarismo puro pode trazer uma série de consequências. No poder, os populistas vão usar uma retórica antissistema e parecerão estar em campanha permanente contra seus inimigos. Eles podem alterar regras, as instituições e agências de controle. Outro problema do majoritarismo puro é que o líder pode desprezar direitos e a legitimidade da minoria. Porém, ao contrário do fascismo, o movimento não prescinde de eleições, que são usadas para legitimar o líder no poder. Além disso, as lideranças são mais suscetíveis à corrupção, pois a personificação reduz sua responsabilidade e também porque o foco na imagem do líder, joga para os bastidores suas políticas. Para resolver o problema, Urbinati afirma que é necessário solucionar o problema da desigualdade, tanto econômica quanto de poder, já que o segundo é um reflexo da primeira. Só assim os cidadãos podem sentir que a representação é legítima.

A democracia brasileira atualmente guarda algumas semelhanças com a situação da democracia norte-americana nos últimos anos. Os acontecimentos do período entre 2013 até 2022 foram marcados por grande instabilidade política,

começando com manifestações da esquerda e da direita contra o governo Dilma, passando pelo processo de *impeachment*, até a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro, um candidato “inequivocadamente autoritário”, segundo os critérios dos autores de *Como as democracias morrem*²⁷⁵. Assim como ocorreu com Donald Trump, em 2016, a chegada de Bolsonaro ao poder gerou preocupação entre os cientistas políticos brasileiros. Para além de intensificar a instabilidade política, levantou-se a hipótese de que se o presidente em exercício tivesse suas políticas bloqueadas, ele poderia recorrer a um autogolpe, restringindo liberdades da oposição ou bloqueando o sistema de pesos e contrapesos democráticos.

Pode-se verificar dois pontos de contato entre os dois presidentes. Tanto Trump quanto Bolsonaro foram considerados pela mídia e por analistas “*outsiders* políticos”. Trump é uma figura dos negócios, que não desfrutava de prestígio entre partidários republicanos, intelectuais, e entre a mídia tradicional. Bolsonaro, embora estivesse há pelo menos três décadas no legislativo nunca havia ocupado um cargo no Executivo e também desagradou as lideranças estabelecidas. O candidato não só se elegeu por uma legenda pequena (PSL), contrapondo-se à alternância entre PT e PSDB, predominante de 1994 a 2014, como tentou criar seu próprio partido, o Aliança pelo Brasil, para abrigar seus seguidores mais radicais. Outro traço que aproxima os dois políticos é o que Levitsky e Ziblatt chamam de *retórica linha dura*: a aparência de estar em campanha permanente²⁷⁶.

Há algumas diferenças entre os dois políticos, no entanto. Enquanto Trump é um empreendedor bilionário, que ganhou notoriedade no mundo da fama após protagonizar um *reality show* na TV, Bolsonaro é um ex-militar de carreira, conhecido por declarações antidemocráticas quando ocupava uma cadeira no Congresso, depois de deixar o exército²⁷⁷. Nas campanhas de 2015

275 LEVITSKY, Steven. “Bolsonaro ameaça a democracia brasileira”. *Folha online*. 31 ago. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/steven-levitsky/2018/08/bolsonaro-ameaca-a-democracia-brasileira.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2019.

276 Recentemente, Bolsonaro abrandou seu discurso, como estratégia para atrair eleitores de centro.

277 Nos anos 1990, o então deputado chegou a afirmar ser favorável à ditadura militar. LEVITSKY, Steven. “Bolsonaro ameaça a democracia brasileira”. *Folha online*. 31 ago. 2018.

e 2018, ambos se voltaram para saudosistas de aberrações históricas, como neonazistas ou defensores da ditadura, que representam uma parte menor do eleitorado. Segundo a análise de alguns cientistas políticos, como o próprio Levitsky e Ziblatt, além daquele público minoritário, o candidato americano dirigiu-se em sua maioria a um estrato decadente do Estado de Bem-estar social. Já quanto a Bolsonaro, não existe consenso entre os pesquisadores brasileiros sobre quem são seus eleitores²⁷⁸. Nos EUA, em que apenas dois partidos disputam com chances de se eleger, partidários da direita descontentes com a retórica do presidente viram-se obrigados a se abster de se envolver em suas polêmicas, ou de definir constantemente o que consideravam aceitável ou não na condução dos assuntos do governo²⁷⁹.

Na definição de Levitsky e Ziblatt, tanto Bolsonaro quanto Trump atenderam a todos os critérios de identificação de propensos autocratas²⁸⁰. O presidente americano questionou a legitimidade do processo eleitoral, dizendo que poderia se recusar a aceitar o resultado das eleições. Ele também contestou a legitimidade da candidatura dos oponentes, usando acusações injustificadas contra eles, sobretudo contra a ex-candidata Hillary Clinton. Quando candidato, sugeriu que poderia usar violência contra seus “rivais” e endossou comportamentos violentos de eleitores minoritários em comícios. Por fim, ele negou a legitimidade da crítica, ameaçando censurar a imprensa. Na democracia brasileira, Bolsonaro também questionou as regras eleitorais. Durante a campanha disse que se eleito, fecharia o Congresso e mudaria a composição do

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/steven-levitsky/2018/08/bolsonaro-ameaca-a-democracia-brasileira.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2019.

278 Assim como ocorreu em outras partes do mundo, a eleição de Bolsonaro foi decorrência de grande instabilidade política. Alguns analistas convergem em afirmar que o voto em Bolsonaro foi um *voto de protesto* – caracterizado por forte antipetismo, que ganhou força a partir do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Roussef, ou pela rejeição do sistema político (PT-PSDB), motivada por descontentamento e impulsionada pelo surgimento de novos movimentos sociais de direita. O argumento parece convincente, embora candidatos não-autoritários como Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede Sustentabilidade) tenham sido candidaturas viáveis, colocando-se como uma alternativa contra a acirramento da polarização política e da intolerância social que tomavam conta do país.

279 Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

280 Os autores analisaram os candidatos de acordo com os critérios definidos no livro, durante a campanha eleitoral de Trump em 2015, e de Bolsonaro em 2018.

STF. Ele também questionou a elegibilidade dos concorrentes, acusando-os de corruptos, e disse que combateria movimentos sociais. Mais de uma vez, o então candidato fez discursos elogiosos a militares do regime ditatorial, acusados de tortura nos anos 1960-1970. Além disso, em suas falas ele demonstra ser favorável à restrição de liberdades dos críticos²⁸¹.

Na concepção dos autores, caso Bolsonaro vencesse as eleições, sua retórica linha dura, somada a jogo duro institucional dificultaria acordos e impasses – fato que se confirmou. Além disso, haveria o risco de um retrocesso democrático a partir de dentro²⁸². Outra preocupação dos autores é que mesmo que Trump não colocasse a democracia em risco diretamente, sua retórica e seu comportamento pudessem normalizar más condutas políticas. Um exemplo é que políticos poderiam copiar sua retórica para ganhar visibilidade por meio de polêmicas e obter votos ou apoio. De qualquer modo, enquanto o debate de ideias é benéfico para a democracia, a polarização intensa, ainda que não ameace o sistema, tampouco é saudável para o ambiente político.

281 Por exemplo, nos anos 1990, o então deputado afirmou que as vítimas da ditadura foram poucas. Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018; LEVITSKY, Steven. “Bolsonaro ameaça a democracia brasileira”. *Folha online*. 31 ago. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/steven-levitsky/2018/08/bolsonaro-ameaca-a-democracia-brasileira.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2019.

282 Apesar de não ter havido uma ruptura democrática, houve claramente uma descontinuidade entre o governo petista e o governo bolsonarista em termos de pautas e valores. A descontinuidade começa com Temer, quando ele afirma “Não fale em crise. Trabalhe”. A alusão a uma lógica produtivista, parece relegar a segundo plano tanto o trabalho de pesquisadores e cientistas, por exemplo, que contribuem para a esfera pública pensando em causas, fazendo interpretações e previsões, quanto a indignação daqueles que, em meio à turbulência, param para reivindicar melhores condições de vida. Duas falas veiculadas no primeiro ano de governo Bolsonaro também devem ser lembradas. Quando os números de vítimas da pandemia dispararam em 2020, o presidente disse “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”. A fala demonstra incapacidade para gerir o país e também descaso. Ademais, talvez esteja aí presente uma lógica de pensamento malthusiana, eugenista, já que aqueles com menos acesso a leitos, a oxigênio, estavam entre os maiores afetados. Em nota posterior, Bolsonaro lamentou pelas mortes, mas justificou que a maioria dos afetados era de idosos, o que não deixa de ser outra declaração absurda. Citado em: GARCIA, Gustavo.; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. G1, 28 abr. 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2022.

No Brasil, os pesquisadores de democracia têm defrontando-se com questões semelhantes. Passados quatro anos de governo, temia-se que uma reeleição pudesse levar à subversão das instituições democráticas ou mesmo a um golpe, no caso de derrota. Bolsonaro tentou algumas das estratégias descritas por Levitsky e Ziblatt para atrair opositores e apoiadores. Se o presidente conseguisse se reeleger e ocorresse outra crise político-econômica, como a que precipitou o *impeachment* de Dilma, ou como a instabilidade que sucedeu a pandemia, o governo poderia aproveitar-se da crise para alterar as regras do jogo ou restringir liberdades. Uma reeleição poderia aumentar a autoconfiança do presidente, fazendo-o acreditar que pode governar sem os contrapesos institucionais, como ele se demonstra disposto várias vezes em seu discurso.²⁸³

Quando um potencial autocrata é eleito, Levitsky e Ziblatt afirmam que eventos circunstanciais podem contribuir para o ganho ou a perda de popularidade de um governo. O número de vidas perdidas por coronavírus no Brasil, que alcançou níveis absurdos, parece ter tido pouco impacto sobre a popularidade de Bolsonaro, mas a Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), que se encerrou em outubro de 2021, pode ter contribuído para mudar a opinião pública sobre as estratégias adotadas no combate à pandemia de coronavírus²⁸⁴. Os cientistas políticos também afirmam que o *impeachment* não

283 O cientista político Marcus Melo afirma que o populismo petista fez tanto *jogo duro* institucional durante seus mandatos quanto o atual governo. Porém, ainda que se possa acusar o PT de populismo, é inegável seu papel ao lado do PSDB, como um dos consolidadores do sistema político pós-1988. Além disso, *populismo* e *populismo autoritário* ou *autoritarismo* não são equivalentes. O PT de fato usou uma retórica antissistema no início de sua vida política, como afirma o cientista político Carlos S. G. Teixeira, mas a sigla abandonou esse discurso há pelo menos duas décadas. MELO, Marcus André. "Levitsky e o Brasil". *Folha Online*. 01 out. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2018/10/levitsky-e-o-brasil>. Acesso em: 24 mar. 2021, s/p. TEIXEIRA, Carlos S. G. "A eleição municipal e a sucessão presidencial de 2022". *Interesse Nacional*. 04 jan. 2021. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/04/01/2021/a-eleicao-municipal-e-a-sucessao-presidencial-de-2022>. Acesso em: 11 mar. 2021.

284 Em março de 2021 foi instaurada a *CPI da COVID-19*, processo parlamentar que investiga medidas do Executivo na gestão da pandemia de coronavírus. Foram seguidas duas linhas de investigação principais. Na primeira, o governo teria optado por medidas contrárias àquelas definidas por acordo mundial; em vez de vacinação, apurou-se se Bolsonaro criou um "ministério paralelo" para aplicar a *imunidade de rebanho por infecção*. Uma outra linha do inquérito apontava para irregularidades envolvendo o governo e empresas privadas que vendiam (ou afirmavam vender) vacinas. O resultado foi desastroso: o país teve o segundo maior número de mortos por Covid-19 no mundo. Por isso, investigados e testemunhas foram convocados a prestar esclarecimentos sobre distanciamento social e utilização de máscara

deve ser politizado, usado como mais uma arma de jogo duro entre os poderes, o que é coerente com a afirmação de que isso poderia gerar mais instabilidade. O resultado da CPI²⁸⁵, que poderia resultar em um afastamento do cargo, está mais próximo de uma utopia. Ter um presidente julgado pelo Tribunal de Haia seria algo inédito na história do país. Nesse sentido, o melhor antídoto contra o fenômeno populista autoritário parece ser, de fato, as urnas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro quarto do século XXI é marcado pela emergência de líderes populistas e grupos de extrema-direita no mundo. Tanto Roberto Mangabeira Unger quanto Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, Adam Przeworski e Nadia Urbinati dão importantes contribuições ao tema da crise das democracias.

Em *Política: os textos centrais*, Roberto Mangabeira Unger fornece uma explicação sociológica para as crises; o teórico não aborda uma situação em particular, mas entende as crises como cíclicas e atemporais. Por isso, mais do que as causas, o teórico enfatiza o processo que irrompe em um momento de grande instabilidade. O *contexto* é o mundo social que nos forma e é por nós formado. Durante a *estabilização* do contexto, ocorre uma naturalização de papéis e hierarquias, e ele se *entrincheira*, tornando-se mais difícil de realizar reformas. Na visão de Mangabeira Unger, trata-se de um momento de *luta congelada* ou de *conflito interrompido*. O processo de *desestabilização*, por outro lado, é o momento de turbulência econômica, política e social, principalmente quando há troca de governo – sobretudo se a troca é traumática – em que o contexto se torna mais aberto à contestação. Aumenta a intensidade e amplitude

facial, atraso na compra de vacinas, e no repasse a estados e municípios em março de 2021, recomendação de tratamento sem comprovação científica de eficácia, demissões de dois ministros da Saúde, e falta de oxigênio em hospitais de Manaus (AM) em janeiro de 2021.

285 Os crimes comuns são avaliados pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e podem resultar em julgamento criminal; os crimes de responsabilidade são analisados na Câmara dos Deputados, com possibilidade de um pedido de *impeachment*; os crimes contra a Humanidade podem levar a um processo pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) se encaminhados para o órgão responsável. SCHREIBER, Mariana. CPI da Covid aprova relatório que pede indiciamento de Bolsonaro e outros 79; o que acontece agora? *BBC News-Brasil*, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59057279>. Acesso em: 28/10/2021.

da mobilização coletiva e as hierarquias e os papéis sociais passam a ser questionados.

A interrupção dos ciclos de estabilização e desestabilização depende de programas capazes de transformar o contexto. A falta de imaginação das teorias sociais é uma das causas que impedem que isto aconteça; o abandono de ambições transformadoras pelos partidos é outra causa. Em sua teoria da competição pelo poder, o intelectual também aponta fatores de ordem prática que contribuem para uma fraca distribuição compensatória em vez de medidas mais profundas²⁸⁶. No governo, o partido pode não conseguir cumprir suas promessas, gerando perda de apoio e fuga de capital e, a longo prazo, até corrosão da tolerância. Pode haver impasses e obstruções dos oponentes. A perda de popularidade e fuga de investimento, principalmente quando acompanhadas de impasses na política e de turbulência social podem intensificar uma crise de grande dimensão.

Em *Democracia realizada*, Mangabeira Unger aponta como causa da crise a divisão desigual entre uma vanguarda e uma retaguarda produtiva e se dedica a apontar as falhas no programa da esquerda para superar a crise e a detalhar seu programa econômico. Nesse livro, Unger dá continuidade a seus argumentos anteriores. Um aspecto importante de seu programa político, é que ele deve assegurar a inovação bem sucedida, sem dependência de crises políticas e catástrofes, estando aberto a revisão. O *experimentalismo democrático* se baseia em instituições que favorecem a rápida resolução de impasses e mudanças na política eleitoral, tendo em vista elevar o nível de engajamento político e a auto-organização da sociedade civil. Programas de reforma devem ter prioridade sobre a legislação comum. A solução para a desigualdade produtiva, portanto, só pode ser alcançada por meio da alteração das crenças e instituições das sociedades.

Em *O que a esquerda deve propor*, Mangabeira Unger afirma ser indispensável a abertura do contexto sem a necessidade de uma crise. A “crise”,

286 Mangabeira Unger não se opõe à distribuição compensatória, mas propõe medidas mais profundas, como a criação de um fundo social cujo controle combina centralização e descentralização, e a reorganização do trabalho.

diz ele, é a condição de vulnerabilidade em que se encontra uma vasta porção da população. A flexibilidade generaliza a insegurança e favorece a concentração de renda, riqueza e poder, enquanto exclui um enorme contingente dos setores mais privilegiados da economia. Sua proposta para combater a desigualdade de acesso ao trabalho avançado, é desfazer a aparência de naturalidade das instituições por meio de um desenvolvimento incluyente e de uma democracia de alta intensidade, democratizando técnicas e conhecimentos e ampliando e institucionalizando a participação.

Em artigos e vídeos mais recentes de Mangabeira Unger, que aprofundam as ideias de *Economia do conhecimento*, há maior clareza sobre a causa, desdobramentos e propostas para as crises. A divisão desigual da produção tem como consequências econômicas a queda de crescimento e produtividade, tensões sociais e insatisfação no âmbito político. Uma resposta equivocada à crise com ênfase em reestabilização e crescimento, sem alterar as divisões excludentes, pode ter como resultado a eleição de populistas autoritários, como aconteceu ao longo da última década. Por isso, o autor sugere mudanças mais profundas para alterar o contexto, o que demanda tornar a economia do conhecimento mais ampla e acessível.

Levitsky e Ziblatt não falam de crises em geral, embora muitos de seus pressupostos possam ser generalizados. Os pesquisadores fazem uma interpretação política a partir do contexto particular da eleição de Trump em 2016. Refletindo uma preocupação global com a “morte das democracias”, os autores enfatizam a eleição de populistas autoritários como a principal causa de uma crise democrática e de uma possível ruptura, decorrente do gradual enfraquecimento das instituições por líderes eleitos. Na visão de Mangabeira Unger, a instabilidade surge da intensificação de tensões econômicas, e geralmente ocorre quando há troca de governo, ou quando o partido eleito precisa abandonar seu programa no governo. Para Levitsky e Ziblatt, a instabilidade é resultado do “jogo duro institucional” entre os Poderes, que gera impasses e polarização. Ambas as interpretações apontam para a possibilidade de uma crise de grande dimensão como consequência de frequentes impasses, entre outros fatores. Para evitar o problema, Mangabeira Unger sugere um

programa incluyente para desfazer hierarquias e papeis sociais, que são a causa das crises.

No campo da política propriamente dito, o teórico sugere antecipar as eleições ou usar mecanismos de participação direta, como plebiscitos, depois de amplo debate na sociedade. Com relação à proposta de acelerar a política por meio de eleições antecipadas, Mangabeira Unger reconhece a falta de apoio, que atribui a um certo *conservadorismo institucional*, que impede imaginar reformas, como a incorporação de arranjos do desenho parlamentarista:

O culto da Constituição e a incapacidade generalizada para reconhecer qualquer necessidade de apressar o tempo da política, na ausência de uma emergência nacional, convergiram, nos Estados Unidos, para deixar sem apoiadores uma proposta como esta²⁸⁷.

Levitsky e Ziblatt, por sua vez, sugerem normas de tolerância e reserva institucional para orientar as relações políticas. A norma de tolerância mútua diz que não se deve negar aos oponentes o direito de competir pelo poder, enquanto a norma de comedimento diz que um político ou partido não deve usar suas prerrogativas até o limite com o objetivo de enfraquecer o oponente, mesmo quando não houver restrições escritas. Além disso, os cientistas políticos sugerem não apoiar populistas autoritários, que demonstram que tenderão a fazer *jogo duro institucional*²⁸⁸ e tentar subverter a democracia no governo.

Ao debater o tema da crise, também é importante pensar sobre o papel dos partidos diante de um cenário de grande instabilidade e turbulência. Mangabeira Unger diz que é preciso dar uma resposta adequada a uma crise, agindo sobre suas causas, embora não desconsidere agir sobre seus efeitos, por meio da distribuição compensatória, por exemplo. Em *Política*, o teórico também afirma que, ao disputar eleições, os partidos precisam criar um programa que ligue expectativas existentes a propostas mais ambiciosas. Isso

287 MANGABEIRA UNGER, Roberto. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 133.

288 O conceito de *jogo duro institucional* consiste em estratégias usadas por um político ou partido para enfraquecer as democracias de forma gradual: a cooptação de árbitros; a cooptação ou enfraquecimento de oponentes, de financiadores, da mídia e de personalidades culturais; a alteração de regras do jogo a seu favor, a política como guerra, ou aparência de estar em campanha permanente, a tentativa de manipular a insatisfação pública durante uma crise.

quer dizer que os partidos têm o papel de fornecer melhores respostas para a insatisfação pública, a fim de evitar demandas controversas do eleitorado, ou evitar que demandas legítimas sejam apropriadas por um populista autoritário. Para Levitsky e Ziblatt, ambos são importantes: a responsabilidade dos partidos para não apoiar candidatos autoritários, que demonstrem pouca disposição a seguir as normas, assim como políticas para evitar instabilidade devido a tensões por recursos. Porém, eles enfatizam o aspecto político das crises.

Adam Przeworski aponta como causa das crises democráticas o aumento da desigualdade social e também questões pontuais, como a questão da imigração. Embora líderes populistas possam se aproveitar das crises, oferecendo respostas fáceis para os problemas, um retrocesso só ocorre quando o chefe de governo busca se perpetuar no poder, às custas do enfraquecimento gradual das instituições, com remoção dos obstáculos e enfraquecimento da oposição, levando à perda da capacidade das instituições de controlar o Executivo. O maior risco à democracia é que a deterioração ocorre de forma sub-reptícia, pelo uso de mecanismos legais para fins antidemocráticos e dificilmente é notada no curto prazo.

Nadia Urbinati também indica como causas para a emergência de populistas o aumento da desigualdade econômica, que afeta a influência política, assim como uma crise de representação, marcada pelo declínio do papel dos partidos e da mídia convencional. A teórica também chama a atenção para o risco de desfiguração da democracia, podendo levar a autoritarismo. Isso ocorre, porque no poder, os populistas vão usar uma retórica antissistema e parecerão estar em campanha permanente contra seus inimigos. Eles podem alterar regras, as instituições e agências de controle. Outro problema é que o líder pode desconsiderar direitos e a legitimidade da minoria. Além disso, as lideranças são mais suscetíveis à corrupção, pois a personificação reduz sua responsabilidade e também porque o foco na imagem do líder, joga para os bastidores suas políticas.

Todos os autores estudados pensam em propostas para a crise, que convergem e diferem em alguns aspectos. Mangabeira Unger elabora propostas para o governo, tendo em vista atuar sobre as causas das crises. O problema do

retrocesso democrático estaria ligado à falta de respostas adequadas dos governos. Em *Política: os textos centrais* (2001), é proposto um sistema de fundos sociais controlado democraticamente e a reorganização do trabalho para desfazer as hierarquias e papéis arraigados. Embora no livro a ênfase recaia sobre a economia, também são sugeridas medidas para a política, tendo em vista acelerar a política e resolver impasses. Em *Democracia realizada* (1999), Unger descreve um programa de experimentalismo democrático e atribui ao Estado o papel de ampliar a vanguarda produtiva, por meio da cooperação descentralizada e da disseminação de práticas e conhecimentos, além de instituições abertas à revisão. Em *O que a esquerda deve propor* (2008), o intelectual dá continuidade ao pensamento de que é preciso encontrar saídas sem a necessidade de crises. Sua proposta nesse sentido é desfazer a aparência de naturalidade do mundo social por meio de um desenvolvimento includente e de uma democracia de alta intensidade. Em *Economia do conhecimento* (2018), o teórico sugere que alterar o contexto demanda tornar a economia do conhecimento mais ampla e acessível. Para tirar a prática de produção mais avançada de sua condição de confinamento, são propostas mudanças na educação, no regime trabalhista, retaguardas sociais, uma democracia de alta energia e mudanças na economia de mercado para passar do paradigma do *fordismo tardio* para o paradigma do conhecimento.

Levitsky e Ziblatt também sugerem ações para evitar um retrocesso democrático. Antes da eleição, os intelectuais atribuem aos partidos o papel de não apoiar candidatos com um “perfil autoritário”. Para isso, são estabelecidos sinais para identificar ações que se enquadram neste perfil. Caso um populista autoritário seja eleito, os autores apontam para a oposição dos partidos e da opinião pública para minar as chances de reeleição do presidente, além dos contrapesos democráticos para evitar uma ruptura. Embora a ênfase de *Como as democracias morrem* (2016) seja política, também é sugerido que os representantes respondam a tensões em torno de recursos – sobretudo motivadas por medo de perda de *status*, mas também por desigualdade – e que podem gerar polarização e ser canalizadas por populistas autoritários.

Na visão de Przeworski, o problema do populismo pode ser resolvido quando o ganho das medidas sub-reptícias é menor do que o risco de uma oposição acirrada e de um afastamento do cargo, por meio de eleições ou de *impeachment*, mas o cientista político é cético quanto a isso, já que o efeito das medidas só é percebido à longo prazo. Embora ele não veja solução em relação à economia ou às divisões sociais, ele também não vê um risco de avanço da extrema direita, já que estes partidos tem apenas $\frac{1}{4}$ dos votos na maioria das democracias desenvolvidas. Nadia Urbinati, por sua vez, afirma que para resolver o problema da crise de representação, é necessário solucionar o problema da desigualdade econômica, que tem reflexos na desigualdade de poder.

A interpretação de Mangabeira Unger e Levitsky e Ziblatt também contribuem para pensar o caso brasileiro. Desde 2013 a 2014 o país vem passando por grande instabilidade. Começando por protestos de esquerda e de direita contra o governo Dilma, polarização, o surgimento de novos movimentos sociais e de canais midiáticos de direita, até o *impeachment* e a eleição de Bolsonaro, gerando impasses e mais instabilidade. Muitos pesquisadores temem que a continuidade do governo Bolsonaro possa ter como consequência um retrocesso democrático. Mangabeira Unger contribui para pensar processos que geram insatisfação e instabilidade, e que podem intensificar uma crise. O pensador também pensa os desdobramentos econômicos, sociais e políticos da crise atual: queda no crescimento e na produtividade, tensões sociais e insatisfação política que, não resolvida, pode levar à eleição de um populista autoritário, como ocorreu no Brasil. Além disso, o teórico pensa em propostas para resolver a questão, atentando para as especificidades do país. Um exemplo é a incapacidade de tentar copiar um modelo de fora, diante da quase inexistência de uma indústria de tecnologia de ponta no Brasil. Por outro lado, Levitsky e Ziblatt ajudam a diferenciar e identificar as estratégias usadas por populistas autoritários eleitos e os desdobramentos de seu comportamento político, que na visão dos autores pode levar desde a uma crise, até uma ruptura – “a morte” de uma democracia.

Recentemente, tanto Mangabeira Unger quanto Steven Levitsky manifestaram-se sobre o fenômeno populista brasileiro. Em entrevista ao Estado de São Paulo, Levitsky²⁸⁹ voltou a afirmar que Bolsonaro tem um perfil autoritário²⁹⁰ e disse que pode acontecer no Brasil o mesmo que aconteceu no Capitólio, quando apoiadores de Donald Trump ocuparam o Congresso dos EUA em janeiro de 2021, depois que o ex-presidente perdeu as eleições.

Sempre que você elege um presidente autoritário, a democracia está em risco. Vimos isso nos Estados Unidos, e o mesmo acontece no Brasil. Então, há uma chance real de um autogolpe. Não acho muito provável, e acho que se Bolsonaro tentasse provavelmente falharia (como Trump), mas o risco é real.

Como saída, o cientista político aposta na união forças de todos os espectros políticos para derrotar Bolsonaro no primeiro turno: “A melhor maneira de derrotar uma figura ou partido autoritário é isolá-los”, diz ele.

Já Mangabeira Unger falou em texto recente à Carta Capital²⁹¹ sobre seu novo livro Governar o mundo, sem governo mundial, publicado em 2022, sobre populismo de direita e sobre a possibilidade de golpe no Brasil em caso de derrota de Bolsonaro.

[...] a social democracia e o social liberalismo institucionalmente fracassaram no Brasil como malograram em todo mundo e criaram um vácuo político onde entrou o populismo de direita. Foi o que também aconteceu nos Estados Unidos nos últimos anos. Este é o drama que ameaça se repetir no Brasil. Eu quero ver o meu país sair disso.

²⁸⁹ LEVITSKY, Steven. Há o risco real de autogolpe no Brasil, diz Levitsky, autor de Como as democracias morrem. Marcela Villar; Hugo Barbosa. O Estado de São Paulo. 22 de jul. 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/risco-autogolpe-brasil-levitsky-autor-de-como-as-democracias-morrem/> Acesso em: 23 jul. 2022.

²⁹⁰ “Ele tem abraçado abertamente um comportamento antidemocrático, tolerado violência e, cotidianamente, falhado em reconhecer a legitimidade de seus oponentes de esquerda”

²⁹¹ MANGABEIRA UNGER, Roberto. ‘O problema central do Brasil é a mediocridade’, diz Mangabeira Unger. Alisson Matos; Thais Reis Oliveira. Carta Capital. 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/o-problema-central-do-brasil-e-a-mediocridade-diz-mangabeira-unger/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Com relação à tentativa de golpe de Bolsonaro, ele diz:

Há o risco dele tentar [o golpe], mas não acho que haja risco dele conseguir. O Brasil na suas instituições está determinado a não permitir isso, inclusive as as Forças Armadas. Não há ambiente para essa tentativa de bonapartismo golpista que, no seu desespero, o presidente poderia tentar.

Em *Como as democracias morrem*, Levitsky e Ziblatt declaram-se contra um *impeachment* politizado, usado como mais uma arma de jogo duro entre os poderes, o que é coerente com a afirmação de que isso poderia gerar mais instabilidade. Uma antecipação das eleições como Mangabeira Unger propõe para resolver impasses não é viável do ponto-de-vista normativo e exigiria uma reforma política. Nem *impeachment*, prisão ou julgamento por crime contra a humanidade parecem estar à vista. Nesse sentido, o cenário mais provável para o desfecho da crise populista no Brasil parece ser a derrota de Bolsonaro nas urnas. Como sugerem os pesquisadores norte-americanos, a oposição e a opinião pública tiveram um papel central nos EUA, onde Trump perdeu apoio e não se reelegeu. As divergências entre os intelectuais parecem ser que enquanto Mangabeira Unger quer acelerar a política, por meio de eleições antecipadas, Levitsky e Ziblatt são contra um *impeachment* que tenha o mesmo efeito. Além disso, os autores de *Como as democracias morrem* não focam em questões socioeconômicas e processos sociais, mas sua ênfase está na esfera política.

Para além de descrever processos de estabilização e desestabilização dos contextos, Mangabeira Unger aponta, de forma realista e pragmática, problemas que, no governo, podem desembocar em uma crise. Para o pensador, tudo é política, e as hierarquias e divisões naturalizadas podem ser desfeitas pela ação humana. Assim, ele joga fora o determinismo dos estruturalistas, sem descartar a existência de uma estrutura que limita os indivíduos. Mudanças não podem acontecer de forma drástica, mas de forma gradual e cumulativa. Por isso, Mangabeira Unger busca inverter a relação crise-mudança, antecipando-se a crises por meio da imaginação institucional. Seu método, um dos pontos fortes de sua teoria ao lado de suas propostas, permite antever problemas de determinadas formas institucionais e possibilidades de mudança.

Para Mangabeira Unger, a abertura do contexto não deve depender de uma crise de grande dimensão. Uma democracia de alta temperatura é condição para estimular a prática reformista sem a necessidade de crises. O pensador não elege um sujeito de mudança, como o trabalhador organizado da indústria. Ao contrário, ele presta atenção ao Brasil precarizado e desprotegido. O intelectual tampouco propõe reconstruir o fordismo tardio no país, ou defende a precarização. Em vez disso, propõe democratizar a economia do conhecimento, disseminando práticas e saberes, assim como a criação de novos direitos. Em sua forma includente, a atual prática mais avançada de produção pode favorecer o crescimento socialmente inclusivo e diminuir os extremos de desigualdade econômica. Mas Unger também tem inúmeras propostas para combater os efeitos mais imediatos de toda crise, como uma política de renda mínima ou uma herança social. Para além de sua contribuição para pensar as crises, suas ideias ajudam a antever um mundo mais justo e igualitário, por meio de propostas atualizadas de tempos em tempos – algumas mais próximas e outras mais distantes da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 01, p.185-213, jan./ abr., 2019.
- ALONSO, Angela. Protesto não tem receita. *Folha online*. 10 nov. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2019/11/protesto-nao-tem-receita.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- AMATO, Lucas Fucci. Justiça social e instituições: a visão de Mangabeira Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

ANPAE. Análise preliminar do documento Pátria Educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional, 2015. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/website/noticias/270-analise-preliminar-do-documento-patria-educadora>. Acesso em 22 dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAUJO, Tiago Medeiros. As raízes filosóficas da democracia: o lugar de Unger na Filosofia Política Contemporânea. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

ARAUJO, Tiago M. Pragmatismo romântico e democracia: Roberto Mangabeira Unger e Richard Rorty. Salvador: Edufba, 2016.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo Social*, São Paulo, v.16 n.1, p. 107-118, jun. 2004.

ANPAE. Análise preliminar do documento Pátria Educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional, 2015. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/website/noticias/270-analise-preliminar-do-documento-patria-educadora>. Acesso em 22 dez. 2020.

ARAUJO, Tiago M. Pragmatismo romântico e democracia: Roberto Mangabeira Unger e Richard Rorty. Salvador: Edufba, 2016.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise (2013-2018). *Novos Estudos*, São Paulo, v. 37, n. 02, p. 273-289, mai./ago. 2018.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889- 919, 2010.

CAMARGO, Fernando Santos; GOMES, Sandro Aramis Richter. Da crítica ao estruturalismo à inserção na vida política brasileira: o princípio da trajetória acadêmica e política de Unger (1967-1986). In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *RBCS*, v. 22, n. 65, p. 17-31, out. 2007.

CEIA, Marcos Teixeira. Capital e trabalho na teoria de Unger. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

CHAGAS, Paulo Victor. Mangabeira Unger deixa Secretaria de Assuntos Estratégicos. EBC, 14 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/mangabeira-unger-deixa-secretaria-de-assuntos-estrategicos>. Acesso em: 04 mai. 2021.

DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic recession. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, jan. 2015.

DUTRA, Roberto. *Ciro Gomes precisa fazer autocrítica*. Folha online. 03 mar. 2021. Disponível em: http://folha1.com.br/_conteudo/2021/03/blogs/roberto-dutra/1270357-ciro-gomes-precisa-fazer-autocritica.html. Acesso em: 10 mar. 2021.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. A crise atual e o debate institucional. *Novos estudos*, São Paulo, v. 36., n. 03, p. 79-97, nov. 2017.

FREITAS, Ronald. O malabarista de Harvard. *Época*, 11 jun. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR77170-6014,00.html>. Acesso em 18 dez. 2020.

GARCIA, Gustavo.; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. G1, 28 abr. 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GUARNIERI, Fernando; SANTOS, Fabiano. Dos Protestos ao Golpe Parlamentar: crônica da conjuntura brasileira recente. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 23 mar. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Ciclos de Protestos no Brasil (1970-2019): Ações e Formas, Eixos Temáticos de Pesquisa e Abordagens Teóricas. In: 19º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Florianópolis: 2019, pp. 1-21.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Fragmentos de uma teoria constitucional em Roberto Mangabeira Unger. Revista do Direito UNISC, Santa Cruz Do Sul, n. 37, p. 148-160, jan./jun. 2012.

IPEA. Mangabeira Unger toma posse como novo ministro da SAE. 05 fev. 2015 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24432&Itemid=2. Acesso em: 14 dez. 20.

LEVITSKY, Steven. Bolsonaro ameaça a democracia brasileira. Folha online. 31 ago. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/steven-levitsky/2018/08/bolsonaro-ameaca-a-democracia-brasileira.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2019.

LEVITSKY, Steven. Há o risco real de autogolpe no Brasil, diz Levitsky, autor de Como as democracias morrem. Marcela Villar; Hugo Barbosa. O Estado de São Paulo. 22 de jul. 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/risco-autogolpe-brasil-levitsky-autor-de-como-as-democracias-morrem/> Acesso em: 23 jul. 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Roseli. Pátria educadora? Uma análise das propostas para o ensino público brasileiro. Proposições. v. 29, n. 1, p.128-152, jan./abr. 2018.

MAGALHÃES, William Alexandre Peixoto. Nas teias do bolsonarismo: a ascensão do populismo digital de Jair Bolsonaro através do Facebook e do Whatsapp (tese de dissertação). Niterói: 2021. UFF, 206.

MELO, Marcus André. A malaise política no Brasil. Journal of Democracy em Português, Brasil, v. 6, n. 2, p. 69-95, out. 2017.

MELO, Marcus André. Levitsky e o Brasil. Folha Online. 01 out. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2018/10/levitsky-e-o-brasil>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MELO, Marcus André. Vai passar? Folha Online. 27 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2020/12/vai-passar>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento; LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima; COSTA, Frederico Jorge Ferreira. A pátria educadora e o abandono da educação superior: a predominância dos interesses dos empresários da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 69, p. 187-204, set. 2016.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PRIOR, Hélder. Imaginários distópicos, populismos e política pop: observações a partir de “The Waldo Moment” de Black Mirror. *FAMECOS*, Porto Alegre, v. 28, p. 1-13, jan. – dez. 2021, p. 2.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SAE. *Pátria educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. Versão preliminar, Brasília, 22 abr. 2015.

SCHREIBER, Mariana. CPI da Covid aprova relatório que pede indiciamento de Bolsonaro e outros 79; o que acontece agora? *BBC News-Brasil*, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59057279>. Acesso em: 28/10/2021.

TEIXEIRA, Carlos S. G. Entrevista com o prof. Dr. Carlos Sávio G. Teixeira. *Revista Acadêmica em Humanidades*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 183-192, dez. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/index.php/artifices/article/view/797>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

TEIXEIRA, Carlos S. G. O desafio plebiscitário à ordem institucional pós-1988: as perspectivas autoritária e democrática. *Terceiro Milênio*, v. 13, n. 2, p. 62-82, jul-dez., 2019.

TEIXEIRA, Carlos Sávio; CHAVES, Vitor Pinto. O que é mais importante para uma democracia: Constituição ou instituições? A resposta de Unger. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) *Rebeldia imaginada: instituições e alternativas no*

pensamento de Roberto Mangabeira Unger. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

UNGER, Roberto Mangabeira. A ambição da política. André Singer. Folha de S. Paulo, 16 de set. de 2001. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) Roberto Mangabeira Unger. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

UNGER, Roberto Mangabeira. A obra de um partido democratizante: a confusão e suas raízes. S/crédito. O Globo, 25 nov. 1979. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) Roberto. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

UNGER, Roberto Mangabeira. Desenvolvimento sustentável é abstração. Laura Greenhalgh. O Estado de São Paulo, 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) Roberto. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

UNGER, Roberto Mangabeira. Economia do conhecimento. São Paulo: Autonomia literária, 2018.

UNGER, Roberto Mangabeira. Mangabeira Unger vê equívocos em FHC. José Luis Silva. O Estado de São Paulo. 22 abr. 1995. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) Roberto Mangabeira Unger. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

UNGER, Roberto Mangabeira. O pensador da Esperança. José Arbex Jr.; Leo G. Ribeiro; Marco Frenette; Marina Amaral; Nicodemus Pessoa; Roberto Freire; Sérgio de Souza; Sérgio Pinto de Almeida. Caros Amigos, jan. 1999. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) Roberto Mangabeira Unger. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

UNGER, Roberto Mangabeira. 'O problema central do Brasil é a mediocridade', diz Mangabeira Unger. Alisson Matos; Thais Reis Oliveira. Carta Capital. 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/o-problema-central-do-brasil-e-a-mediocridade-diz-mangabeira-unger/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

UNGER, Roberto Mangabeira. O que a esquerda deve propor. Rio de Janeiro: Ciilização Brasileira, 2008.

UNGER, Roberto Mangabeira. Pátria Educadora é proposta preliminar e deve ser debatida, diz Mangabeira Unger. Mariana Tokarnia; Oussama El Ghaouri. EBC, 20 mai. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/>

noticia/2015-05/patria-educadora-e-documento-preliminar-e-precisa-ser-debatido-diz. Acesso em 22 dez. 2020.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Ed. Argos, 2001

UNGER, Roberto Mangabeira. Propostas para o Brasil: economia, educação, Amazônia e defesa. Jonathan Wheatley. *Financial Times*, 10 dez. 2007. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) Roberto Mangabeira Unger. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

UNGER, Roberto Mangabeira. South America is in a quandary. Just like the United States. *The New York Times*, December 23, 2019. Disponível em: robertounger.com. Acesso em: 07 de fev. 2020.

UNGER, Roberto Mangabeira. Tudo (e um pouco mais). Adriana Negreiros. *Playoy*, jun. 2008. In: TEIXEIRA, Carlos S. G. (org.) Roberto Mangabeira Unger. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

UNGER, Roberto Mangabeira. Verbete. In: *Dicionário de Verbetes Biográficos*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/unger-mangabeira>. Acesso em 18 dez. 2020.

URBINATI, Nadya. Crise e metamorfoses da democracia. *RBCS* Vol. 28 n° 82 junho/2013, p. 5-16.

URBINATI, Nadia. Political Theory of Populism. *Annual Review of Political Science*. 2019. 22: p. 111-127.

URBINATI, Nadia. The populist substantialization of popular sovereignty. *Rivista Italiana di Filosofia Politica*, v. 1. 2021, p. 31-53.

URBINATI, Nadia. Uma revolta contra os corpos intermediários. *Leviathan* N. 12, p.176-200, 2016.

Vídeos

A CIÊNCIA política e as crises brasileiras: instituições e política (44º Encontro Anual da Anpocs). Publicado pelo canal Anpocs [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (ca. 54

min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LJsox_1SVkw. Acesso em: 16 mar. 2021.

CAETANO VELOSO entrevista: Mangabeira Unger. [S.l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (ca 44min) Publicado pelo canal Mídia Ninja. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mfv-4zQ9_Q0. Acesso em: 01 mar. 2022.

GUERRA contra a Inteligência: Pátria Educadora (cap. 3). Publicado pelo canal Brasil Paralelo, Porto Alegre, [s.n.], 2020. 1 vídeo (ca. 1h37min). Disponível em: <https://site.brasilparalelo.com.br/series/patria-educadora/>. Acesso em 22 dez. 2020.

CONVERSA com os autores do livro Bolsonarismo: teoria e prática. Publicado pelo canal PPGSP UENF, Campos dos Goytacazes, [s.n.], 2020. 1 vídeo (2h46min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DJVaYU4ZgbA>. Acesso em 08 mar. 2021.

FROM NOW to an alternative, the missing project: from reactionary populism to a progressive alternative. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (ca. 1h30). Publicado pelo canal Roberto Mangabeira Unger. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WokshVlzdOI>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PROGRESSIVE Alternatives Lecture January 25, 2022. Cambridge; s. n., 2022. 1 vídeo (ca 2h) Publicado pelo canal Roberto Mangabeira Unger. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bqAdDM0UQJw>. Acesso em: 04 mar. 2022.

MANGABEIRA UNGER: o 2º mandato Dilma: possibilidades, impasses e expectativas (Programa Diálogos/ Globonews). Publicado pelo canal TV Boitempo. [S.l.: s.n.], 2014. 1 vídeo (ca. 25 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=icka32qXdOU>. Acesso em: 14 dez. 2020.

O POPULISMO como vertigem do Povo-Uno. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (ca. 1h35). Publicado pelo canal UNESPAR União da Vitória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zxQH1oycZyQ>. Acesso em: 06 out. 2022.

THE RISE of modern populism- Takis S. Pappas. Canal TED-Ed. [S.l., s. n.], s. d., 1 vídeo [c.a. 6:00]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uMNwUh0X5eI&list=WL&index=1>. Acesso em: 18/03/2022.